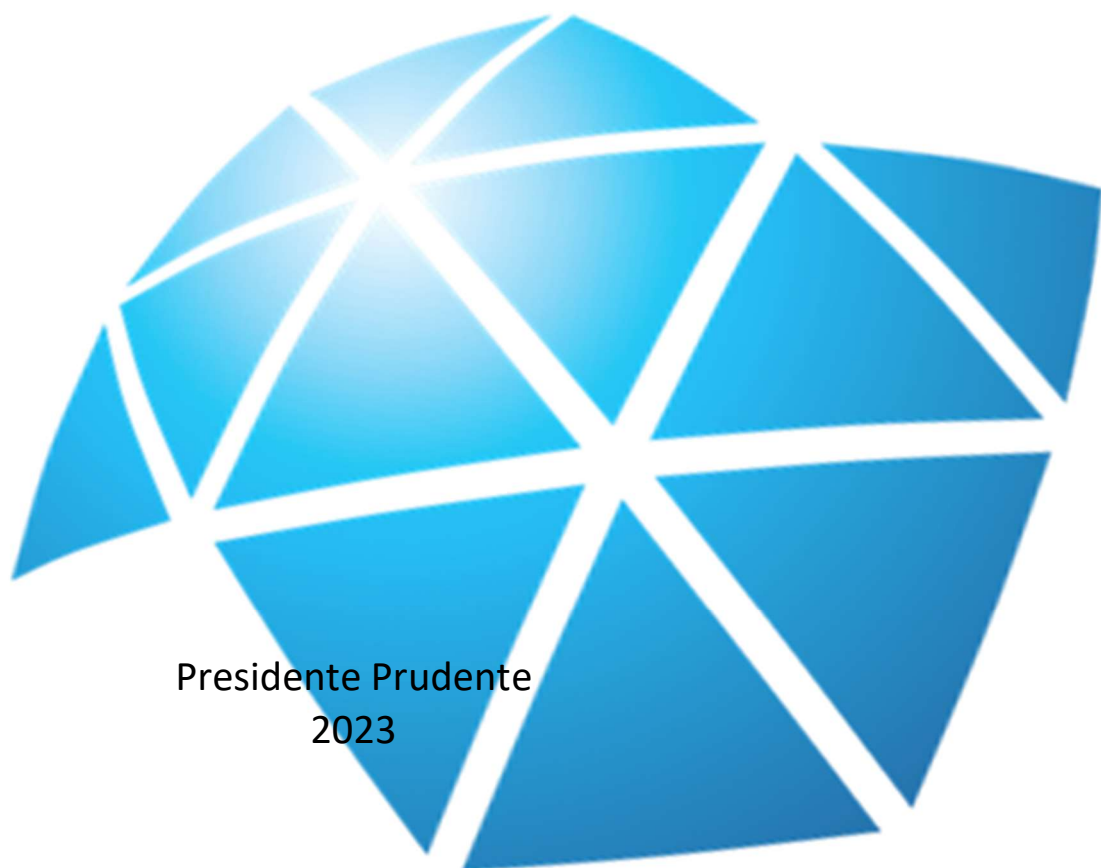




UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus Presidente Prudente

Nayara da Silva Stockler

**DINÂMICAS DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E
FUNDIÁRIO: IMPACTOS LOCAIS E DILEMAS DE UMA
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL INTEGRADA**



Presidente Prudente
2023



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus Presidente Prudente

**DINÂMICAS DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E
FUNDIÁRIO: IMPACTOS LOCAIS E DILEMAS DE UMA
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL INTEGRADA**

Nayara da Silva Stockler

Orientador: Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao
Programa de Pós-graduação em Geografia -
Área de Concentração: Produção do Espaço
Geográfico, para obtenção do Título de
Mestre em Geografia.

Presidente Prudente
2022

S865d Stockler, Nayara da Silva
Dinâmicas das políticas de desenvolvimento agrário e fundiário :
impactos locais e dilemas de uma assistência técnica e extensão rural
integrada / Nayara da Silva Stockler. -- Presidente Prudente, 2023
135 p. : tabs., fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente
Orientador: Antonio Nivaldo Hespanhol

1. Assentamentos rurais. 2. Reforma agrária. 3. Políticas públicas.
4. Extensão rural. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: "Dinâmicas das políticas de desenvolvimento agrário e fundiário: impactos locais e dilemas de uma assistência técnica e extensão rural integrada"

AUTORA: NAYARA DA SILVA STOCKLER

ORIENTADOR: ANTONIO NIVALDO HESPANHOL

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em Geografia, área:
Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. ANTONIO NIVALDO HESPANHOL (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciência e Tecnologia de Presidente Prudente

Prof. Dr. ANTONIO LAZARO SANT ANA (Participação Virtual)
Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio Economia / Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira - UNESP

Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO (Participação Virtual)
CFCH / UFPE/Recife (PE)

Presidente Prudente, 23 de janeiro de 2023

*Aos caipiras mineiros que deram sentido a estes passos,
João Vermeio e Laíde*

Agradecimentos

Venho escrevendo em meus pensamentos esses agradecimentos desde o dia da aprovação no processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Geografia, pois acredito que a gratidão deva preceder a entrada e formalizar a saída de um novo lugar. Agradeço, portanto, primeiramente a Universidade Pública, que me proporcionou dentre tantos aprendizados a possibilidade de fazer também a minha própria travessia, desde que saí de Minas no ano de 2008 para iniciar meus estudos na Unesp Araraquara. Nesse caminho, seguindo rumo ao oeste paulista, pude encontrar diferentes realidades e ruralidades e aprender sobre a diversidade dos espaços e da vida.

Agradeço ao Professor Nivaldo, a quem devo o feito de me abrir as portas de uma nova casa da Unesp, me aceitando como sua aluna ouvinte, e posteriormente, como orientanda na Unesp Presidente Prudente. Agradeço aos demais professores que contribuíram, cada um à sua maneira, na construção deste trabalho, mas sobretudo, na minha construção como pesquisadora. Agradeço a partilha do cotidiano de trabalho no campo com os colegas da Fundação Itesp e com os trabalhadores dos assentamentos rurais. Cada sujeito, a sua maneira individual e coletiva, me fez aprender e crescer como ser humano e profissional. Agradeço também ao Programa de Incentivo à Educação Formal e Especialização Profissional da Fundação Itesp, que me proporcionou a liberação de horas para o cumprimento dos créditos do programa e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)¹.

Agradeço imensamente aos companheiros da Diretoria da Associação dos Funcionários da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (AFITESP) pela batalha travada contra a extinção dessa entidade, construída e demandada pelos trabalhadores rurais e pelos movimentos sociais de luta pela terra. O ano de 2020 ficará marcado em nossas histórias, e podemos dizer, enfim: existimos, resistimos e continuaremos a luta!

Sem esquecer que este trabalho foi realizado nas condições e restrições de uma pandemia, com todas as incertezas e inseguranças agravadas por uma gestão totalmente omissa do governo federal, publicamente declarada inimiga do conhecimento produzido

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

pelas universidades brasileiras. Apesar de momentos intensos e reclusos, diante do isolamento social necessário à pandemia da Covid-19, estes momentos também me proporcionaram um grande reencontro, com uma persona há tempos afastada de mim: reencontrei a mim mesma e o prazer de fazer da escrita a possibilidade de (re)existência do meu próprio mundo.

*You'll stumble in my footsteps
Keep the same appointments I kept
If you try walking in my shoes?*

Depeche Mode

Resumo

Esta pesquisa consiste em um estudo de caso sobre as dinâmicas dos projetos de desenvolvimento agrário e fundiário, identificadas a partir dos assentamentos rurais implementados e assistidos pelos serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) da Fundação Itesp no município de Marabá Paulista, região do Pontal do Paranapanema. O trabalho busca problematizar o desenvolvimento desses serviços, avaliar seus impactos locais, identificar os conflitos que emanam das relações entre os atores envolvidos na execução das políticas públicas, bem como analisar suas estratégias de ação e participação. Utilizou-se para tal de levantamento bibliográfico e documental, entrevistas semiestruturadas e caderno de campo. Os resultados obtidos demonstram a diversidade de sujeitos e de experiências espaço-temporais que, somadas à execução de uma Ater integrada à política fundiária, reafirmam a complexidade e os desafios de implementação de projetos que promovam transformações e melhorias nas condições sociais e produtivas de trabalhadores rurais assentados.

Palavras-chave: Políticas Públicas – Assentamentos Rurais – Extensão Rural – Reforma Agrária

Abstract

This research consists of a case study on the dynamics of agrarian and land development projects, identified from the rural settlements implemented and assisted by the technical assistance and rural extension services of Fundação Itesp, in Marabá Paulista, municipality in Pontal do Paranapanema region. This work seeks to problematize the development of these services, evaluate their local impacts, identify the conflicts arising from the relationships between the actors involved in the implementation of public policies and analyze their action's strategies and participation. For this, we utilize a bibliographic and documental survey, semi-structured interviews, and a field notebook. The results show the diversity of subjects and space-time experiences that, added to the execution of rural extension services integrated to land policy, reaffirm the complexity and challenges of implementing projects that promote transformations and improvements in the social and productive conditions of settled rural workers.

Keywords: Public Policies – Rural Settlements – Rural Extension – Land Reform

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pesquisas sobre assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema realizadas pelo curso de Geografia da Unesp de Presidente Prudente utilizando o recorte municipal (2021).....	20
Figura 2 – Reunião para assinatura de contrato de cooperação técnica visando a construção de habitação rural no Assentamento Dom Paulo Evaristo Arns (2020).....	27
Figura 3 – Localização de Marabá Paulista (SP)	37
Figura 4 – Traçado do projeto de ampliação da Linha Férrea da Alta Sorocabana (1970).....	48
Figura 5 – Antiga sede da Fazenda Santo Antônio (2020).....	53
Figura 6 – Início da ocupação dos lotes no Assentamento Dom Paulo Evaristo Arns no ano de 2017.....	54
Figura 7 – Antiga sede da Fazenda Nazaré no Assentamento Governador André Franco Montoro	55
Figura 8 – Reunião para assinatura de contrato de crédito no Assentamento Governador André Franco Montoro (2021).....	56
Figura 9 – Sorteio dos lotes agrícolas do Assentamento Governador André Franco Montoro (2017).....	59
Figura 10 – Localização e distribuição geográfica dos assentamentos de Marabá Paulista (SP) 64	
Figura 11 – Estabelecimentos comerciais criados em Marabá Paulista a partir do ano de 2017 (2020).....	66
Figura 12 – Uso e cobertura da terra em Marabá Paulista (SP)	69
Figura 13 – Capas da Revista Fatos da Terra nas edições dos anos 2000 e 2019.....	101
Figura 14 – Empresas públicas e entidades oficiais de ATER nos estados brasileiros	102
Figura 15 – Sistematização dos problemas e demandas identificados no Plano Operativo Anual nos assentamentos de Marabá Paulista (2015).....	108
Figura 16 – Experimento de produção agroecológica no Assentamento Governador André Franco Montoro, Marabá Paulista (2020)	110
Figura 17 – Relações e intersecções entre os atores no espaço das políticas públicas.....	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Empresas cadastradas em Marabá Paulista (SP), de acordo com o Segmento de Atividade Econômica (2022)	40
Tabela 2 – Comparação entre valores de laudos apresentados para indenização das benfeitorias e diferença percentual entre valor pago e estipulado	52

Tabela 3 – Assentamentos Rurais de Marabá Paulista (2021)	58
Tabela 4 – Número de estabelecimentos, área média e número médio de pessoas ocupadas.....	61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População urbana e rural de Marabá Paulista entre 1960 e 2010 e variação do IDH-M entre 1990 e 2010	38
Gráfico 2 – Número da composição familiar referente à titularidade dos lotes agrícolas por assentamento (2020).....	68

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Critérios para a Realização das Entrevistas Semiestruturadas	26
Quadro 2 – Entrevistas realizadas nos assentamentos rurais de Marabá Paulista.....	30
Quadro 3 – Associações de produtores rurais em assentamentos de Marabá Paulista (2022)	73
Quadro 4 – Representantes eleitos nos poderes executivo e legislativo de Marabá Paulista conforme sua filiação política e ocupação profissional (2022).....	78
Quadro 5 – Entidades responsáveis pela regularização fundiária dos estados brasileiros e suas atribuições quanto a proposição de assentamentos rurais e serviços de ATER (2022).....	86

LISTA DE SIGLAS

ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Minas Gerais

AIA – American International Association for Economic and Social Development

ARA – Assessoria de Revisão Agrária

ASBRAER – Associação Brasileira das Entidades Estaduais de ATER

ASSOCENE – Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

ATRA – Assistência Técnica de Revisão Agrária

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CDRS – Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNBB – Comissão Pastoral da Terra da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

DAF – Departamento de Assentamento Fundiário

DAP – Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

DRF – Departamento de Regularização Fundiária

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

ESF – Estratégia Saúde da Família

FEAGRI/UNICAMP – Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FNL – Frente Nacional de Luta Campo e Cidade

FUNDUNESP – Fundação para o Desenvolvimento da Unesp

GAD – Gestão de ATER para o Desenvolvimento

GEAF – Grupo Executivo de Ação Fundiária

GTC – Grupo Técnico de Campo

ICA – Instituto de Cooperativismo e Associativismo

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IAF – Instituto de Assentos Fundiários

ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NUPEDOR – Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

ONG – Organização não governamental

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PL – Partido Liberal

PGE – Procuradoria Geral do Estado de São Paulo

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

POA – Plano Operativo Anual

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais

PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRRA – Plano Regional de Reforma Agrária

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

SAF – Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SIBER – Sistema Brasileiro de Extensão Rural

SIBRATER – Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

TC – Territórios da Cidadania

UDN – União Democrática Nacional

UNESP – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

SUMÁRIO

Introdução.....	17
1. Caracterização do Território em estudo	37
1.1 Marabá Paulista: um recorte escalar municipal.....	37
1.2 Precedentes Históricos do Território: ocupação e terras devolutas.....	45
1.3 Assentamentos Rurais: da reconfiguração espacial a construção de novos territórios	58
1.4 Atores Territoriais: suas estratégias, trajetórias e identidades.....	70
2. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural: da construção da Ater pública às suas especificidades em assentamentos rurais	85
2.1 O desenvolvimento da Ater pública brasileira	85
2.2 Crise no sistema público de ATER: a conjuntura de surgimento do Instituto de Terras de São Paulo	94
2.3 Consolidação da política agrária e fundiária paulista: o reordenamento da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"	98
2.4 Renovação da Ater Pública: a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) e seus impactos metodológicos.....	103
3. Assimilação e Conversão	111
3.1 Dilemas de uma Assistência Técnica e Extensão Rural integrada.....	111
3.2 O embate sobre a Pluriatividade nos assentamentos rurais	113
3.3 Ajudar e Fiscalizar: afinal, o que pretende uma Ater integrada?	117
4. Considerações Finais.....	118
Referências.....	122
Apêndices	129

Introdução

A estrutura fundiária e o desenvolvimento agrário podem ser considerados as verdadeiras raízes das desigualdades e dos problemas sociais e econômicos do Brasil. Desde a divisão das Sesmarias, passando pelo Estatuto da Terra (1850) até o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (1985), conclui-se que a ocupação e a ordenação territorial direcionaram um modelo de desenvolvimento consolidado na grande propriedade exportadora. Parte considerável do território brasileiro sofre ainda a ação da concentração e da grilagem de terras, que resultam em efeitos isolados ou combinados, como o desmatamento, a improdutividade, a especulação e o rentismo.

No Estado de São Paulo, uma política agrária e fundiária toma forma por meio da Lei 4.957 de 1985, que possibilitou tanto a regularização de pequenos posseiros como a utilização dos recursos fundiários públicos para a criação de projetos de assentamentos de trabalhadores rurais, modificando assim o modelo de ocupação e produção de uma parcela de suas áreas devolutas. O contexto social e político em que ocorreu esta iniciativa também fundamentou o debate sobre a produtividade agrícola e a legitimidade das reivindicações de sindicatos e movimentos sociais de trabalhadores rurais sem-terra.

O país assistiu às diversas ocupações e à organização de acampamentos construídos sob lonas, resultando em conflitos violentos que chegam ao seu estopim com os massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, entre os anos de 1995 e 1996, na região norte do país. Os conflitos também ocorriam em grande magnitude no oeste paulista, região que possui um histórico marcado pelo acelerado processo de ocupação, devastação ambiental e grilagens. A intermediação das disputas decorrentes desse processo se deu com a intervenção do Estado, por meio da implementação dos projetos de assentamentos rurais estaduais em terras públicas e devolutas. Tal medida demandou esforços políticos, econômicos e institucionais, visando o atendimento especializado às famílias que passariam por um processo de reterritorialização, sendo reintegradas ao espaço rural e à produção agrícola.

Assim foi criado o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), como a entidade pública responsável pela identificação e regularização de áreas devolutas, ou presumivelmente devolutas, junto à Procuradoria Geral do Estado (PGE); pela implementação e desenvolvimento dos assentamentos de trabalhadores rurais; e pela execução dos serviços públicos exclusivos de assistência técnica e extensão rural para

estes novos sujeitos, a fim de capacitá-los e orientá-los na produção e comercialização dos gêneros agrícolas.

Em sua gênese, os serviços públicos de assistência técnica e extensão rural (Ater) brasileiros tiveram como orientação metodológica um modelo de caráter humanista assistencialista, visando a transformação social e produtiva do campo brasileiro a partir da década de 1950, mas que logo se modificaria em um projeto difusionista, buscando disseminar técnicas agrícolas modernas e pacotes tecnológicos no cotidiano produtivo (DIAS, 2007; PEIXOTO, 2008; FONSECA, 1985; ROMANIELLO e ASSIS, 2015).

Dessa maneira, os serviços de Ater estiveram por anos alicerçados em um modo de produção e de desenvolvimento que não contemplou a pluralidade dos sujeitos, nem as particularidades dos espaços rurais (CAPORAL, 1991; COLBY e DENETT, 1998; DINIZ, 2018). Todavia, sua aplicação em territórios e realidades específicas acabaram por demandar novas estratégias e metodologias, que buscassem promover além da produção agrícola, a cidadania, a autonomia e a sustentabilidade dos territórios rurais (AQUINO *et al.*, 2020; CAPORAL e COSTABEBER, 2004; DIESEL, DIAS e NEUMANN, 2015).

A construção de um novo modelo de desenvolvimento rural brasileiro retorna à pauta das discussões políticas com a redemocratização do Brasil, introduzindo a questão ambiental, os projetos de assentamentos rurais e incorporando a categoria definida a partir de então como agricultura familiar no âmbito das políticas públicas (DELGADO, 2005; GRAZIANO DA SILVA, 1996). Por essas razões, este trabalho concentrar-se-á em discussões sobre o planejamento e execução das políticas públicas de desenvolvimento rural (FAVARETO, 2010), a partir da política pública de Ater, problematizando assim os serviços prestados pela Fundação Itesp junto aos assentamentos rurais do Estado de São Paulo.

O objetivo central da pesquisa é tentar compreender as dinâmicas ocorridas nos serviços de Ater, e desta integrada à política fundiária paulista, partindo do reconhecimento de sua importância para o acesso a um complexo conjunto de políticas públicas e direitos sociais. Desta maneira, busca-se reconhecer os atores envolvidos e compreender como estes avaliam os serviços públicos de Ater, com seus impactos na realidade social e produtiva dos assentamentos rurais e do município de Marabá Paulista, escolhido como recorte escalar e espacial da pesquisa.

Os objetivos específicos foram: a) resgatar o histórico de desenvolvimento das políticas agrária e fundiária do Estado de São Paulo, a partir do recorte municipal de

Marabá Paulista; b) problematizar o desenvolvimento dos serviços de Ater no Brasil, dimensionando o seu papel para a consolidação de um modelo de desenvolvimento rural pautado na modernização técnica da agricultura, relacionada por sua vez à conservação das estruturas agrária e fundiária; c) demarcar os pontos críticos e desdobramentos que culminaram tanto em transformações nos objetivos dos projetos de desenvolvimento rural como no próprio público-alvo a ser beneficiado pelas políticas públicas – especialmente após a primeira década dos anos 2000, com a elaboração da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater); d) identificar os conflitos que emanam das relações entre os atores envolvidos nestes projetos de desenvolvimento, especificamente no que toca as suas relações de poder, suas estratégias de ação e de participação coletiva; e) compreender como os sujeitos atuam em suas redes, produzindo realidades e concepções distintas a partir de seus papéis sociais.

Entender como se realizam os serviços de Ater e como se aplicam as políticas públicas para os assentamentos rurais são elementos imprescindíveis para o aprofundamento no debate sobre as possibilidades de efetivação de projetos de base territorial que visem o desenvolvimento sustentável (CAPORAL e DAMBRÓS, 2017; FAVARETO, 2010; GRÍGOLO, DEON e FROEHLICH, 2015). Para tanto, é necessário dar ênfase à diversidade de perspectivas dos atores envolvidos e, fundamentalmente, de seus saberes em diálogo.

A escolha pelo tema é sobretudo fruto de minha experiência como servidora pública na Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, atuando como extensionista rural no cargo de Analista de Desenvolvimento Agrário, no perfil Desenvolvimento Social de Comunidades Rurais. Durante o período em que desempenhei essa função, entre os anos de 2014 e 2022, pude observar *in loco* muitas transformações ocorridas nos serviços de Ater, assim como o ápice e o declínio de algumas políticas públicas destinadas à agricultura familiar e à reforma agrária.

Ademais, pude observar o surgimento dos últimos assentamentos rurais implementados pela Fundação Itesp no Estado de São Paulo, no município de Marabá Paulista. Muitos foram, e continuam sendo, os impactos locais e territoriais desses projetos, bem como a recorrência de problemas diante do atraso na destinação e repasse de recursos para aplicação de créditos de instalação e fomentos iniciais, dentre outros problemas, inerentes ao modelo de gestão implementada nos últimos anos nas esferas federal e estadual, que afetam diretamente os serviços de Ater e a política fundiária.

No caso do recorte espacial escolhido, a justificativa se fortalece na medida em que se conclui que há uma escassez de trabalhos elaborados a partir da realidade do município de Marabá Paulista. Iniciando com a busca por trabalhos geográficos debruçados sobre o tema “assentamentos rurais”, identificou-se que grande parte foi realizada a partir de lugares onde os conflitos tiveram maior expressão quantitativa (em número de ocupações) e da presença ativa dos movimentos sociais, em especial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Consequentemente, foram estes mesmos lugares, dentro da circunscrição de seus municípios, que obtiveram uma maior parcela de terras arrecadadas para a realização dos projetos de assentamentos.

Em breve consulta ao Repositório Institucional Unesp, do total de 671 monografias, dissertações e teses cadastradas nesta plataforma, e produzidas pelo curso de Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia de Presidente Prudente, 33 delas têm como critério a utilização do recorte municipal para o estudo de assentamentos rurais. Estes trabalhos estão concentrados na área de geografia humana e foram identificados por meio dos títulos e resumos, com a utilização das palavras-chave “assentamento rural” e “assentamentos rurais” no sistema de busca. Na Figura 1 constam os municípios mais citados e relacionados nestes trabalhos:

Figura 1 – Pesquisas sobre assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema realizadas pelo curso de Geografia da Unesp de Presidente Prudente utilizando o recorte municipal (2021)



Fonte: Repositório Institucional UNESP (2021). Org.: Nayara Stockler

Não é possível identificar nesta análise preliminar se as escolhas dos pesquisadores partem da escala municipal em direção à escala local dos assentamentos, como na proposta desta dissertação, ou se partem no sentido oposto. No entanto, é possível identificar que alguns foram realizados a partir de métodos comparativos, analisando mais de um município da região ou até mesmo de fora dela; outros são exclusivos de realidades locais.

A opção por estudar estas realidades se torna facilmente compreensível, dada a territorialização e a disputa dos movimentos, traduzidas na dimensão e expressividade no

número de famílias acampadas e, posteriormente, assentadas, bem como os consequentes impactos locais e transformações socioespaciais. A escolha pelo recorte municipal é apenas uma dentre as possibilidades metodológicas cabíveis à pesquisa geográfica espacial e, obviamente, os assentamentos estão intimamente interligados em sua história e em seu presente, para além dos limites municipais. Ainda assim, é importante defender uma análise de características locais, que se desdobram em relações políticas e de poder particulares que ocorrem nesta escala.

A escala municipal tem grande relevância nos estudos de Geografia Política. Sua pertinência está em reconhecer o recorte federativo e o relativo grau de autonomia conferido aos municípios pela Constituição de 1988. Neste estudo, ela se reafirma como uma escala social e política, na qual se efetivam as práticas e estratégias dos atores, especialmente no âmbito da aplicação das políticas públicas, que impactam sobremaneira a vida dos cidadãos (CASTRO, 2005; 2014). Mesmo diante da possibilidade de efetivação de novos modelos de políticas públicas, que visam modificar este cenário, os municípios ainda concentram o poder de decisão e articulação com seus atores estratégicos e suas redes de influência e de atuação.

Os caminhos que perfazem a escolha de um objeto de pesquisa são diversos, e na pesquisa geográfica eles são ainda mais complexos, dadas as possibilidades de abordagens escalares e multiescalares ou as distinções sobre o próprio espaço geográfico. A análise espacial também se coloca aos procedimentos metodológicos, quando da escolha de recortes que podem sugerir abordagens locais ou a manifestação de fenômenos em redes, e as relações delas provenientes ou emergentes.

Após a delimitação do tema e de seus objetivos, concluiu-se durante a etapa do levantamento bibliográfico que havia um processo de acumulação na produção de trabalhos que partem de certos recortes em detrimento de outras realidades espaciais dentro de um mesmo território, e as referências escassas acabam desencorajando um diálogo bibliograficamente amparado sobre realidades distintas. Não se trata aqui de propor a realização de trabalhos comparativos, mas sim de dar destaque às realidades ignoradas, e que podem ser evidenciadas a partir do recorte com a escala municipal.

Para Castro (2014) a escala consiste em um instrumento de definição do campo empírico da pesquisa geográfica, dando visibilidade aos fenômenos por meio de recortes. Assim ela possibilita a análise de um fenômeno a partir da abstração, em busca de um plano real, operando por critérios de seleção que buscam dar ênfase a certos elementos escolhidos como prioritários pelo pesquisador.

Apesar de não se apresentar em uma posição de destaque nas pesquisas geográficas sobre assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema, o município de Marabá Paulista apresenta elementos que contribuem para uma análise complexa, que estão imbricados em fatores fundiários, políticos e culturais próprios, que intensificam o debate sobre políticas públicas, primordialmente a partir do ano de 2017, após o incremento considerável de sua população assentada e o aumento da representatividade desses atores nos espaços convencionais de tomada de decisão política.

Para fundamentar a discussão no plano metodológico, o primeiro ponto a se destacar foi o advento da pandemia da Covid-19. Uma crise sanitária que se instalou no Brasil e, mais especificamente no estado de São Paulo, a partir do dia 23 de março de 2020, quando foi oficialmente decretada a quarentena – cerca de duas semanas após o início do ano letivo da pós-graduação. Neste ínterim, entre a quarentena e o primeiro ano da pós-graduação, vivemos em isolamento social severo, sem perspectivas de vacinação a curto prazo. O processo de imunização da população paulista iniciou-se em 17 de janeiro de 2021, a partir de grupos determinados como prioritários. A minha própria imunização só foi finalizada em finais de dezembro de 2021. Marabá Paulista foi um dos municípios mais afetados com o atraso na distribuição de vacinas na região, conforme informações divulgadas pela imprensa local.

Nestas condições, optei pela minha segurança e dos sujeitos pesquisados, fazendo desse período um “retorno aos gabinetes”, no qual foram traçadas novas estratégias metodológicas. Desde a publicação da obra seminal de Bronislaw Malinowski², que problematiza o método etnográfico, as pesquisas de campo passaram a ser consideradas essenciais para o conhecimento aprofundado sobre o cotidiano dos lugares e dos sujeitos com quem se procura investigar. Logo, retroceder ao isolamento das pesquisas de gabinete, limitadas pelas condições sanitárias, obrigaram pesquisadores de campo a repensarem suas metodologias e realizarem adequações, que neste caso, resultaram em uma redução drástica na amostragem pretendida de entrevistados.

Nessas condições, a pesquisa se iniciou com o levantamento de informações sobre o município escolhido, sobre sua população assentada e sobre a Fundação Itesp, majoritariamente obtidas junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e à própria fundação. As características identificadas neste recorte espacial e as

2 Considerado um dos fundadores da escola de Antropologia Social. A ele se deve as primeiras contribuições sobre o método de investigação de campo denominado etnografia, problematizado a partir de sua obra *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* (1922).

informações preliminares levantadas acabaram induzindo à escolha pelo método qualitativo de estudo de caso, que segundo Yin (2001, p. 27) "permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real". As evidências a serem analisadas por esta forma de estudo podem ser provenientes de diversas fontes consideradas complementares, como documentos, registros em arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante ou ainda artefatos físicos, e sua qualidade será diretamente proporcional à variabilidade de fontes obtidas (YIN, 2001).

Por isso a opção foi se debruçar à priori nos recursos de base histórica e documental, incluindo estudos geográficos sobre o Pontal do Paranapanema. Os documentos auxiliam a revelar acontecimentos, mas também as intenções de quem os elabora, podendo ser encontrados em registros de fatos, dados ou interpretações individuais, de grupos ou instituições, realizados de maneira intencional ou não (RUCKSTADTER, F.; RUCKSTADTER, V., 2011). Isto posto, optou-se por utilizar também alguns registros documentais de atas, projetos, fotografias e mapas que fizeram parte das atividades de planejamento da Fundação Itesp junto aos assentamentos rurais, com destaque para os documentos relacionados a sua metodologia de Ater.

A pesquisa documental, seja ela realizada nos arquivos, ou, a partir das estatísticas ou cartografias, está relacionada a uma concepção de história e de sociedade estreitamente ligada à dinâmica das relações sociais. A análise de tais registros nos remete ao conjunto das relações sociais e, muitas vezes, expressam relações de poder (RUCKSTADTER, F.; RUCKSTADTER, V., 2011, p. 111).

Esses documentos auxiliam na identificação de demandas e problemas comunitários, e conseqüentemente, no entendimento sobre a dinâmica do trabalho de Ater. Auxiliam ainda na identificação daquelas políticas acessadas pelas comunidades e das políticas ou projetos incipientes. Os registros permitem estabelecer um ponto de encontro com a base teórica, a partir da identificação e interpretação dos conflitos e relações entre os atores envolvidos nos projetos de desenvolvimento. Assim, também se optou por complementar as fontes primárias da pesquisa com informações de decretos e projetos de lei, de plataformas de dados, de sites oficiais de entidades e do poder público.

Um aspecto relevante desta pesquisa é sua relação intrínseca com a observação participante. Como servidora pública atuando como agente de Ater na Fundação Itesp, há de se pontuar o caráter polissêmico do “trabalho de campo” neste contexto. Para a Ater, o campo é a base histórica e elementar do trabalho, é o espaço de atuação e objeto de

transformação pela orientação e auxílio aos agricultores em aspectos produtivos e sociais, primordialmente. Na pesquisa, o campo é a possibilidade do encontro e da interpretação, é o espaço onde a narrativa acadêmica transpõe o plano abstrato para se tornar uma experiência concreta, e acima de tudo, se tornar uma possibilidade de proposição e de ação para sujeitos e pesquisadores.

De acordo com Oliveira (2009), a pesquisa participante reside na prática da convivência, significando muito mais do que uma simples visita, sendo um procedimento que jamais poderá ser delegado a outrem. Somente a convivência possibilita conhecer o cotidiano e os dilemas enfrentados pelos sujeitos, e consequentemente produzir reflexões sobre a eficácia das políticas públicas. Portanto, é imprescindível o envolvimento pessoal da observação, do questionamento e do diálogo. Para a autora, o encontro do campo possibilita o encontro das falas, entre os grupos populares, cuja fala é de quem sabe da vida que vive; e da fala do técnico, cuja fala também é de um saber da vida, mas recortado pela escolaridade, pela ciência e pela técnica. Dessa maneira, a convivência estabelece o respeito às diversidades materiais e culturais, além de despertar o reconhecimento e a alteridade.

Nos estudos sobre políticas públicas o campo se faz ainda mais necessário, já que seu objetivo final é sempre realizar uma avaliação minuciosa e propor modificações que visem atender às verdadeiras demandas dos sujeitos alvo da intervenção pública. Segundo Souza (2007), a trajetória histórica da ciência geográfica demonstra resquícios da predominância de metodologias baseadas em um “olhar de sobrevoos”, isto é, de um olhar afastado da realidade concreta e das diversas escalas de vida. Para o autor isso evidencia uma herança da relação entre Geopolítica e Estado, expressa em estudos comprometidos com discursos de legitimação do poder do Estado-Nação (SOUZA, 2000).

Para a pesquisa qualitativa geográfica, o campo é a única forma de conhecer um fenômeno de maneira aprofundada, entrando em contato com ele e vivendo-o (KAISER, 2006). Assim, coordenar as visões e perspectivas é também um desafio metodológico, que reforça a necessidade de explorar a diversidade de fontes e procedimentos na análise das políticas públicas, que incluem nesta pesquisa a elaboração de um caderno de campo construído. Este foi elaborado durante a observação participante junto à equipe técnica de Ater da Fundação Itesp, em seu cotidiano de trabalho nos escritórios de campo e nos assentamentos rurais de Marabá Paulista.

Nem sempre as respostas às nossas investigações são respondidas durante ou por entrevistas. Muitas vezes elas são respondidas por práticas, comentários ou reações,

dentre outros elementos da interação cotidiana entre técnicos-extensionistas e assentados, e que podem ser observados durante a execução da pesquisa de campo da extensão rural. A polissemia do “trabalho de campo” possibilita aqui a circulação por estes espaços, da Ater e da pesquisa, permitindo tanto adentrar os lotes agrícolas, conhecer suas histórias e trajetórias, como também conhecer as relações e interações entre técnicos e aqueles que são atendidos por seus serviços: suas relações de (des)confiança, de (des)credibilidade e até mesmo suas relações de compadrio e parentesco.

E a solução, por conseguinte, não consiste em substituir meramente, de maneira absoluta, o ‘olhar de longe’ pelo ‘olhar de perto’, pelo ‘mergulho no cotidiano’, mas sim em combinar as escalas (de análise e de ação) de modo a não abrir mão de nenhuma, nem mesmo a dos ‘nanoterritórios’ e dos pequeníssimos lugares quotidianos, tanto quanto combinar os olhares – o de perto e o de longe, aquele que permite ‘colocar-se de fora’ (e à distância) com aquele que exige estar ‘dentro’ (SOUZA, 2007, p. 111).

A pesquisa de campo torna-se assim um meio de apreensão da situação social, que é em si, um produto da história. O geógrafo deve por isso preocupar-se com as relações construídas entre os homens e o espaço; e delas, as suas situações de conflito. Estas, por sua vez, só podem ser identificadas e compreendidas a partir do diálogo com os sujeitos (KAISER, 2006).

Como, pois, realizar esta identificação? Simplesmente falando com as pessoas. [...] deve passear longamente, tranquilamente; que se impregne da atmosfera social; que se procure o que realmente preocupa e distinga nas conversações banais os sinais da tensão profunda. E sobretudo, que ele se ponha a compreender a história. A análise histórica é desde logo indispensável a quem realiza a pesquisa. Pesquisas bibliográficas ou de arquivo podem, pois, anteceder os primeiros passos do terreno. Mas por que não confiar também na memória individual e coletiva? Através das lembranças das pessoas e da reconstituição que elas fazem da história que aprenderam, os grandes traços determinantes da situação atual aparecem claramente (KAISER, 2006, p. 99).

Para obter informações e evidências traçadas pelo objetivo da pesquisa, durante os momentos de estabilização e queda no número de contágios pela Covid-19 foram realizadas algumas entrevistas semiestruturadas e visitas a campo. Neste momento, o maior desafio foi o de se apresentar aos colegas e aos beneficiários assentados da Fundação Itesp como um elemento estranho, na representação de um novo papel social: o da pesquisadora de campo.

Para a realização das entrevistas, foram delimitados os atores considerados fundamentais na elaboração e execução das políticas públicas, conforme sua atuação na

escala municipal. Foram selecionados(as) e entrevistados(as): assentados(as), membros do poder público municipal e técnicos(as)-extensionistas da Fundação Itesp. O roteiro foi organizado de maneira aberta, porém norteado por três eixos temáticos: a) Relações e percepções do sujeito com e sobre o município; b) Perspectiva do sujeito sobre o trabalho de Ater executado pela Fundação Itesp; c) Perspectiva do sujeito sobre a ideia e projetos de desenvolvimento rural sustentáveis. No Quadro 1 estão identificados os critérios da amostragem, com os atores considerados estratégicos e o número de entrevistas realizadas com cada grupo social:

Quadro 1 – Critérios para a Realização das Entrevistas Semiestruturadas

Atores	Critério de Seleção	Amostra
Poder Público Municipal	Representantes dos setores considerados estratégicos para o desenvolvimento rural: Secretaria de Agricultura e Secretaria de Assistência Social	2
Fundação Itesp	Servidores que atuam ou que já atuaram no município com diferentes formações técnicas e acadêmicas, que contemplem os serviços de Ater	8
Assentamentos Rurais	Beneficiários titulares de todos os assentamentos do município, escolhidos aleatoriamente, mas selecionados de acordo com características determinadas por informações prévias.	15

Durante o ano de 2020 foram realizadas as entrevistas com os técnicos-extensionistas e com atores do poder público municipal. Duas das entrevistas com servidores do Itesp foram realizadas de modo virtual, devido ao recrudescimento da pandemia. Em todos os casos as entrevistas foram gravadas e transcritas.

Somente a partir de setembro de 2021 foi possível dar início ao trabalho de campo nos assentamentos rurais, com cautela e protocolos que, de certa maneira, enrijeceram o contato com os sujeitos. Saliento ainda que os próprios trabalhos de campo da Fundação Itesp foram suspensos durante o ano de 2020 e início de 2021, com a visita aos lotes substituídas integralmente por atendimento telefônico. Os limites impostos às práticas sociais e às interações típicas com os sujeitos rurais, como um convite ao café ou a uma conversa mais descompromissada e menos protegida, levaram as entrevistas a ocorrer de maneira diferente das experiências de “prosa”, convencionais aos espaços rurais.

Durante as primeiras visitas, percebeu-se que o uso da máscara de proteção era uma prática restrita, o que leva a crer que no início da pandemia o espaço rural se apresentava como um espaço de segurança, devido ao menor fluxo de pessoas ou de possibilidades de circulação da doença para seus moradores. O entendimento de que a

Covid-19 seria um vírus de caráter urbano, proliferado em condições de aglomeração das cidades, fez com que muitas famílias rurais não se protegessem devidamente dentro de seus territórios logo de início, estabelecendo contatos sem máscaras com vizinhos e pessoas próximas, tanto no trabalho como no convívio cotidiano.

Isso pôde ser constatado em visita ao Assentamento Dom Paulo Evaristo Arns, quando se observou que o uso de máscara ficava limitado a algumas circunstâncias, e que muitos ainda acreditavam que a doença não apresentava um verdadeiro risco à saúde e à vida. Nos assentamentos o uso da máscara possuía uma maior complexidade, relacionada justamente à forma de vivência do e no espaço: o espaço de vida e doméstico é também o espaço de trabalho. Enquanto nos espaços urbanos foram introduzidas novas relações como o *home-office*, nos espaços rurais o doméstico e o trabalho sempre se confundem.

A seguir está o registro de uma reunião realizada no dia 28 de novembro de 2020. No momento era celebrado o contrato de cooperação técnica junto a Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste (ASSOCENE), visando a operacionalização do crédito instalação para a construção de habitações rurais. Alguns meses depois o representante da associação, presente nesta reunião e na fotografia, faleceu após contrair o vírus da Covid-19.

Figura 2 – Reunião para assinatura de contrato de cooperação técnica visando a construção de habitação rural no Assentamento Dom Paulo Evaristo Arns (2020)



Fonte: Trabalho de campo (STOCKLER, 2020)

Com o diagnóstico dos primeiros casos de Covid-19 nos assentamentos de Marabá Paulista, percebeu-se que, apesar do aparente isolamento espacial característico das áreas

rurais, o fluxo de assentados, de seus familiares, trabalhadores, prestadores de serviço, visitantes, dentre outros, foi suficiente para estabelecer vias de contágio. Destaca-se ainda um fluxo habitual relacionado à utilização do transporte municipal da saúde como uma via de deslocamento para a cidade, funcionando como uma espécie de circular rural-urbano. Em finais do ano de 2021 surgiram novas variantes da doença e epidemias de gripe, levando mais uma vez ao estabelecimento de cautela e precaução, e principalmente, criatividade metodológica para combinar técnicas de pesquisa e fontes de informação possíveis.

Para dar andamento às entrevistas com os sujeitos dos assentamentos rurais, buscou-se alternativas como o uso de ferramentas de chamadas de vídeo. Foram realizadas duas entrevistas por meio do aplicativo *WhatsApp* com presidentes de associações de produtores, supondo este ser um perfil social com maior acesso tecnológico e maior conhecimento técnico para operacionalizar a ferramenta. Contudo, o instrumento se mostrou inviável e limitado, evidenciando a condição de exclusão digital no campo.

Apesar de grande parte dos assentados terem acesso a um *smartphone*, durante a pandemia ficou evidente que esses aparelhos não são bem operacionalizados e nem sempre são de uso individual. Muitas vezes eles são compartilhados com outros membros da família, como no caso de filhos e netos que precisaram do instrumento para atividades escolares. Há casos pontuais de ausência ou indisponibilidade de sinal de telefonia, haja vista que, assim como a maioria da população brasileira, até o ano de 2019 os sujeitos rurais acessavam à internet majoritariamente por meio de pacotes de dados móveis³. Esse foi um problema particularmente verificado na realidade do Assentamento Santa Maria 2, onde o sinal é extremamente instável e em alguns pontos, inexistente.

Há casos em que o aparelho celular não é compatível com a tecnologia necessária aos aplicativos de mensagens e vídeo, ou mesmo casos mais graves, quando há a proibição de acesso a essas tecnologias por parte de algum membro da família. Foram verificados alguns casos em que a mulher titular do lote não tem acesso às redes sociais, ou quando tem, é obrigada a compartilhar suas contas e aparelho com o cônjuge. Já no

3 Segundo o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), 58% da população brasileira acessava à Internet exclusivamente pelo celular em 2020, desconsiderando aqui as pessoas consideradas não usuárias, que utilizam *apps* de mensagem e redes sociais sem franquia de dados, mas por meio do zero *rating*. Entre 2019 e 2021, houve um acréscimo de 20 pontos percentuais na proporção de residências rurais com acesso à internet, passando de 51% para 71% (CETIC.BR, 2021).

caso do Assentamento Governador André Franco Montoro a situação é ainda mais crítica, já que cerca de 60% das famílias ainda se encontravam sem fornecimento de energia elétrica até meados do ano de 2021. Logo, a inclusão digital no campo e o próprio projeto de uma “Ater Digital” acabaram se tornando um novo elemento de análise.

Por esses motivos, uma das estratégias de adequação da pesquisa foi a redução drástica na amostragem pretendida. Manteve-se apenas a proposta de uma escolha não aleatória, que persistiu sendo definida a partir da identificação da diversidade de características dos sujeitos, conforme elementos diagnosticados em fontes primárias e na análise documental, segundo informações da Fundação Itesp. Todos os assentamentos do município foram representados com pelos menos uma entrevista dentre as 15 realizadas.

A partir dos dados obtidos sobre a composição familiar dos assentamentos, considerou-se estratégico ressaltar a diversidade a partir da forma como os assentados chegaram à titularidade do lote agrícola. É recorrente que a investigação social parta da fala de sujeitos específicos e pré-selecionados com alguma relevância dentro de seu grupo social, e nesta pesquisa, a importância está naquilo que pode vir a ser considerado fator de diferenciação na produção e reprodução do espaço e dos atores. Dessa maneira, os titulares dos lotes agrícolas foram selecionados para entrevista de acordo com os seguintes critérios de origem:

- a) Originário: aqueles que estão na comunidade desde a implementação do projeto;
- b) Origem por indenização: aqueles que ingressam no assentamento por meio da indenização de benfeitorias de beneficiários desistentes;
- c) Origem por sucessão: aqueles que viveram o processo de sucessão familiar da titularidade do lote;

O objetivo desta seleção é demonstrar a diversidade de experiências espaço-temporais dentro de um mesmo assentamento, supondo que, do ponto de vista social, a diferenciação do espaço-tempo entre os sujeitos implica em diferenças de posição e capacidades de exercício do poder (RAFFESTIN, 1993). O quadro a seguir relaciona os entrevistados por origem, com os assentamentos e lotes entrevistados. Em negrito estão os sujeitos de destaque, que desempenham funções estratégicas como presidentes e presidentas de associações ou lideranças de movimentos sociais:

Quadro 2 – Entrevistas realizadas nos assentamentos rurais de Marabá Paulista

Originário	1. Assentamento Areia Branca, lote 79 2. Assentamento Santo Antônio, lote 02 3. Assentamento Nossa Senhora Aparecida, lote 10 4. Assentamento Santo Antônio do Prata, lote 05 5. Assentamento Dom Paulo Evaristo Arns, lote 27 6. Assentamento Dom Paulo Evaristo Arns, lote 03 7. Assentamento André Franco Montoro, lote 175 8. Assentamento André Franco Montoro, lote 120 9. Assentamento André Franco Montoro, lote 05
Indenização	10. Assentamento Santa Maria 2, lote 20 11. Assentamento Santo Antônio do Prata, lote 17 12. Assentamento São Pedro, lote 03 13. Assentamento Areia Branca, lote 86
Sucessão	14. Assentamento Santo Antônio, lote 71 15. Assentamento Santa Maria 2, lote 08

Portanto, a preocupação central foi contemplar a diversidade dos sujeitos e dos espaços, sendo determinante também para a escolha dos técnicos-extensionistas. Foram entrevistados diferentes profissionais que compõe o corpo técnico da Fundação Itesp, não se restringindo apenas aos engenheiros agrônomos, considerados os profissionais referência nos trabalhos de Ater, mas que no caso da Fundação Itesp, estão muito mais personificados na figura do técnico agrícola. Os perfis profissionais entrevistados foram: um médico veterinário, três técnicos agrícolas, dois engenheiros agrônomos, uma assistente social e um geógrafo.

Consequentemente, as entrevistas ampararam o desenvolvimento das discussões teóricas, trazendo os principais pontos que caracterizam os conflitos entre os atores, mas também, seus pontos de consenso. Alguns termos utilizados pelos entrevistados foram considerados peças-chave para compreender o que se espera da política pública de Ater nas condições dos projetos de assentamento rural.

A opção deste trabalho por analisar as políticas públicas a partir de uma abordagem territorial decorre do reconhecimento de que as contradições e os conflitos são os maiores desafios à proposição e execução de projetos devido à diversidade dos atores. O território será, dessa maneira, definido aqui como sinônimo de relações sociais projetadas no espaço (SOUZA, 2000), neste caso, nos espaços rurais de Marabá Paulista, sendo esse município compreendido como uma fração do Pontal do Paranapanema, que é um território em constante disputa (FELICIANO, 2009).

O conceito de “território” foi introduzido no pensamento geográfico a partir da teoria determinista ratzeliana, mormente fundamentada na relação entre espaço vital e

Estado, ou na própria concepção do Estado-Nação, desconsiderando por isso as diversas escalas do território (RAFFESTIN, 1993). Tal associação fez com que o conceito e a própria escola determinista fossem relegados das discussões do século XX, e o território só retornaria ao centro das discussões geográficas após desertar-se de uma concepção de poder exclusivista do Estado e de sua conformação político-administrativa (SOUZA, 2000).

O território é reintroduzido nas discussões geográficas especialmente a partir das contribuições de Claude Raffestin (SAQUET, 2013). Assim o conceito passa a ser abordado com ênfase nas relações de poder, para além do poder político e da dominação tradicional, abrangendo o seu sentido simbólico e seu movimento de apropriação, estabelecendo conotações mais dinâmicas, com perspectivas multidimensionais e multifuncionais, nas quais se destacam as dinâmicas e processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (HAESBAERT, 2007).

Raffestin (1993) considera o espaço como o substrato onde o território se constrói. Apesar de uma concepção aparentemente simplista em relação a sua natureza física e material, a perspectiva se torna complexa na medida em que tenta compreender as múltiplas relações e dimensões que envolvem a sua construção, manifestas na política, na cultura e na economia. Logo, a territorialidade é concebida como algo relacional e dinâmico, a partir de relações construídas em um sistema tridimensional que engloba sociedade-tempo-espaço.

Assim o exercício do poder é considerado um elemento basilar na compreensão das dinâmicas territoriais. Em Raffestin (1993) ele deriva da concepção foucaultiana, na qual o poder é exercido de maneira intencional e objetiva, sendo imanente às relações sociais e suscetível à resistência. Ele pode ser mensurado por uma combinação variável de energia e informação, decorrendo dela uma relação intrínseca com o saber, e na qual uma situação de equilíbrio ou desequilíbrio pode vir a desencadear relações de caráter simétrico ou dissimétrico. Ao utilizar estes conceitos nas relações entre os atores no campo das políticas públicas, cristaliza-se o caráter dissimétrico das relações entre o Estado e os assentamentos, entre os próprios assentados e suas capacidades coletivas e individuais de acumular informação, mas também a capacidade de energia que mobiliza os grupos sociais e suas representatividades, inclusive dentro da esfera do poder público.

O território é, portanto, por excelência, um conceito geográfico, embora sua complexidade eleve-o às discussões em outras áreas das ciências humanas e sociais. Por isso a preocupação central de Saquet (2009) reside nas discussões teóricas que deem conta

das características de produção, dominação e apropriação, das relações de poder, das identidades, contradições, desigualdades, diferenças, mudanças, permanências e das redes de circulação dos territórios. Sua construção se fundamenta em uma abordagem histórica, relacional e multidimensional-híbrida da territorialidade. Assim o autor permite que o conceito transite pelas fronteiras disciplinares, a partir dos aspectos econômicos, políticos, culturais e naturais (E-P-C-N). Diferente de Raffestin (1993), Saquet (2009) defende uma relação de unidade entre espaço e território, na qual não há uma separação ontológica entre os conceitos.

Em Souza (2000, p. 78) o território se apresenta como "um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder". Para o autor, apesar da importância das questões que envolvem a disputa pelo uso dos recursos naturais, a produção dos sujeitos no espaço e suas relações identitárias, o que é determinante ao conceito é o domínio e a influência que nele são exercidos. Diferente de Raffestin (1993), que dialoga com a perspectiva filosófica de poder construída na obra Michel Foucault, o autor utiliza-se da perspectiva de Hanna Arendt⁴. A interpretação é de que o poder deva ser considerado como uma habilidade humana coletiva de acordar e legitimar ações individuais e de grupos, e que não se manifesta de maneira violenta, já que a violência se opõe ao poder, funcionando como um indicativo de sua fragilidade ou de sua ausência.

Independente da defesa sobre as formas dominação e de exercício do poder, a importância da compreensão das dimensões territoriais e de suas dinâmicas levaram também a uma tentativa de incorporação desse conceito no planejamento das políticas públicas. A princípio, seu objetivo seria substituir a perspectiva do desenvolvimento regional, tradicionalmente caracterizada por ações de espoco setorial e pela intervenção macroeconômica e macrosocial do Estado (FAVARETO, 2010, SCHNEIDER, 2010).

Favareto (2007) identifica um processo histórico na construção das políticas públicas de desenvolvimento no Brasil e no mundo, destacando a influência dos organismos multilaterais em sua elaboração na América Latina. Distingue assim momentos e fases dos projetos aplicados, que começam com as iniciativas de desenvolvimento comunitário (1930-1960), seguidos dos projetos de reforma agrária (1960-1980), dos projetos de desenvolvimento rural integral (1980-1990), chegando finalmente aos projetos de desenvolvimento territorial e de combate à pobreza (1990-2020). A abordagem territorial seria fruto do reconhecimento das dinâmicas espaciais e

⁴ ARENDT, Hannah. Sobre a violência. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011.

do incentivo a sua execução por parte de organismos como o Banco Mundial, a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) (FAVARETO, 2010).

Ao adentrar à temática dos projetos de desenvolvimento rural, é imprescindível compreender também que a partir da década de 1980 se inicia um movimento de estímulo às políticas públicas direcionadas por estes organismos no âmbito da regularização fundiária em países subdesenvolvidos, orquestradas principalmente pelo Banco Mundial (PEREIRA, 2006). Segundo Pereira (2006), um enfoque pró-mercado de terras se transformou em um conjunto de diretrizes e de princípios em favor do desenvolvimento rural e da superação da pobreza, que se fortalece com as políticas de ajuste estrutural e com as reformas neoliberais vividas no Brasil no início década de 1990. Um exemplo de sua aplicação na esfera da política agrária foi o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), antigo Banco da Terra. Atualmente, a defesa da regularização fundiária tem ancorado um novo perfil de políticas brasileiras, obscurecidas por um discurso de defesa da segurança jurídica, como nos casos da titulação de assentamentos rurais, da regularização de áreas griladas e da própria interrupção dos projetos de democratização do acesso à terra.

Não obstante, há cerca de duas décadas algumas políticas públicas brasileiras têm sido objeto de reformulação a partir da concepção do desenvolvimento territorial (FAVARETO, 2007; SCHNEIDER, 2010; AQUINO *et al.*, 2020). Todavia, a ideia de território tem sido utilizada muito mais como um instrumental do que como um conceito geográfico, merecendo por isso maior atenção quanto aos seus limites e potencialidades (SCHNEIDER, TARTARUGA, 2004). Segundo Niederle (2014, p. 105), na formulação destas políticas públicas "o território torna-se um emaranhado de redes articulando múltiplas escalas espaciais".

Schneider e Tartaruga (2004) observam um movimento crescente de interesse na compreensão das dinâmicas de desenvolvimento e na relação entre atores e instituições focadas na dimensão espacial dos fenômenos econômicos e sociais. No que tange os estudos sobre políticas públicas rurais, parte-se da ideia de que esse tipo de abordagem possibilitaria uma maior proximidade entre as decisões e os atores, tendendo a fomentar ações coletivas e cooperadas, estabelecendo redes e experiências que favoreçam o surgimento de novas perspectivas de desenvolvimento (SCHNEIDER, TARTARUGA,

2004; FAVARETO, 2007). Outra finalidade seria a de promover uma nova cultura institucional e política, capaz de combater algumas práticas identificadas como o clientelismo, coronelismo, patrimonialismo, patriarcalismo, mandonismo e assistencialismo (NIEDERLE, 2014).

Contudo, verifica-se que há limites impostos pela própria estrutura administrativa e pela cultura política do Estado em possibilitar sua efetivação, e que em muitos casos elas acabam favorecendo o poder de atores tradicionais do jogo político ou empoderando novos atores, que passam a replicar práticas tradicionais do poder local (NIEDERLE, 2014). Ademais, conforme Saquet (2011), é importante que se pense o desenvolvimento territorial por meio de processos participativos e democráticos, que busque sobretudo a melhoria da qualidade de vida para todos, e que tal objetivo só se atinge por meio de uma leitura territorial integrada do rural com o urbano, entendendo-os como territórios articulados em múltiplas redes.

Se a perspectiva de planejamento territorial passa a ser utilizada nas políticas de desenvolvimento rural, a Assistência Técnica e a Extensão Rural (Ater) também passa a ser afetada por novos preceitos, especialmente por meio da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater). Isso posto, a territorialidade torna-se imprescindível para compreender as dinâmicas do trabalho de Ater: as lógicas dos atores, seus valores e suas relações com o território, para que se possa definir estratégias que contemplem o objetivo da sustentabilidade em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural.

As políticas públicas de Ater no Brasil podem ser enquadradas em três períodos distintos, com o desenvolvimento de objetivos e metodologias que se sucederam nas fases humanista assistencialista, difusionista produtivista e humanista crítica (RODRIGUES, 1997). As duas fases iniciais estimularam a manutenção de relações assimétricas de poder no campo, com o exercício do controle dos recursos materiais e do saber dos extensionistas, em detrimento do saber e conhecimento popular (NIEDERLE, 2014). As críticas a esses modelos serão realizadas pela perspectiva crítica e dialógica a partir da terceira fase, na qual a extensão rural vai ao encontro do conhecimento na medida em que deixa de se pautar na simples transferência de técnicas, passando a buscar a transformação e humanização dos sujeitos, como uma prática de educação libertadora (FREIRE, 1983).

Em termos gerais, a crítica se assenta no papel da Ater na construção de projetos de desenvolvimento rural pautados em relações dissimétricas, com o controle de energia

e informação (RAFFESTIN, 1993) na figura dos extensionistas, representantes do poder e da ideologia do Estado. Para Saquet (2009, p. 87):

A territorialidade efetiva-se em distintas escalas espaciais e varia no tempo através das relações de poder, das redes de circulação e comunicação, da dominação, das identidades, entre outras relações sociais realizadas entre sujeitos e entre estes com seu lugar de vida, tanto econômica como política e culturalmente. [...] é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo social e de grupos distintos. Nas territorialidades, há continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço; [...] estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar.

Dessa maneira, analisar os trabalhos da Fundação Itesp, cujo papel também é executar a política fundiária do Estado possibilitando o uso de terras devolutas para reterritorialização de trabalhadores rurais, implica no entendimento das estratégias dos atores e de suas perspectivas quanto à possibilidade de desenvolvimento proporcionado pelos serviços de Ater. Neste âmbito, a questão da pluriatividade (CARNEIRO, 1996; GRAZIANO DA SILVA, 1996; SACO DOS ANJOS, 2001; SCHNEIDER, 2007) aparece como um dos maiores dissensos entre os atores, levando a diferentes interpretações sobre a utilização e a finalidade do espaço rural e do desenvolvimento territorial a partir dos assentamentos rurais.

Partindo do pressuposto de que todo território é produzido por atores sociais e de que sua construção é sempre permeada por relações de poder que se apoiam no tempo e no espaço (RAFFESTIN, 1993), os capítulos desta pesquisa estão organizados de modo a contribuir para o entendimento dos objetivos traçados e para a verificação da hipótese: a Fundação Itesp tem como atribuição realizar um trabalho distinto e mais complexo do que as demais empresas e organizações brasileiras de Ater, na medida em que também contribui para a reordenação do espaço rural e para a reterritorialização de trabalhadores rurais sem-terra:

- Capítulo 1: Caracterização do território e dos atores, com ênfase nos aspectos históricos e dados sobre o município de Marabá Paulista, além do resgate do histórico fundiário do Pontal do Paranapanema. Serão caracterizados também os assentamentos e os atores envolvidos na escala municipal, destacando suas estratégias e visões sobre a política e as políticas públicas de desenvolvimento rural.

- Capítulo 2: Resgate histórico da política pública de Ater como uma política de desenvolvimento rural brasileira, com suas crises e desdobramentos, contextualizando o surgimento da Fundação Itesp. O processo de ressurgimento de uma política nacional de Ater, seus objetivos e críticas, além dos seus impactos na execução dos serviços da Fundação Itesp nos assentamentos rurais.
- Capítulo 3: Potencialidades, problemas e objetivos na execução da Ater da Fundação Itesp, considerada aqui como uma Ater integrada, com destaque aos conflitos em torno da ideia de pluriatividade nos projetos de assentamentos rurais.
- Capítulo 4: Considerações finais e reflexões sobre os objetivos de projetos de desenvolvimento, os desafios na gestão dos conflitos para a permanência e renovação dos serviços de extensão rural pública da Fundação Itesp.

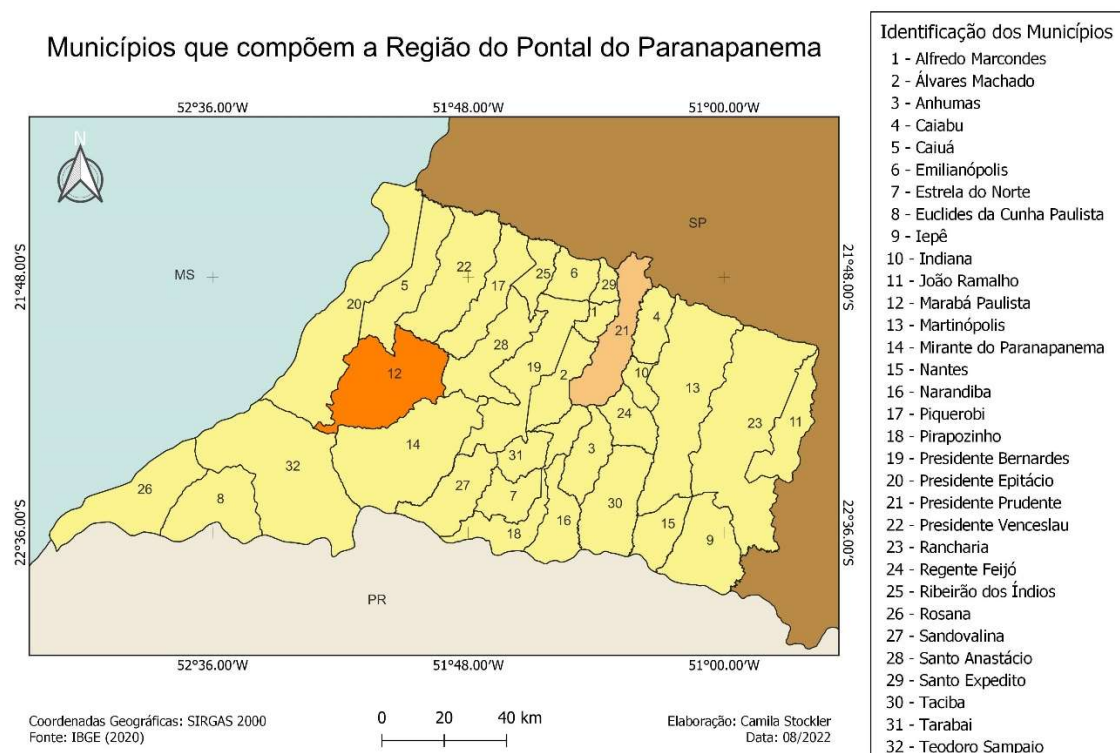
1. Caracterização do Território em estudo

1.1 Marabá Paulista: um recorte escalar municipal

O município de Marabá Paulista está localizado na Região Geográfica Intermediária de Presidente Prudente, no extremo oeste do estado de São Paulo, conhecida também como a região do Pontal do Paranapanema. O município possui área total de 919,519 km² e população estimada em 6.039 pessoas no ano de 2021 (IBGE, 2021). Possui ainda a segunda menor densidade demográfica do estado de São Paulo, com 5,24 habitantes por km² (IBGE, 2021), evidenciando, dentre suas características, a má distribuição ou concentração de terras em uma realidade espacial essencialmente rural, sem dispor de grandes reservas nativas de vegetação, como no caso da reserva⁵ encontrada no município vizinho, Teodoro Sampaio.

A Figura 3 mostra a sua localização, bem como dos municípios que compõe a região.

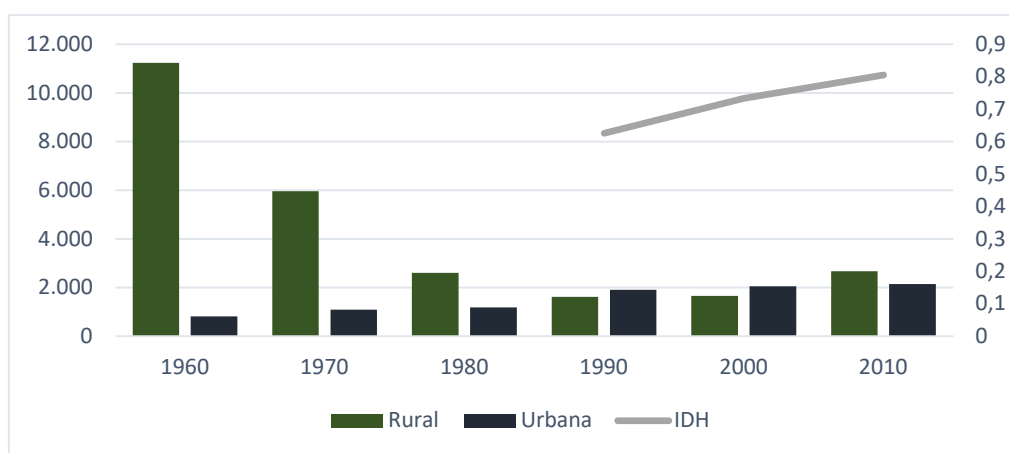
Figura 3 – Localização de Marabá Paulista (SP)



5 A O Parque Estadual Morro do Diabo foi criado em 1986. É um dos últimos remanescentes de mata nativa da região, após inúmeros impasses no processo de consolidação da reserva e no avanço da ocupação irregular das terras públicas durante a década de 1940 (LEITE, 1998).

Durante os anos de 1960, no contexto nacional de expansão urbana e êxodo rural, o município sofreu a sua maior perda populacional, fenômeno que também ocorrera na região como um todo. Em termos gerais, a dinâmica de sua população esteve sempre condicionada a um comportamento flutuante devido aos trabalhos sazonais no campo. Contudo, o perfil de uma população majoritariamente rural retorna ao município a partir da década de 2000, conduzido principalmente pela política de assentamentos rurais e pelo processo de reterritorialização dos trabalhadores sem-terra.

Gráfico 1 – População urbana e rural de Marabá Paulista entre 1960 e 2010 e variação do IDH-M entre 1990 e 2010



Fonte: IBGE

Estima-se que os dados populacionais da década de 2020 apontem um considerável incremento da população rural em virtude da instalação de novos assentamentos. Esta predominância é retrato da manutenção de uma dinâmica econômica, baseada majoritariamente em atividades da agricultura e pecuária, e não obstante, mesmo diante da diminuição de sua população rural ao longo dos anos, observa-se que sua população urbana pouco se modificou.

A subordinação da dinâmica urbana ao rural faz de Marabá Paulista uma pseudocidade, dependente das atividades primárias e incapaz de satisfazer as necessidades regulares, impostas ou inerentes a sua comunidade (SANTOS, 1979). Prevalece assim a concepção de uma ruralidade na qual se realiza a organização da vida social, onde o espaço pode ser compreendido tanto como espaço físico, na ocupação do território e de seus símbolos; como lugar onde se vive, com suas especificidades e

construções identitárias; e como lugar de onde se vê e se vive o mundo, na relação entre o homem rural com o todo, e dele como cidadão (WANDERLEY, 2000).

A pequena dinâmica urbana local está restrita à vida administrativa do poder público e à prestação de alguns serviços. Por isso o município passou a sofrer as consequências de um baixo dinamismo econômico, com forte dependência orçamentária e endividamento, apresentando um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado no início da década de 2000. Segundo a Secretaria de Assistência Social de Marabá Paulista (2020), parte considerável da população não possui renda estável ou fixa, criando uma grande demanda por auxílios e programas sociais. O principal empregador da cidade é o próprio poder público municipal, que possui atualmente cerca de 350 servidores ativos, segundo o Portal da Transparência (2022)⁶.

Há também algumas pequenas fábricas de confecção, que majoritariamente terceirizam o trabalho feminino na costura de vestuário. Nos setores públicos estadual e federal, conta com a Penitenciária João Augustinho Panucci, uma agência do Banco do Brasil e uma agência dos Correios, mas em ambos os casos acabam por empregar servidores concursados que diariamente realizam o movimento de migração pendular. A agricultura e a pecuária são, pois, suas atividades de maior relevância econômica, social e cultural.

Segundo a Plataforma de Dados EmpresAqui (2022), Marabá Paulista contava com 1.533 empresas ativas no ano de 2022, identificadas por meio do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e agrupadas de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae). A Tabela 1 demonstra o quantitativo de empresas e o percentual aproximado de sua participação nas atividades produtivas do município, demonstrando a relevância da atividade pecuária e distinguindo-a entre os segmentos de corte e leiteiro:

⁶ Disponível em <https://www.marabapaulista.sp.gov.br/>

Tabela 1 – Empresas cadastradas em Marabá Paulista (SP), de acordo com o Segmento de Atividade Econômica (2022)

Tipo de Empresa (Cnae)	(nº)	(%)
Criação de bovinos para corte	648	46
Criação de bovinos para leite	459	32
Cultivo de cana-de-açúcar	67	4
Criação de bovinos exceto para corte e leite	33	2
Cultivo de mandioca	23	1
Cultivo de milho	22	1
Cultivo de soja	17	1
Cultivo de amendoim	16	1
Produção de sementes certificadas de forrageiras para formação de pasto	14	1
Cultivo de algodão herbáceo	13	0,9
Cultivo de outras plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	12	0,8
Atividades de organizações políticas	10	0,7
Atividades de associações de defesa de direitos sociais	9	0,6
Cultivo de melancia	8	0,5
Confecção de peças do vestuário exceto roupas íntimas e sob medida	8	0,5
Obras de alvenaria	7	0,5
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	7	0,5
Horticultura exceto morango	6	0,4
Restaurantes e similares	5	0,3
Transporte rodoviário de carga exceto produtos perigosos e mudanças municipal	5	0,3
Comércio varejista de mercadorias em geral com predominância de produtos alimentícios - minimercados mercearias e armazéns	5	0,3

Fonte: EmpresAqui (2022)

Historicamente, sucederam-se no município os ciclos produtivos comerciais de café e algodão, consorciados às lavouras de milho, feijão, arroz e mandioca. Tal produção agrícola está culturalmente associada ao fluxo de pioneiros e migrantes, como no caso dos japoneses e os pequenos cultivos de soja; italianos e mineiros na produção do milho; baianos, alagoanos, sergipanos e pernambucanos na produção de mandioca (MONBEIG, 1984; LEITE, 1998).

Uma das marcas originárias do povo marabaense está no expressivo movimento migratório nordestino, determinante também à grande parte do Pontal do Paranapanema. Ali desenvolveram não só o povoado, como também as suas culturas agrícolas, atuando como trabalhadores volantes e boias-frias em fazendas da região (LEITE, 1998). As

demais levas de ocupantes, como os imigrantes italianos e japoneses, chegaram no início do século XX, e durante algumas décadas o povoado gozou de certa prosperidade com os ciclos cafeeiro e algodoeiro.

Sua formação étnica-cultural, além deste amálgama induzido por campanhas de colonização, também é fruto do processo de extermínio dos povos originários. Segundo Leite (1998), o território consistia em uma grande área coberta por florestas nativas e povoada por indígenas das etnias caiuíá, kaingang, tupiniquins, xavantes e coroados, que não resistiram à missão de extermínio de seus colonizadores.

As grandes lavouras foram sucessivamente perdendo espaço para o aumento das pastagens e das atividades agropecuárias a partir da década de 1970. A penetração do gado tem função seminal na disputa e no domínio deste território, e o papel atual do Brasil no cenário de produção e exportação de alimentos e *commodities* faz da região do Pontal do Paranapanema um permanente mosaico de pastagens. Segundo o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2021), Marabá Paulista possui o nono maior efetivo bovino do estado de São Paulo e, entre os dez maiores produtores paulistas, sete se encontram na região do Pontal do Paranapanema.

Com a chegada dos anos de 1980, após as crises desencadeadas pelo choque do petróleo, ganha-se espaço e incentivo estatal à produção de biocombustíveis e, conseqüentemente, à expansão das lavouras de cana-de-açúcar dentro do Programa Nacional do Alcool (Proálcool). As terras do Pontal tornaram-se então objeto de expansão das usinas sucroalcooleiras, e Marabá Paulista acabou se tornando palco de uma morosa disputa judicial em torno da Destilaria Decasa Açúcar e Alcool S. A:

[...] a ampliação da arrecadação fiscal/tributária de base municipal foi a principal justificativa para que o município de Marabá Paulista empreendesse no ano de 2005, uma ação extrajudicial contestando a localização da Decasa Açúcar e Alcool. A intenção era provar que a mesma estava em seu território municipal e, não no território de seu vizinho, o município de Caiuíá, que desde a fundação da empresa na década de 1980 recebia os impostos e tributos decorrentes da atividade sucroenergética [...] A estratégia institucional efetuada por Marabá Paulista, que logrou sucesso, pelo menos no primeiro momento, reverte-se com o encerramento das atividades de processamento de cana-de-açúcar na unidade fabril, a partir do início de 2013, em decorrência do Plano de Recuperação Judicial impetrado no ano anterior (FONSECA, 2015, p. 19).

Após o conflito envolvendo a disputa sobre a territorialidade da empresa, a destilaria acabou sendo responsável pela demissão de mais de 1.200 trabalhadores, que ainda aguardam o pagamento de salários e benefícios atrasados (FONSECA, 2015). Em

março de 2021 a empresa fora arrematada em leilão judicial, com promessas de reativação das atividades já no ano de 2022, o que não ocorreu. Ainda assim há forte presença de cultivos extensivos de cana-de-açúcar, mas que já começam sofrer com a disputa pelos espaços do cultivo emergente da soja.

O espaço no qual se desdobra a formação deste município e do território do Pontal como um todo é uma sucessão de modelos exploratórios, ciclos produtivos e disputas entre diferentes sujeitos e suas lógicas de produção e reprodução. Segundo Santos (1988, p. 9), o espaço é assim “como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento”.

Para Kaiser (2006) o espaço não é uma categoria independente, mas sim um elemento do sistema social. Por isso a pesquisa de campo torna-se um meio de apreensão da situação social, que é em si, um produto da história. O geógrafo deve então se preocupar com as relações construídas entre os homens e o espaço, e delas, as suas situações de conflito. Estas, por sua vez, só podem ser identificadas e compreendidas a partir do diálogo com os sujeitos. O autor ressalta que “Através das lembranças das pessoas e da reconstituição que elas fazem da história que aprenderam, os grandes traços determinantes da situação atual aparecem claramente” (KAISER, 2006, p. 99).

Desse modo, abordaremos parte da historiografia local a partir de alguns de seus municípios, desde o surgimento de Marabá Paulista e de seu povoado constituído por duas grandes fazendas: Santo Antônio e Ribeirão das Antas. Identifica-se o protagonismo de alguns de seus fundadores, com destaque à figura de Ênio Pepino, filho de imigrantes italianos que constitui carreira na área de colonização. Teve relevância política como prefeito do município de Presidente Venceslau e como colonizador de parte do norte do estado do Paraná e de algumas cidades mato-grossenses, dentre elas a cidade de Sinop, que leva o nome de sua colonizadora. A ele eram atribuídas as terras que hoje determinam o pequeno perímetro urbano de Marabá Paulista, cedidas para a implantação do município. Terras públicas e devolutas.

Em uma de minhas visitas ao município, interpelando seus moradores sobre suas relações e sentimentos com aquele lugar, por mais de uma vez fui alertada sobre o episódio de mudança do nome do antigo povoado, após o decreto de criação municipal. O povoado foi alçado à condição de Distrito de Paz do Município de Presidente Venceslau em 1944, criando-se o distrito de Areia Dourada, que já em 1953 é elevado à categoria de município, com o nome Marabá Paulista.

De acordo com alguns desses moradores, o antigo nome do povoado fazia alusão à presença de um tipo de solo arenoso, que motivou inclusive a nomear o seu primeiro assentamento rural, em 1988, com o nome “Areia Branca”. Estes moradores não souberam dizer o porquê da mudança após a independência, mas afirmam convictos ser “coisa de político” ou “coisa de política”. Criou-se neste contexto uma narrativa na qual alguns marabaenses atribuem o aparente subdesenvolvimento do lugar como um castigo de ordem mítica, devido ao fato de relegarem o nome original do povoado, que referenciava justamente àquilo que sempre lhes foi mais sagrado: a sua própria terra.

A palavra “marabá” surge pela primeira vez na literatura brasileira na obra de Gonçalves Dias⁷. Nela, o significado da palavra é atribuído a uma mulher índia mestiça que sofre com a segregação social em sua tribo, em razão de atributos fenotipicamente europeus manifestos em sua imagem. Marabá seria assim uma degeneração, ou algo relativo àquilo que é impróprio, inaceitável ou inadequado, como um elemento de marginalização dentro da narrativa romântica indianista. Já em sua origem etimológica, na língua tupi-guarani, marabá deriva de *marã*/guerra e *abá*/gente, tendo um sentido muito diferente daquele ressignificado pela literatura brasileira.

Para Corrêa (2009) o estudo da toponímia demonstra como o processo de nomeação de espaços públicos, como o nome de cidades e de ruas, está intimamente ligado a conjunção dos elementos “poder”, “território” e “linguagem”. Por essa razão, ele deve ser interpretado também como um processo político, que culmina na criação da própria identidade nacional ou local. Portanto, se para Corrêa (2009, p. 202) “nomear lugares é impregná-los de cultura e de poder”, renomear um povoado ou uma pequena cidade implica em um processo de regularização e atribuição de novos significados, e em certo sentido, na tentativa de reescrever a sua própria história.

Segundo Souza (2013), o que se evidencia a priori na ideia de lugar não é necessariamente a sua dimensão do poder, mas sim a sua dimensão cultural e simbólica, identitária e intersubjetiva do espaço vivido, o que acaba por vezes obscurecendo alguns conflitos em torno da toponímia. Não obstante, a manifestação dessas relações de poder pode ser observada de maneira mais explícita nas disputas que ocorrem no processo de nomeação dos assentamentos rurais.

Há um conflito de interesses entre os grupos envolvidos na produção, demarcação e nomeação desse novo espaço social, que incluem: os movimentos sociais diversos que

⁷ Marabá é o nome de um dos poemas publicado em sua obra *Últimos Cantos* (1851).

integraram a luta pelo território e que defendem a nomeação do assentamento com os nomes de seus respectivos acampamentos; o Estado e seus interesses em nomeá-lo, muitas vezes como forma de homenagear figuras públicas e políticas; os segmentos e grupos que desejam preservar o nome da antiga fazenda por motivos diversos, e que por vezes, resistem a utilizar o nome oficializado pelo Estado.

É o conflito que se verifica atualmente nos assentamentos mais recentes de Marabá Paulista, onde ainda se insiste na utilização dos nomes das fazendas, tanto entre a comunidade como entre os agentes do Estado. Assim, é muito mais provável que se obtenha informações sobre esses lugares perguntando aos moradores sobre os assentamentos “Floresta” e “Nazaré”, do que sobre os assentamentos Dom Paulo Evaristo Arns e Governador André Franco Montoro. Já nos assentamentos mais antigos, esse tipo de conflito foi amenizado com a preservação dos nomes das fazendas, majoritariamente nomeadas por santos da Igreja Católica.

Outra disputa relacionada à nomeação dos lugares e que ocorre de maneira concomitante, tanto em assentamentos mais novos como nos mais antigos, é a prática de nomeação dos lotes agrícolas como sítios autônomos e independentes. Em muitos casos, os titulares referem-se aos seus lotes pelos nomes escolhidos por eles próprios, demonstrando a necessidade de se criar um elo de identificação com o lugar, para além da impessoalidade da divisão numérica estabelecida pelo Estado. Estes nomes estampam placas, estão nos talões do produtor⁸ e nos cadastros de lojas agropecuárias. Isso demonstra a importância da nomeação no processo de apropriação do espaço vivido, dando sentido ao lugar e criando sua identidade, fazendo dele também um centro de significados e um elemento de comunicação e linguagem (HOLZER, 1999).

Porventura isso pode ocasionar conflitos nos sistemas públicos e unificados de cadastro, já que para o Estado este espaço é impessoal e parte de seu território. Um exemplo está no sistema de dados dos programas de transferência de renda, o Cadastro Único⁹ (CadÚnico). Sendo este auto declaratório, muitas vezes os beneficiários fornecem seus endereços suprimindo sua vinculação com os projetos de assentamento,

8 O Talão do Produtor, ou Nota Fiscal do Produtor, é um instrumento que atesta tanto a produção como o vínculo rural para fins de benefícios sociais. É também instrumento de arrecadação de impostos municipais sobre circulação e venda (ICMS).

9 O Cadastro Único para Programas Sociais foi criado em 2001, e segundo o Decreto 6.135, de 26 de junho de 2007, em seu Artigo 2º: “É um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal”.

identificando-os somente pelos nomes que deram aos seus sítios. Esse é um problema facilmente reversível em realidades como a de Marabá Paulista, onde é notório o conhecimento das equipes técnicas do poder público sobre a sua própria realidade rural. Entretanto, em outros contextos em que o rural não prepondera, isso tende a dificultar a identificação e produzir dados subestimados sobre o território, podendo afetar inclusive a formulação e planejamento de políticas públicas específicas.

Cabe destacar que a própria região oeste do Estado de São Paulo é um exemplo notório do caráter político inerente aos topônimos. Alguns de seus municípios compõem uma verdadeira ode regional à República Velha e ao poder das oligarquias, expressa nos municípios que recebem os nomes de quatro ex-presidentes brasileiros desse período: Presidente Prudente, Presidente Bernardes, Presidente Venceslau e Presidente Epitácio. A toponímia revela assim muito mais do que uma simples casualidade da nomeação, ela revela também as apropriações simbólicas do espaço que dão origem aos territórios e as suas identidades.

1.2 Precedentes Históricos do Território: ocupação e terras devolutas

Se o que se dispõe aqui é uma proposta de análise do território a partir de uma escala municipal, é preciso compreender o contexto de formação territorial no qual ela está inserida, desde antes da emancipação do povoado de Areia Dourada e do desenvolvimento de seus ciclos de produção agrícola. Sobre este histórico, tanto Monbeig (1984) quanto Leite (1998) trazem grandes contribuições, seja no estudo sobre o caráter físico-geográfico das formas de ocupação e uso da terra, seja sobre os problemas e conflitos delas decorrentes. Feliciano (2009) contribui para o entendimento de como esse histórico faz com que a região ainda hoje possa ser considerada um território em constante disputa.

A interiorização do Sertão do Paranapanema se deu pela abertura das estradas boiadeiras e pelos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, se estendendo em direção a Presidente Prudente e Presidente Epitácio entre os anos 20 do século XX. Motivada principalmente pela expansão do plantio de café em seu período áureo, muitas vezes os seus trilhos acompanhavam as novas áreas produtoras, mas por vezes também as antecipavam, em um movimento especulativo (LEITE, 1998).

Monbeig (1984) observa essa mesma dinâmica iniciada com as estradas boiadeiras, que se desdobraram com a implementação da pecuária e de plantios de gêneros diversos. Destaca ainda que até 1870, tanto esta região quanto o norte do estado do Paraná eram um vasto sertão pouco conhecido e explorado, habitado majoritariamente por indígenas e alguns poucos sertanistas, apesar de já haver indícios da ocorrência de grilagens. Em seus estudos de campo o brasilianista destaca o Pontal do Paranapanema como uma região pioneira, cujo solo, composto majoritariamente por arenito Caiuá, já sofria as drásticas consequências de uma exploração recente, mas de ritmo acelerado, descrevendo-a como:

[...] lá onde a ferrovia já não encontra obstáculos, e começa a descer lentamente no rumo do rio Paraná, atravessa uma paisagem na qual se alternam pastagens, mirradas plantações de café e lavouras de algodão, cujos solos trazem os sulcos da erosão bem à mostra” (MONBEIG, 1988, p. 22).

O autor observa a intensidade na devastação das florestas e seus impactos não só para o solo, mas também para o clima, o que viria alterar em um futuro breve os regimes pluviométricos e termométricos, considerados já instáveis naquela época. Esta mesma variabilidade climática que propiciava a associação de cultivos de pastagens, cafezais, algodoeiros e gêneros de autoconsumo estaria à mercê do aumento das instabilidades, em especial nos momentos de penetração das massas polares provenientes do sul do Brasil.

Foi a introdução da cafeicultura que fez crescer a procura por terras disponíveis e assim surgirem os primeiros municípios e distritos de paz, ao mesmo tempo em que se consolidava o poder político nas mãos dos coronéis, “donos” da terra. Mesmo com as mudanças estruturais promovidas pela política econômica da era Vargas, o coronelismo no sertão do Paranapanema se cristalizou, se reinventando e se adaptando conforme necessidades circunstanciais. Segundo Feliciano (2009), a capacidade de se adaptar aos momentos de crise está inclusive no bojo do próprio projeto de reforma agrária, que viria a ser implementado nas terras devolutas estaduais no início dos anos de 1990.

Além de um contexto bem próprio da época em que a sociedade rural manobrava a economia e a política, a indecisão do Estado em tomar medidas definitivas, talvez pela própria influência do poder rural, traduziu-se, no caso do Pontal, por incentivar arremetidas de toda ordem à propriedade pública (LEITE, 1998, p. 109).

Os pioneiros incorporavam as terras públicas como patrimônios particulares e utilizavam-se para isso de uma violenta devastação da grande reserva de mata atlântica

nativa, sacrificando indígenas e posseiros que nelas viviam anteriormente, forjando documentos de posse das áreas que eram rapidamente desmatadas e exploradas. Um processo intenso, disputado e violento, em que “Não eram raros os cadáveres vistos boiando em águas dos riachos e rios do sertão sorocabano, vítimas de tocaias traiçoeiras em picadões recém-abertos” (LEITE, 1998, p. 53).

As marcas da devastação estão no solo, mas também na edificação estrutural das cidades. Leite (1998) relata a existência de dezenas de serrarias operando na região durante a década de 1930, movidas pela vasta oferta de madeira nativa. Marabá Paulista tem inclusive, como marco espacial e histórico, uma de suas primeiras ruas denominada como “Rua da Serraria”. Monbeig (1984) destaca o uso dessas madeiras não só na construção de casas como em estruturas inteiras de cidades, geralmente muito maiores e desproporcionais às pequenas estações ferroviárias que as recebiam. Estas cidades incipientes eram uma das estratégias de fazer valer documentos ilegítimos sobre a posse das terras, de acordo com o interesse social de sua colonização.

A fragilidade e a complexidade da questão agrária brasileira demonstram como a marcha especulativa fez com que os títulos de propriedade antecedessem a própria colonização das áreas, além de promover a expulsão compulsória de pequenos posseiros, que mesmo ali vivendo há anos, não usufruíam da mesma capacidade dominial dos coronéis perante a justiça e o Estado (PRADO JÚNIOR, 2014).

A criação dos municípios na região é consequência do crescimento de uma população atraída pela disponibilidade de terras ocupadas de maneira irregular, marcadas pela ação e cumplicidade das autoridades públicas que permitiam o avanço da exploração e incorporação de suas reservas florestais (MONBEIG, 1984; LEITE, 1998). Os empreendimentos imobiliários se expandiam na medida em que avançavam os trilhos da Alta Sorocabana, sobretudo após o anúncio de sua extensão até o Estado do Mato Grosso do Sul pelo Ramal de Dourados, projetado pelo grupo Camargo Correia (LEITE, 1998).

Diferente dos povoados e comunidades que se desenvolveram tradicionalmente e espontaneamente a partir de centros nucleares, compostos por igrejas e pequenos estabelecimentos comerciais, algumas cidades do Pontal do Paranapanema foram induzidas ao desenvolvimento às margens da linha férrea. Esse modelo demonstra que as cidades que mais avançaram foram aquelas cujos trilhos as atravessaram, enquanto aquelas que apenas os aguardaram, não gozaram do mesmo desenvolvimento, como no caso de Marabá Paulista.

Na Figura 4 é mostrado o projeto de traçado e ampliação dos trechos finais da linha férrea da Alta Sorocabana, que seriam realizados na década de 1970, mas que não chegaram a ser concluídos. No caso de Marabá Paulista, os trilhos limitaram-se a passar pelos municípios vizinhos.

Figura 4 – Traçado do projeto de ampliação da Linha Férrea da Alta Sorocabana (1970)



Fonte: CAVALCANTI (2021)

Segundo Monbeig (1984, p. 75), os pioneiros do Oeste Paulista estavam “mais apressados em fazer fortuna do que desejosos de se fixarem e menos satisfeitos com a posse de uma terra sua, do que fascinados pelos vastos espaços verdes”. Sobre o desprezo pela mata nativa, Leite (1998) corrobora com a defesa inabalável dos grileiros sobre a necessidade de se extinguir as reservas florestais, que seriam o obstáculo ao desenvolvimento econômico da região. A defesa era de que o Pontal seria “o grande celeiro agropecuário de São Paulo, tão logo se lhes liberassem as terras das reservas” (LEITE, 1998, p. 179).

A pecuária esteve presente desde a abertura das estradas boiadeiras, mas só se tornou a atividade preponderante a partir da década de 1970, concomitantemente ao declínio do algodão e o consequente despovoamento da região. Estabelecido um grande deserto verde de gramínea braquiária, o território tornou-se inviável às grandes lavouras

após o esgotamento do solo em cultivos intensivos. A limitação no volume e no acesso ao crédito rural a partir do final da década de 1980, com a aplicação de uma nova correção monetária que aumentava as exigibilidades e as taxas de juros (LEITE, 2001) também foi determinante para o abandono das terras do Pontal.

É possível dizer que onde o gado pasta, a gente afasta: segundo o Censo Agropecuário de 1970 (IBGE), neste mesmo ano foram registrados um total de 564 estabelecimentos rurais com área menor a 20 hectares em Marabá Paulista; já em 1978, ocorre uma queda drástica deste montante, que passa a contar com apenas 50 estabelecimentos rurais com o mesmo perfil. Onde pasta o gado também impera o latifúndio, e o perfil de pequenas unidades produtivas só retornaria como uma realidade na ocupação espacial após a implementação dos projetos de assentamentos rurais.

A arrecadação de terras públicas para a realização da política de assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema inicia-se em 1985, com o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e avança com o Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA) de 1986 (FELICIANO, 2009). Na época, o PRRA estipulou como meta ao estado de São Paulo o assentamento de 106.900 famílias até o ano de 1989. Com isso foram demarcadas as áreas prioritárias ao programa, nas quais alguns municípios da região foram incluídos.

Estas áreas foram o resultado da aplicação do princípio da função social da propriedade, conforme os termos da Constituição Federal de 1988, herdados do Estatuto de Terra de 1964, medidos por indicadores de utilização e exploração econômica que lhes confere sua situação de regularidade. Coube ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a classificação das terras improdutivas e desapropriá-las para fins de interesse social (DELGADO, 2005).

Assim, o PNRA e o PRRA voltaram-se à arrecadação de terras pela desapropriação, utilizando-as para a implementação de projetos de assentamentos rurais federais. Contudo, somente 2.257 famílias foram contempladas dentro do prazo estipulado, o que significou o cumprimento de apenas 1,5% da meta em 0,8% das terras pretendidas (FELICIANO, 2009). Uma dessas poucas áreas arrecadadas deu origem ao Projeto de Assentamento Areia Branca, em Marabá Paulista, que possibilitou o assentamento de 87 famílias.

Delgado (2005) define os quatro mecanismos possíveis de obtenção da terra para a finalidade da reforma agrária no Brasil: a) desapropriação por interesse social; b) arrecadação de terra devoluta pública; c) compra direta; d) utilização do crédito fundiário. As duas últimas são onerosas, o que para o autor as tornam menos viáveis, demandando

altos recursos fiscais, além de acabarem funcionando como instrumento de valorização de patrimônios fundiários. Desse modo, as terras devolutas da União tornam-se o meio de destinação mais viável, abrindo espaço à possibilidade de celebração de convênios com estados e municípios para a utilização de suas próprias terras devolutas nesse processo.

Não há consenso sobre a definição de terras devolutas no Brasil. Diferentes juristas e intérpretes do direito agrário trarão definições baseadas na Lei de Terras de 1850 e no Decreto de Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que tratam sobre o assunto. O que há de consensual nestas discussões é que terra devoluta remete à “terra devolvida” ou “que deva ser devolvida” para o domínio do Estado, e, por isso, considerada bem público dominial. Posteriormente, é o Estatuto da Terra de 1964 que especifica as possibilidades de utilização e destinação desse tipo de terra pública para fins de reforma agrária, o que será reafirmado pela Constituição Federal de 1988 (ALMEIDA, 2003).

Segundo o Itesp (1998, p. 37) “terra devoluta é espécie de terra pública, visto que há aquela que nenhum momento integrou patrimônio particular, ainda que esteja irregularmente em posse de particulares”. No Brasil essa condição gera diversas situações conflituosas onde há “muitas terras de ninguém, ou de domínio público, ocupadas irregularmente ou ilegalmente, ao lado de propriedades ocupadas legalmente ou outorgadas pelo Estado, gerando justaposições de domínios rurais” (ITESP, 2013, p. 22).

A indefinição dominial das terras do Estado de São Paulo é a gênese de seus conflitos, sobretudo na região do Pontal do Paranapanema. Na tentativa de solucionar os problemas quanto a legalidade dos títulos de domínio, criou-se o instrumento denominado perímetro, no qual os elementos naturais funcionam como fatores determinantes para tentar desvendar e atuar na averiguação de uma área em um longo processo judicial (FELICIANO, 2009). Desse modo, os perímetros não seguem necessariamente os limites municipais e cada um deles possui sua própria situação jurídica. Por isso Marabá Paulista está inserida em três perímetros distintos: 3º e 16º perímetros de Presidente Venceslau (julgados devolutos, mas parcialmente legalizados para fazendeiros) e o 22º perímetro de Santo Anastácio (FELICIANO, 2009).

A indefinição sobre a dominialidade das áreas abriu espaço à pressão dos movimentos sociais que as reivindicam por meio de ocupações. A partir daí inicia-se o processo de destinação das terras devolutas estaduais para a criação de projetos de assentamentos no início da década de 1990 no Estado de São Paulo. Mesmo que em todas as áreas arrecadadas não tenham ocorrido ocupações pelos movimentos, como relatado

por mais de um entrevistado nesta pesquisa, a pressão das ocupações em escala territorial foi fundamental para fazer frente ao modelo de desenvolvimento rural conservador empregado neste território.

Para isso, durante a gestão do governo estadual de André Franco Montoro (PMDB), foram atualizadas as seguintes leis que deram amparo legal a este processo: a Lei 4.957 de 1985, que trata sobre os planos públicos de valorização e aproveitamento dos recursos fundiários do Estado, e a Lei 4.925 de 1985, que trata da alienação de terras públicas aos rurícolas que as ocupem e as explorem (ITESP, 2013).

O Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) seria, por conseguinte, a entidade responsável por identificar as terras devolutas junto à Procuradoria Geral do Estado (PGE) e promover a regularização fundiária de pequenas áreas aos posseiros. Já no ano de 1995, durante o governo de Mário Covas (PSDB), elabora-se a política denominada como Plano de Ação para o Pontal, que buscava, dentre outros objetivos, o incentivo a uma produção agrícola mais sustentável por meio dos projetos de assentamento de trabalhadores rurais, além da regularização fundiária e da recuperação de áreas degradadas (ITESP, 2013). Iniciaram-se assim as ações que reverteram terras públicas e devolutas para construção dos projetos de assentamentos rurais administrados ainda hoje pela Fundação Itesp.

Atualmente há grande reticência por parte dessa fundação em utilizar o termo “reforma agrária” para a política que executa. Segundo seus dirigentes, essa seria uma atribuição exclusiva do governo federal, cabendo ao governo estadual somente a realização de projetos de aproveitamento de recursos fundiários para fins sociais. Esta questão interpretativa revela o caráter conservador que tem tomado a entidade, que outrora protagonizou um dos maiores projetos de reterritorialização de trabalhadores rurais sem-terra em escala nacional, além do reconhecimento de territórios e comunidades remanescentes de quilombos pelo Estado de São Paulo.

A fundação tem hoje como lema a garantia da “segurança jurídica”, sobrepondo os trabalhos de regularização fundiária, que cada vez mais ampliam os módulos fiscais rurais a serem regularizados, descaracterizados como áreas de pequenos posseiros. O discurso também se estende à defesa da expedição de títulos de domínio aos beneficiários

dos assentamentos rurais¹⁰, indo ao encontro de programas operados na esfera federal, como o Programa Titula Brasil.

Segundo a Associação dos Funcionários da Fundação Itesp (IAB SP, 2020), estima-se que existam ainda hoje cerca de 500 mil hectares de terras devolutas discriminadas ou em discriminação nas regiões do Pontal do Paranapanema, Vale do Ribeira, Alto Ribeira e Vale do Paraíba, aguardando apenas sua destinação para fins de interesse público, social e ambiental, com base em critérios técnicos e legais. Entretanto, o mesmo projeto de lei que prevê a titulação dos assentamentos estaduais prevê também a regularização fundiária do restante das áreas devolutas e griladas, o que vem a ser o maior golpe contra o patrimônio público do Estado e contra a democratização do acesso à terra desde a Lei de Terras de 1850.

Durante o processo de reversão das terras devolutas para a construção dos assentamentos houve previsão de indenização das benfeitorias construídas nas fazendas, custeadas pelo governo federal (FELICIANO, 2005). De maneira contraditória, essas ações de desapropriação acabaram servindo como uma estratégia de valorização desproporcional ao patrimônio dos fazendeiros, especialmente diante da crise econômica da década de 1990 que incidia diretamente sobre os preços da terra. Segundo Delgado (2005), os critérios de desapropriação com correção monetária e juros fizeram valorizar a compra dos imóveis em mais que o dobro da cotação de mercado. No Pontal esta valorização chega a percentuais ainda mais elevados.

Os números a seguir ilustram a sobrevalorização na avaliação de benfeitorias de algumas fazendas julgadas que se tornaram assentamentos rurais em Marabá Paulista.

Tabela 2 – Comparação entre valores de laudos apresentados para indenização das benfeitorias e diferença percentual entre valor pago e estipulado

Áreas arrecadadas (Fazendas)	Laudos de avaliação Itesp (R\$)	Laudos de avaliação Fazendeiro (R\$)	Valor pago (R\$)	Diferença percentual
Santa Maria	781.426,59	4.722.324,00	2.400.000,00	+ 207,13%
São Pedro	119.268,05	1.086.750,00	877.211,00	+ 635,00%
Santo Antônio da Prata	660.643,57	-	3.082.260,00	+ 666,55%
Santo Antônio	874.288,16	2.194.928,00	1.630.000,00	+ 86,33%
Nossa Sra. Aparecida	446.133,39	1.184.669,00	730.000,00	+ 63,63%

Fonte: Itesp e Feliciano (2009)

10 A Lei nº 17.517 de 2022 altera a Lei nº 4.957, de 30 de dezembro de 1985, que dispõe sobre planos públicos de valorização e aproveitamento dos recursos fundiários; e a Lei nº 10.207, de 8 de janeiro de 1999, que cria a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP.

Para Feliciano (2009), a tensão social, o conflito direto, a crise do setor agrícola e a capacidade de movimentação política dos latifundiários fizeram com que toda a sociedade pagasse pela acumulação de renda que a terra de caráter público proporcionou aos grileiros do Pontal, que mesmo após exaurirem seus recursos, aplicaram o capital adquirido nestas negociações na ampliação de fronteiras agrícolas, o que ocorreu em grande medida no estado do Mato Grosso.

Durante uma das visitas a campo, uma assentada do grupo de originário, (considerados no recorte da pesquisa como aqueles que residem e trabalham no lote desde o início do projeto de assentamento) relatou que por esse motivo não houve necessidade de organização e ocupação do movimento social na reivindicação da Fazenda Santo Antônio, pois o próprio fazendeiro, ao saber das possibilidades indenizatórias, foi o primeiro a manifestar interesse pela venda das benfeitorias sobrevalorizadas ao Estado.

No momento da entrevista, a agricultora orientava uma visita à antiga sede da fazenda (Figura 5), onde trabalhou por alguns anos antes de obter um lote no assentamento. Parte dessa estrutura servia ao funcionamento de um Centro Digital, equipado com 5 computadores conectados à internet e monitorados por uma funcionária da prefeitura durante o período da tarde. De acordo com a entrevistada, o local foi desativado pela baixa utilização do assentamento, relacionada diretamente com a idade avançada da maioria de seus moradores que não tinham interesse em aprender a operacionalizar os equipamentos.

Figura 5 – Antiga sede da Fazenda Santo Antônio (2020)



Fonte: Trabalho de Campo (STOCKLER, 2021).

Segundo a Fundação Itesp, não houve indenização das benfeitorias das últimas fazendas arrecadadas no município de Marabá Paulista. No caso da Fazenda Floresta, o percentual arrecadado da área foi de apenas 30% do total, havendo uma espera judicial para a negociação do restante, mediante uma indenização estimada em 15 milhões de reais. Atualmente a área remanescente vem sendo ocupada pela Frente Nacional de Luta Campo e Cidade (FNL), movimento liderado por um dos principais personagens na história da reforma agrária brasileira: José Rainha Júnior. A parcela arrecadada deu origem ao Projeto de Assentamento Dom Paulo Evaristo Arns, ilustrado na Figura 6 no princípio da ocupação dos lotes agrícolas:

Figura 6 – Início da ocupação dos lotes no Assentamento Dom Paulo Evaristo Arns no ano de 2017



Fonte: Itesp (2021)

Especificamente no caso da Fazenda Nazaré, foi constatado durante o processo judicial que sua compra foi realizada de má fé, já que a área havia sido julgada devoluta em primeira instância, desobrigando o Estado a indenizar todas as benfeitorias existentes, somente aquelas consideradas necessárias. No entanto, essas também acabaram não sendo indenizadas em virtude de um acordo judicial sobre passivo ambiental.

A fazenda foi objeto de reivindicação dos movimentos sociais por muitos anos, tendo sofrido várias ocupações até sua desapropriação no ano de 2016 e implementação do Projeto de Assentamento Governador André Franco Montoro em 2017. A área foi finalmente julgada devoluta, sem direito a recurso, no ano de 2002, pertencendo naquele momento à família de um dos maiores políticos da cidade de Presidente Prudente: o ex-prefeito, Agripino de Oliveira Lima Filho.

Como não houve acordo de indenização das benfeitorias, ocorreram diversas ações de depredação do patrimônio antes de sua desocupação, especialmente em uma das sedes da fazenda, de onde foram retiradas portas, janelas e demais elementos estruturais, comprometendo a utilização da casa sede como um equipamento público e comunitário, conforme demonstra a Figura 7:

Figura 7 – Antiga sede da Fazenda Nazaré no Assentamento Governador André Franco Montoro



Fonte: Trabalho de Campo (STOCKLER, 2020)

A fazenda possuía duas sedes. Aquela que está em um estado de conservação adequado é ocupada pelos antigos empregados, que ainda residem nas estruturas e nas casas após serem contemplados com um lote no projeto de assentamento. Nesta área também há uma estrutura de barracão coberto e uma pequena casa que serve às necessidades de uma associação, à realização de reuniões e capacitações e ao atendimento dos serviços municipais de saúde.

A Figura 8 demonstra um dos momentos de utilização do espaço do barracão para interesse comunitário. No momento realizava-se uma reunião com a equipe de assistência técnica da Fundação Itesp com a finalidade de coletar assinaturas nos contratos de crédito habitacional. A imagem destaca a diversidade de sujeitos que integram este novo espaço, com destaque aos dois movimentos sociais que realizaram a ocupação da fazenda e um antigo empregado da Fazenda Nazaré:

Figura 8 – Reunião para assinatura de contrato de crédito no Assentamento Governador André Franco Montoro (2021)



Fonte: Trabalho de Campo (STOCKLER, 2021)

Um dos maiores problemas relatados pelos entrevistados do poder público municipal e dos assentamentos é a incapacidade da Fundação Itesp em proporcionar melhoria nestes equipamentos. De maneira geral, todas as casas das antigas sedes estão deterioradas e sem manutenção, salvo exceções em que houve aplicação de algum recurso específico ou parceria com o município para realização de reparos. Logo, além da sobrevalorização das benfeitorias indenizadas, percebe-se que elas se tornam ainda mais caras na medida em que se depreciam com o tempo, com a ausência de políticas de investimento em infraestrutura.

Pela persistência na grilagem das terras julgadas devolutas, é possível dizer que o território do Pontal do Paranapanema é profundamente marcado pelas estruturas de poder das oligarquias, que podem ser visualizadas atualmente em novas estruturas de organização. Pompeia (2018) define-as como uma concertação de organizações setoriais, que mesmo que heterogêneas, acabam se aliando em direção aos seus interesses comuns, expressos particularmente pelo setor econômico do agronegócio.

A concertação consiste em uma composição intersetorial de caráter político entre representações da agricultura e de segmentos conectados a ela que, alicerçada na categoria agribusiness/agronegócio, atua de forma multilateral, coordenada, institucionalizada e sistemática. Sua finalidade principal é a ação voltada a convencer a opinião pública a valorizá-la e pressionar o Estado a

inseri-la como elemento estratégico no planejamento governamental (POMPEIA, 2018, p. 44).

Este grupo heterogêneo, que transita entre os setores agrícolas e industriais, a jusante e a montante, está organizado em diferentes frentes de representação, e seu entendimento sobre questões como sustentabilidade, meio ambiente, territórios indígenas e sobre a própria reforma agrária são difusos, mas tendem sempre a concertação (POMPEIA, 2018).

Por ser considerado um dos maiores palcos dos conflitos agrários brasileiros, o Pontal do Paranapanema é ocupado também por estes setores estratégicos do agronegócio. A região é o berço de uma de suas organizações mais conservadoras, reacionárias e antidemocráticas: a União Democrática dos Ruralistas (UDR) (GRAZIANO DA SILVA, 2014). Ela representa o setor da pecuária extensiva patronal, pouco alinhado às questões ambientais, muito ativo na especulação e uso de terras públicas, além de ser extremamente avesso ao projeto de reforma agrária. É uma organização de cunho essencialmente político, e por isso, de amplo diálogo e representatividade na bancada ruralista do congresso nacional (POMPEIA, 2018).

Esses grupos têm traçado novas estratégias de dominação do território por meio de discursos de regularização fundiária e de segurança jurídica, que seriam pré-requisitos necessários para o aumento de investimentos privados e para o desenvolvimento socioeconômico da região. Estes elementos são uma das metas do novo programa de desenvolvimento para o Pontal do Paranapanema, denominado “Pontal 2030”, lançado pelo Governo do Estado no ano de 2021. O programa tem como coordenador o servidor licenciado e ex-diretor executivo da Fundação Itesp, Marco Pilla (2010-2017), que até o ano de 2022 exercia o cargo comissionado de Secretário de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo.

Segundo Martins (1994, p. 13): “A propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente”, o que significa dizer que sua concentração impede o verdadeiro desenvolvimento da sociedade civil e de sua cidadania plena. Sendo o Estado fundamentado em práticas e culturas conservadoras, o atraso é em si um verdadeiro instrumento de poder (MARTINS, 1994). Por isso, os assentamentos rurais devem ser considerados um grande projeto de reconfiguração espacial e territorial, induzindo o repovoamento de áreas rurais com uma nova forma de ocupação e uso da terra, além de despertarem novas territorialidades e novas formas de exercício e disputa do poder em diferentes escalas.

Como salientam Leite e Medeiros (2002, p. 10) os impactos desses projetos atingem diversas dimensões sociais, econômicas, políticas e ambientais que “se desenvolvem como um processo, em espaços e tempos marcados e delimitados pela própria criação dos assentamentos, mas que implica em considerar as condições anteriores da região”.

1.3 Assentamentos Rurais: da reconfiguração espacial a construção de novos territórios

A Fundação Itesp é responsável por 140 projetos de assentamentos de trabalhadores rurais que ocupam uma área de mais de 150 mil hectares pelo estado de São Paulo, distribuídos em 40 municípios onde vivem e produzem 7.133 famílias. A maior parte se concentra no Pontal do Paranapanema, onde estão 99 assentamentos, com 4.913 famílias, em 13 municípios. O primeiro projeto implantado em terras devolutas estaduais na região foi o Assentamento Gleba XV de Novembro, no ano de 1984. Considerado um grande marco na luta pela terra, ainda hoje é o maior assentamento do estado, com uma área que se estende pelos municípios de Rosana e Euclides da Cunha Paulista, onde vivem e trabalham 517 famílias.

Marabá Paulista possui 8 projetos de assentamentos, que contemplam 537 famílias, incluindo aqui seu primeiro assentamento, implantado em uma área federal em finais da década de 1980. Na Tabela 3 consta a relação desses assentamentos, seu ano de implantação, o domínio da área, o número de lotes e sua área total.

Tabela 3 – Assentamentos Rurais de Marabá Paulista (2021)

Assentamento	Ano	Domínio	Lotes (nº)	Área (ha)
Areia Branca	1988	Federal	87	1.879,44
Santo Antônio	1999	Estadual	73	1.822,47
Nossa Senhora Aparecida	2003	Estadual	17	616,11
Santa Maria 2	2004	Estadual	40	1.091,61
Santo Antônio da Prata	2004	Estadual	34	813,57
São Pedro	2004	Estadual	8	261,46
Dom Paulo Evaristo Arns	2017	Estadual	42	522,92
Gov. André Franco Montoro	2017	Estadual	236	4.640,16
Total	-	-	537	11.647,73

Fonte: Itesp

A criação dos projetos Dom Paulo Evaristo Arns e Governador André Franco Montoro causou um grande impacto local, fazendo mais que dobrar a população rural assentada do município, demandando assim o aumento no número de vagas escolares, atendimento médico e serviços de infraestrutura, como abertura de estradas e construção de pontes de acesso. A Figura 9 ilustra o momento do sorteio dos lotes do Assentamento Governador André Franco Montoro para os futuros beneficiários selecionados para ingressarem no maior projeto de assentamento do município:

Figura 9 – Sorteio dos lotes agrícolas do Assentamento Governador André Franco Montoro (2017)



Fonte: Itesp. Acervo pessoal da autora (2017).

Estes projetos de assentamentos possuem diferentes históricos quanto às suas estratégias de ocupação do território pelos movimentos sociais. Além da ação desses atores, há de se destacar a ação do poder público no processo de seleção das famílias assentadas, que neste caso, acumulam relatos de favorecimento político e clientelismo no acesso à terra.

Sobre esse processo e seus impactos no poder local, Barone e Santos (2006) ressaltam que durante a década de 1990 houve uma forte associação de interesses nas candidaturas e mandatos de prefeitos filiados ao mesmo partido político dos governadores de São Paulo e do Presidente da República, que na época, destinavam recursos financeiros e fundiários à criação dos projetos. Com exceção do Assentamento Santa Maria 2, onde houve participação ativa do movimento social com a ocupação da fazenda pelo MST, o restante dos assentamentos, até a primeira década do ano 2000, sofreu forte influência do poder local no seu processo de constituição.

O contexto político fortaleceu a utilização da legenda partidária no processo de arrecadação das terras, com a influência dos prefeitos na seleção das famílias, principalmente nos assentamentos Santo Antônio e Nossa Senhora Aparecida. Isso consta nas entrevistas realizadas durante a pesquisa, estendendo o campo de influência política para o assentamento Areia Branca, contudo, em outro momento e na confluência de outros atores políticos.

Ainda segundo Barone e Santos (2006), como a arrecadação das terras dos primeiros assentamentos foi resultado de acordos judiciais entre os proprietários e o Estado, isso resultou em uma menor mobilização política e uma menor organização dos trabalhadores sem-terra, implicando em práticas de favorecimento pessoal e clientelismo que até hoje caracterizam a cultura política local. No entanto, é importante frisar que tais práticas têm sido modificadas com a melhoria no processo de seleção dos candidatos aos lotes de assentamentos e com a ampliação da participação popular no poder público, reafirmando a tendência de que “não há bloqueio de uma oligarquia agrária à participação de assentados nos âmbitos institucionais do poder público municipal” (BARONE; SANTOS, 2006, p. 223).

Os assentamentos criados no ano de 2017 já contam com uma grande participação dos movimentos sociais, inclusive com a pluralidade das organizações atuando na ocupação das áreas, como já visto em relato fotográfico anteriormente. Os acampamentos União da Vitória (FNL) e Irmã Gorete (MST) foram responsáveis por pressionar o Estado, ocupando respectivamente as fazendas Floresta e Nazaré.

A partir de dados obtidos junto ao Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019), foi elaborada uma tabela com informações que visam auxiliar na análise sobre as especificidades e características de Marabá Paulista, comparando-as aos dados de municípios que possuem o maior número de pesquisas realizadas sobre assentamentos rurais e sobrepondo estas informações aos dados obtidos junto a Fundação Itesp.

Segundo Del Grossi (2019), a metodologia aplicada na coleta de dados do Censo Agropecuário 2017 baseia-se na unidade denominada "estabelecimento agropecuário", que se difere do "imóvel rural" utilizado em registros de propriedades ou no cadastro ambiental rural (CAR). Por isso, uma unidade produtiva pode abranger vários imóveis rurais ou um imóvel abranger vários estabelecimentos rurais, como também pode não ser considerado um estabelecimento rural se nele não houver atividade produtiva. Para o IBGE (2019), estabelecimento agropecuário é, portanto:

Toda unidade de produção/exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica (se pertence a um produtor, a vários produtores, a uma empresa, a um conjunto de empresas etc.), ou de sua localização (área urbana ou rural), tendo como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção) ou para subsistência (sustento do produtor ou de sua família) (IBGE, 2019, p. 14).

O censo abrangeu assim todos os produtores rurais ativos localizados pelos recenseadores, independentemente de serem ou não proprietários da terra, durante o período de referência da coleta estabelecido entre 1º de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017 (DEL GROSSI, 2019). Assim os lotes de assentamentos rurais foram considerados como "área de terras concedidas por órgão fundiário" (IBGE, 2019), individualizados e considerados estabelecimentos agropecuários.

A Tabela 4 demonstra o número de estabelecimentos agropecuários, sua área média, o número de pessoal ocupado por estabelecimento, o percentual de trabalho em regime de agricultura familiar e o percentual de produtores atendidos por algum tipo de serviço de assistência técnica e extensão rural (Ater). Sobre o número de estabelecimentos agropecuários e de suas atividades, é possível afirmar que há muito mais agricultura familiar do que demonstram os dados do Censo Agropecuário 2017, visto que só o número de lotes de assentamento em Marabá Paulista já supera o número total de estabelecimentos informados pelo levantamento:

Tabela 4 – Número de estabelecimentos, área média e número médio de pessoas ocupadas

Município	Estabelecimentos Agropecuários (nº)	Área média (ha)	Pessoal ocupado (nº)	Agricultura Familiar (%)	ATER (%)
Marabá Paulista	489	135,74	2,96	71,77	49,28
Mirante do Paranapanema	2.097	47,14	3,74	87,83	60,51
Rosana	792	64,90	3,24	82,95	55,42
Teodoro Sampaio	976	104,16	2,82	86,57	58,91

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019). Org.: Nayara Stockler

Segundo a Fundação Itesp, em dezembro de 2017 foi realizada a primeira reunião da Comissão Municipal de Geografia e Estatística instituída pelo IBGE em Marabá Paulista, visando dar início aos trabalhos do Censo Agropecuário nos assentamentos rurais. Nota-se que a data de referência da coleta informada nos procedimentos metodológicos do Censo antecede a instalação do maior assentamento do município. Desse modo, a divergência com os dados do Itesp pode estar relacionada ao fato de que a coleta coincidiu com o período de implementação do assentamento Governador André

Franco Montoro, quando muitas estradas ainda estavam em fase de abertura e finalização e os próprios moradores ainda não residiam ou não exploravam o lote de maneira regular, vivendo um período de adaptação e adequação no espaço.

Considerando o incremento das novas famílias durante esse processo, ainda assim Marabá Paulista é aquele com o menor número de estabelecimentos entre os municípios elencados, haja vista a proporcionalidade de suas áreas rurais totais e o mesmo histórico fundiário. Destaca-se entre todos o município de Mirante do Paranapanema, com o mais expressivo número total de estabelecimentos agropecuários.

Segundo os dados da Fundação Itesp, a área média dos lotes agrícolas de Marabá Paulista é de cerca 16,5 ha (excluídas as áreas de reserva, de preservação permanente e áreas comunitárias), sendo que nos últimos assentamentos criados, a média chega a ser inferior a 13 ha. Conclui-se que a área média identificada nos estabelecimentos do município foi cerca de 8 vezes superior à média da área dos lotes dos assentamentos rurais. Em Mirante do Paranapanema, mais uma vez é possível verificar que o projeto de aproveitamento dos recursos fundiários estaduais para assentamentos de trabalhadores rurais foi mais incidente sobre sua malha fundiária, o que contribui para identificação de uma média de área dos estabelecimentos agropecuários bem inferior aos demais.

Para Feliciano (2009), o município se destaca por uma conjunção de forças e fatores, que envolvem a vontade política, a atuação centrada dos movimentos sociais nesta realidade e os agentes do Estado comprometidos com a causa da reforma agrária, fazendo com que Mirante do Paranapanema possua atualmente 32 projetos de assentamentos rurais.

Sobre a porcentagem de produção em regime de agricultura familiar, ela pode e deve ser atribuída também a existência destes assentamentos. É possível perceber sua expressividade e importância, tal qual se mensura em escala nacional: cerca de 70% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros operam em regime de economia familiar (IBGE, 2019). Quanto ao número de pessoal ocupado por estabelecimento, sua média corresponde à média geral identificada nos levantamentos da Fundação Itesp, variando em torno de 3 pessoas ocupadas por estabelecimento ou lote agrícola.

No que se refere à Ater, é importante frisar que os dados não qualificam se o serviço foi fornecido de forma pública ou privada. De antemão é possível concluir que todos os serviços públicos foram prestados exclusivamente pela Fundação Itesp, já que desde finais do ano de 2017 não há mais nenhum profissional da Coordenadoria de

Assistência Técnica Integral (CATI) prestando serviços de Ater aos agricultores no município.

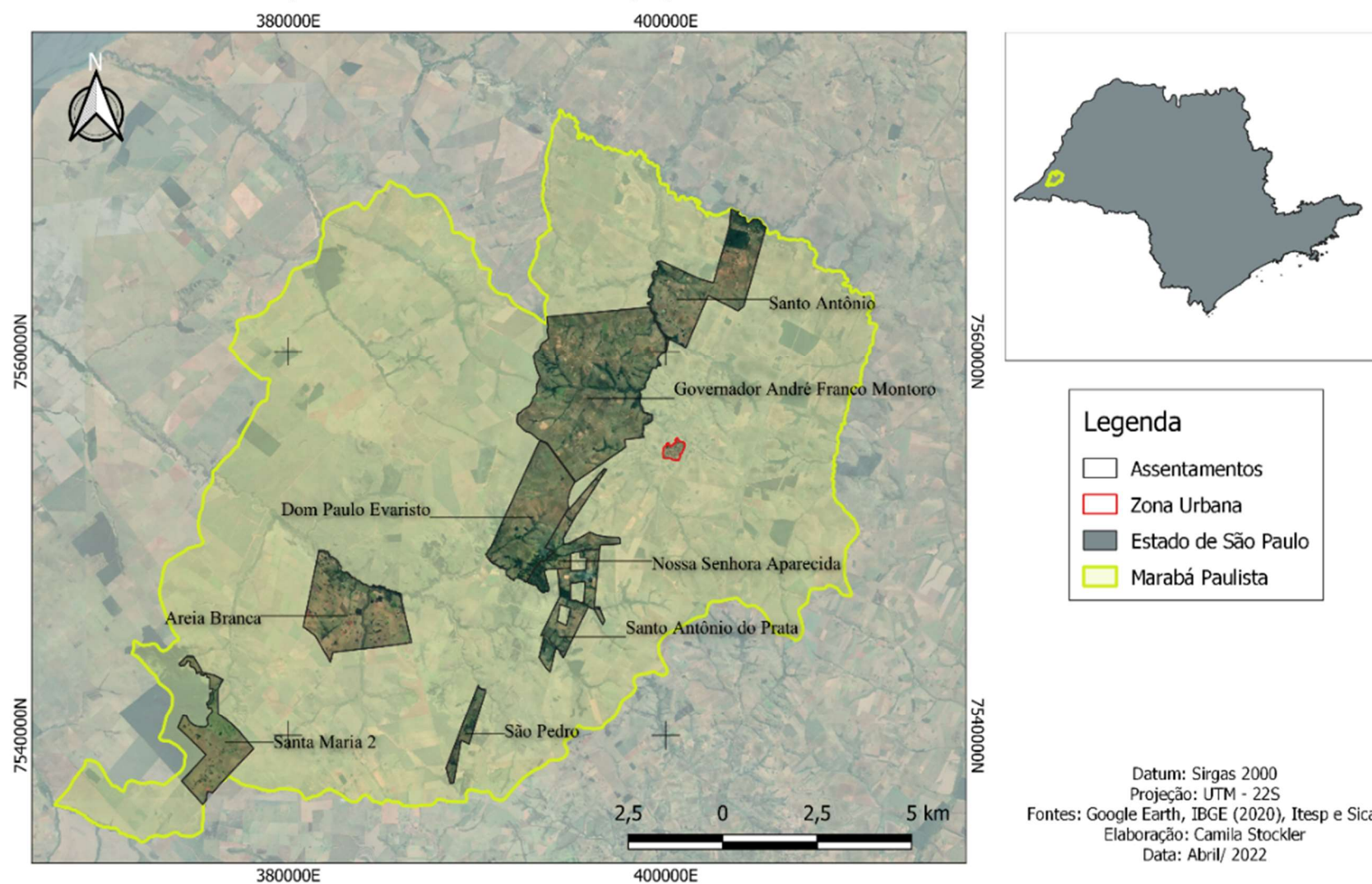
A CATI é vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e atua por meio de escritórios técnicos denominados “Casas da Agricultura”. Em 2019, o órgão foi alvo de um projeto de reformulação, no bojo da reforma administrativa da gestão do governador João Dória (PSDB), passando a receber a denominação de Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS). Contudo, diante de protestos e insatisfação dos servidores, a CATI retomou sua antiga e tradicional denominação.

Essas mudanças vêm consolidando um processo em curso, de diminuição progressiva das atividades de Ater estaduais nos municípios paulistas, concentrando as atividades em cidades médias e abrindo espaço à proposição de um novo modelo de Ater Digital, incentivado principalmente pelas restrições da pandemia, quando os atendimentos foram realizados exclusivamente de maneira remota. A própria estrutura física do antigo escritório da Casa da Agricultura de Marabá Paulista foi incorporada pela Fundação Itesp no ano de 2017, onde passou a funcionar um novo Grupo Técnico de Campo (GTC).

Embora haja um escritório para atender as demandas dos assentamentos, especialmente após o incremento da população assentada, até o ano de 2022 o GTC de Marabá Paulista contava apenas com servidores remanejados ou “emprestados” de escritórios do Itesp de municípios vizinhos. Em visita realizada no ano de 2021, verificou-se que o escritório funcionava com apenas 3 servidores, sendo um deles também o responsável pela equipe técnica. O último concurso público realizado pela Fundação Itesp ocorreu no ano de 2013, e desde então cresce a evasão de servidores, seja por aposentadoria ou para ingresso em outros empregos públicos.

Sobre a localização e distribuição dos assentamentos, a Figura 10 busca demonstrar, a partir da geolocalização efetuada pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR), a expressividade das áreas dos assentamentos no município, além de auxiliar na compreensão da dinâmica e da organização dos assentamentos, das suas redes e fluxos, das suas possibilidades de deslocamento e de escoamento da produção, do estabelecimento de relações campo-cidade, da busca por serviços e da própria relação de identificação e pertencimento dos sujeitos com o seu município.

Figura 10 – Localização e distribuição geográfica dos assentamentos de Marabá Paulista (SP)



Percebe-se que os Assentamentos Santo Antônio, Governador André Franco Montoro, Dom Paulo Evaristo Arns, Nossa Senhora Aparecida e Santo Antônio do Prata formam um território contíguo, possibilitando maiores redes e fluxos entre si. Também se encontram mais próximos da cidade de Marabá Paulista, o que pode inclusive ser um fator de ampliação da participação de suas lideranças na dinâmica do poder público municipal.

Os demais estão em áreas de maior isolamento, o que os impele para relações com cidades mais próximas, com quem fazem divisas. A situação é ainda mais crítica nos assentamentos São Pedro e Santa Maria 2, onde as reclamações sobre o acesso aos serviços públicos municipais e ao Itesp são muito recorrentes, e onde o relevo das áreas atua como um dificultador do transporte e deslocamento, em especial nos períodos de chuva.

A importância da escala e do recorte municipal nesta análise possibilita compreender os impactos locais em termos de política pública e de gestão territorial, principalmente por parte do poder público municipal. Compreendendo os espaços rural e urbano de maneira relacional, a política de implementação de assentamentos pode ser considerada também uma estratégia de desenvolvimento urbano. Por isso, é importante notar que as relações dos assentamentos com o centro comercial de Marabá Paulista sempre foram incipientes, segundo os relatos das entrevistas.

A população, de maneira geral, tende a se deslocar para os municípios vizinhos para realizar compras de gêneros diversos. Os fluxos comerciais se direcionam para os centros das cidades de Mirante do Paranapanema (distante cerca de 43 km) e de Presidente Venceslau (distante cerca de 35 km). Segundo Mazzini (2007), quanto menor o município onde os assentamentos estão localizados e quanto maior às dificuldades de acessibilidade a sua sede administrativa, maior é a irradiação do impacto dos projetos pelo território.

No entanto, atualmente também é possível perceber um aumento significativo no número de estabelecimentos comerciais na cidade (Figura 11), tendência crescente desde o ano de 2017, logo após a criação dos últimos assentamentos:

Figura 11 – Estabelecimentos comerciais criados em Marabá Paulista a partir do ano de 2017 (2020)



Fonte: Trabalho de Campo (STOCKLER, 2021)

É perceptível também o incremento dos antigos estabelecimentos comerciais, como reformas de fachada predial e aumento de estruturas físicas para atender novas demandas e clientes. Os primeiros estabelecimentos criados nesta conjuntura foram lojas de materiais de construção e casas agropecuárias, mas também houve expansão significativa de lojas de conveniência, mercados de gêneros básicos e farmácias.

Há sujeitos nestes espaços que acreditam em uma relação intrínseca entre campo e cidade, na interconexão e interdependência de ambos para o desenvolvimento territorial, que se efetiva também por meio do consumo. Há também aqueles cujas práticas são estabelecidas somente por relações econômicas de custo-benefício, geralmente possibilitadas por um maior acesso a meios de transporte:

Eu vejo esse povo saindo toda hora daqui, pegando essa estrada perigosa pra ir pra Venceslau comprar uma agulha! Eu não faço isso! Nem carro eu tenho, e não vou de ônibus. Eu compro aqui, tenho conta lá no Alemão, tô sempre lá comprando uma coisinha pra construir o barraco. Acabei de comprar essa fiação aqui. A gente devia valorizar mais o município nosso, fazer o dinheiro girar aqui dentro (Assentado originário e liderança de movimento social).

Eu trago tudo de fora. Tenho um filho em Prudente e ele compra pra mim quando preciso (material de construção). Até compra de mercado eu faço lá, no atacadão. O comércio aqui é muito fraco. Quando vou pra Prudente, no médico ou visitar meu filho, eu já aproveito pra voltar com a caminhonete cheia (Assentada de origem indenização).

Os depoimentos demonstram como há diferentes percepções sobre o território e de como os atores estabelecem ações e práticas espaciais conforme aquilo que acreditam ser um fator de desenvolvimento, além das próprias diferenças de possibilidade de acesso e deslocamento, que interferem diretamente no estabelecimento de redes e relações.

Outro fator que condiciona a dinâmica socioespacial está nos investimentos em infraestrutura. Segundo as entrevistas e as visitas de campo, os melhores equipamentos públicos concentram-se no Assentamento Areia Branca: escola pública municipal, posto de saúde reformado com atendimento médico semanal, diferentes tipos de transporte público, ponte de acesso reformada, casa sede do clube da melhor idade e quadra de esportes. No Assentamento Santo Antônio há um barracão coberto e fechado, uma casa para atendimento de saúde, além da estrutura do Centro Digital, mencionada anteriormente. Nos demais há apenas as estruturas das antigas sedes das fazendas, que se tornaram espaços de utilização para atendimento da Estratégia Saúde da Família (ESF) e para uso comunitário.

Aqui no assentamento não tem nada. A casa da sede tá desmanchando. Aquele curral ali, desde que nós chegemo que o povo vai tirando um pouco da madeira. Teve uma chuva aí no ano passado que terminou de destelhar tudo. E as estrada? Passa ano sem ver a máquina. Choveu naquele trecho ali (acesso principal do assentamento), não sobe mais. As criança perde escola por causa disso (Assentada originária).

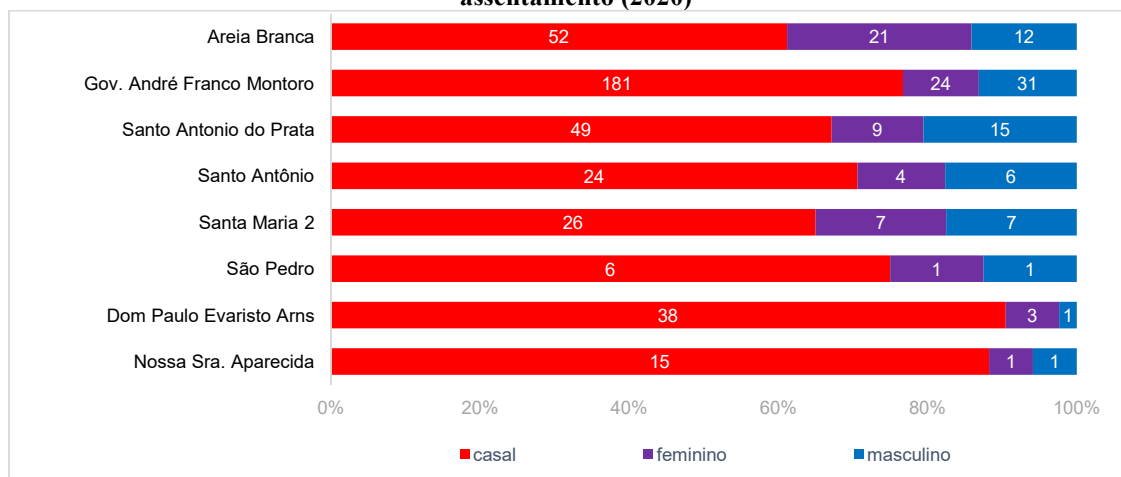
Agora ficou muito bom! O prefeito conseguiu reformar aquela bendita ponte. Tem anos que o assentamento espera por isso. Tava perigoso, e quando chovia muito a gente ficava ilhado aqui (Assentada de origem indenização).

Quando se atribui a organização desses assentamentos como unidades de agricultura familiar, segundo os parâmetros das políticas públicas, é preciso compreender que tipo de família compõe estes lotes agrícolas. Segundo a análise dos dados fornecidos pela Fundação Itesp, a dinâmica de moradia e ocupação é intensa, com a saída e retorno dos filhos e filhas de maneira esporádica em muitos casos. Isso inclusive é relatado como um dificultador do trabalho de Ater e da fiscalização, em especial nos casos de demanda de emissão de atestados de moradia e trabalho rural para fins de benefícios sociais para estes agregados.

Há diversas situações e realidades distintas, como no caso de um lote identificado com mais de 12 moradores na composição familiar, e outros casos, com apenas um morador. Preserva-se, porém, uma média geral de 3,5 membros/moradores por lote agrícola no município. O Gráfico 2 demonstra como estão distribuídos os beneficiários

titulares por assentamento, por casal ou gênero do(a) titular, quando solteiro(a), separado(a) ou viúvo(a):

Gráfico 2 – Número da composição familiar referente à titularidade dos lotes agrícolas por assentamento (2020)



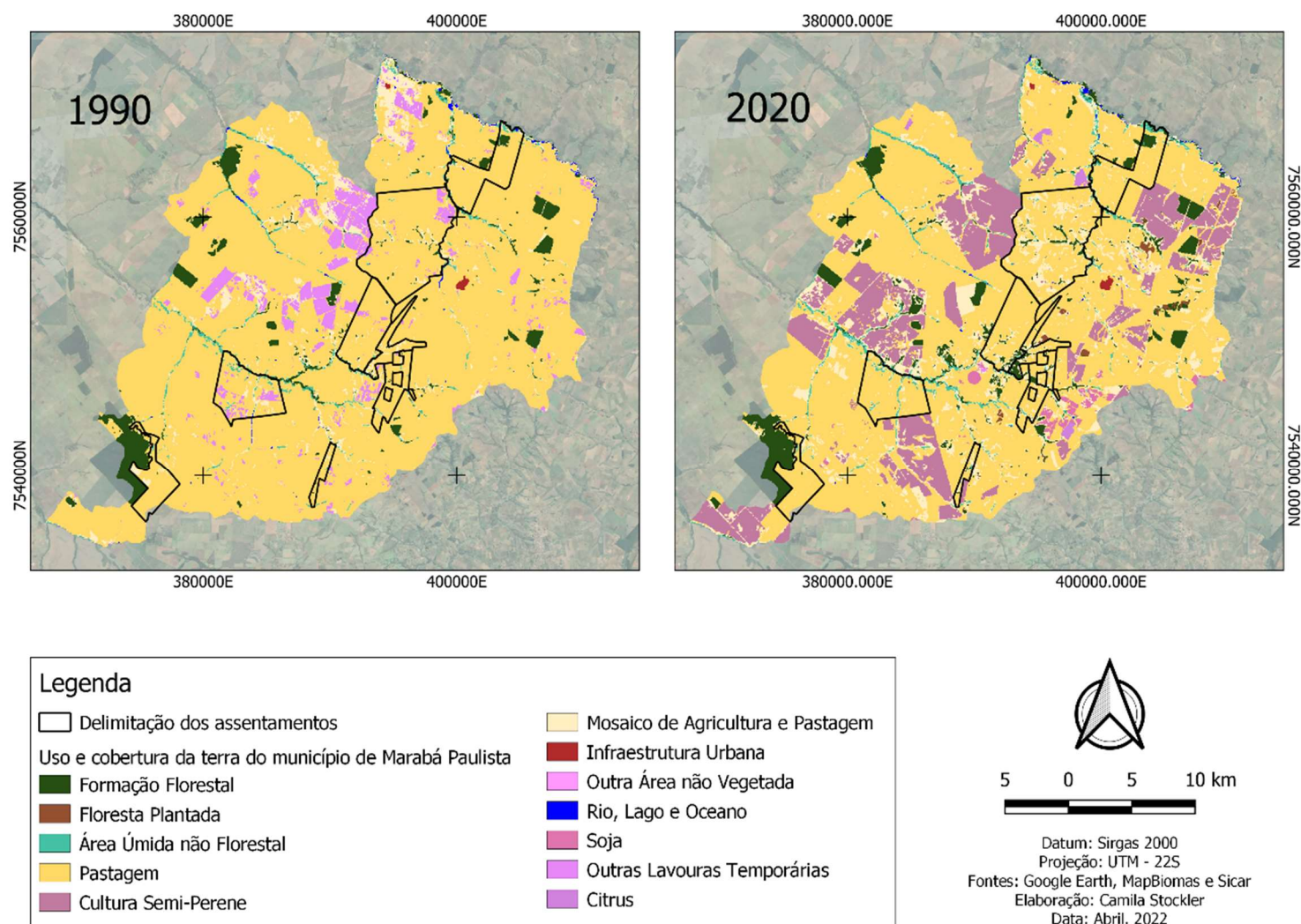
Fonte: Itesp. Org.: Nayara Stockler

As composições familiares influenciam tanto na dinâmica de trabalho interna quanto na dinâmica de trabalho da Ater, já que as atividades devem ser desenvolvidas e fomentadas de acordo com a capacidade produtiva e interesse dos beneficiários. O Assentamento Areia Branca, como o mais antigo do município, é aquele com o maior número de titulares viúvas residindo com os filhos ou sozinhas.

Ah, já tem muitos anos aqui né? Não vou sair agora. Já tô aposentada, tenho aqui minha casinha, um gadinho no pasto. Minha filha me leva na cidade quando eu preciso. Final de semana os neto vem aqui, eles gostam de sítio. Não tenho medo de ficar sozinha não. Tem meus vizinho aqui, tão sempre ajudando. Melhor aqui que lá na cidade (Assentada originária).

Mais um fator que merece destaque na análise é a capacidade de impacto dos assentamentos no município a partir do uso e cobertura da terra no espaço rural. Segundo a Figura 12, ocorreram mudanças sensíveis no aumento das formações florestais e das áreas úmidas não florestadas, observadas pelo recorte temporal iniciado na década de 1990, data dos primeiros projetos de assentamento estaduais, e comparadas ao ano de 2020. Percebe-se também alterações nos mosaicos de agricultura e pastagem, reafirmando a predominância da atividade pecuária nesta realidade espacial.

Figura 12 – Uso e cobertura da terra em Marabá Paulista (SP)



Em contraste verifica-se o aumento das atividades das culturas semi-perenes nas demais áreas rurais, identificadas no trabalho de campo como plantios de cana-de-açúcar, majoritariamente, seguidos da cultura da mandioca, e com o surgimento recente de algumas áreas de soja. O desenvolvimento da infraestrutura urbana foi ínfimo, concluindo que a dinâmica do município ainda ocorre exclusivamente no espaço rural.

1.4 Atores Territoriais: suas estratégias, trajetórias e identidades

Os atores que atuam neste território e que estão diretamente relacionados às políticas públicas analisadas têm trajetórias e identidades diversas, que implicam em diferentes perspectivas sobre desenvolvimento. Sobre os técnicos extensionistas entrevistados, é importante salientar o grau de envolvimento pessoal e particular que têm com a Ater e com a reforma agrária como um todo.

Alguns dos profissionais entrevistados disseram ter vínculos familiares com beneficiários dos assentamentos, muitas vezes em relação de primeiro e segundo grau de parentesco. Essa informação é de grande relevância para que se possa compreender o nível de envolvimento dos atores nas políticas públicas e no poder local, e suas relações intrínsecas com o território, fazendo-os por vezes assumirem papéis para além daqueles desempenhados como profissionais de Ater ou servidores públicos.

Especificamente sobre a atuação dos extensionistas rurais, Niederle (2014) relata a posição estratégica que esses atores têm assumido no processo de participação e elaboração de políticas territoriais. Isso se deve a maior proximidade e apoio que recebem das comunidades e dos agricultores, que acabam amparando suas propostas nos colegiados. Em certos casos, os técnicos fazem oposição aos prefeitos e acabam ampliando sua participação e inserção no campo político, onde passam a disputar também os cargos eleitorais ou assumir secretarias de Estado.

No caso de Marabá Paulista a estratégia não é considerada um advento das políticas territoriais, mas sim fruto da manifestação do próprio poder local. O exemplo concreto está em um dos técnicos extensionistas, que atuou como vereador e vice-prefeito, executando concomitantemente as funções públicas, e por isso, acumulando também poder. Antes mesmo da criação institucional da Fundação Itesp, as organizações que a antecederam, responsáveis por projetos de reassentamento no estado, estiveram fortemente alinhadas ao favorecimento político na contratação destes profissionais:

O Itesp tem muita política hoje, né? Mas já foi pior. Quando eu comecei a trabalhar aqui, quando ainda nem era Itesp, era deputado que escolhia quem ia trabalhar. Era escolhido a dedo e tinha que trabalhar na campanha depois. Não tinha essa de concurso ainda, a gente era contratado. O Itesp foi o primeiro emprego de muita gente, que nunca mais saiu daqui. (Técnico da Fundação Itesp)

Os profissionais entrevistados também relataram histórico de trabalho em outros órgãos e entidades de assistência técnica e extensão rural, públicos e privados. Metade dos entrevistados já havia integrado a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), prestando serviços de Ater nas unidades das Casas de Agricultura ou como terceirizados para prefeituras. Em quase sua totalidade, já haviam exercido alguma atividade rural em algum período da vida, sendo que alguns ainda as executam em seus sítios particulares.

Todos relatam uma relação de identificação com o agricultor familiar, e alguns ampliam essa identificação com a causa da reforma agrária. Parte desses entrevistados viu nascer a política agrária e fundiária do estado, e conseqüentemente, o surgimento e desenvolvimento do Itesp em seus municípios, ressaltando que a maioria do quadro técnico é natural da região do Pontal do Paranapanema. Entretanto, os entrevistados que estão há menos tempo na instituição desconheciam-na completamente, e desses, alguns vieram de outras regiões e estados, só tomando conhecimento sobre a existência do Itesp por meio da divulgação de vagas nos concursos públicos que realizaram. Isso demonstra o impacto territorial da criação da instituição, mas também a perda progressiva de sua relevância como promotora e executora de políticas públicas em nível de Estado.

A estrutura organizacional da Fundação Itesp na área do desenvolvimento rural tem como base a atuação de técnicos agrícolas e técnicos agropecuários. Eles são a maioria nos Grupos Técnicos de Campo (GTC) executando as atividades de Ater, mas também atuam fiscalizando e administrando as áreas públicas. Observa-se assim uma estrutura consolidada na representatividade e no poder destes profissionais, na qual a Fundação Itesp pode vir a ser considerada uma espécie de “tecnocracia”, na qual se verifica a supremacia de técnicos em cargos de supervisão de equipes, concentrando funções consideradas importantes e acumulando conhecimento sobre os sujeitos e as áreas onde atuam. Os engenheiros agrônomos são minoria, e acabam desempenhando as mesmas funções que os técnicos agrícolas, não havendo dessa forma uma preocupação institucional com o melhor aproveitamento das habilidades e conhecimentos de cada profissional.

Os serviços de Ater prestados aos assentamentos de Marabá Paulista são segmentados em dois escritórios e equipes. O GTC localizado no município de Presidente Venceslau é responsável por atender aos assentamentos Santo Antônio, Santo Antônio do Prata, Santa Maria 2, e, de maneira esporádica, o Assentamento Areia Branca, já que este último está em área federal e demanda estabelecimento de um acordo de cooperação técnica junto ao Incra para a execução de serviços¹¹.

Com a criação dos novos assentamentos em Marabá Paulista, optou-se por implantar um novo GTC no próprio município, que passou a atender aos assentamentos Governador André Franco Montoro, Dom Paulo Evaristo Arns e São Pedro. Este último, teve sua administração transferida do GTC de Mirante do Paranapanema. A equipe possui apenas dois técnicos agrícolas, dependendo assim de “empréstimos” de profissionais de outros grupos para atendimento de demandas específicas, como o atendimento veterinário e social, esporadicamente.

Outro fator preponderante das estruturas dos grupos de trabalho é a presença massiva do gênero masculino. Nos diversos registros documentais e fotográficos fica evidente o quanto o trabalho da Ater foi concentrado em profissionais e beneficiários do sexo masculino. A organização dos grupos de mulheres e a reivindicação dos movimentos sociais por uma Ater mais inclusiva, com recortes de gênero, são conquistas históricas e que ainda requerem muita organização e pressão para sua efetivação. As profissionais da Fundação Itesp, assim como em demais estruturas de órgãos e entidades de Ater, concentram-se em cargos e funções estigmatizados como “assistenciais”. Nestes espaços estão as profissionais da assistência social, majoritariamente, mas também da economia doméstica e das ciências sociais, que compõe de maneira unitária e solitária as equipes técnicas de campo.

Quanto aos atores dos assentamentos rurais de Marabá Paulista, podemos analisá-los a partir do recorte estabelecido por sua origem no projeto de assentamento, como estabelecido na metodologia das entrevistas. Os assentados originários, de origem indenização e sucessão se manifestam de maneira desigual pelos assentamentos mais antigos e mais recentes. Obviamente, aqueles que realizaram indenização e sucessão

11 Os servidores da Fundação Itesp relatam que a formalidade do acordo de cooperação técnica nem sempre foi necessária à prestação de serviços nos assentamentos, e que desde a década de 1990 a entidade atua em áreas federais, independentemente de sua territorialidade, haja vista que a população é residente e trabalha no Estado de São Paulo. Atualmente o Itesp conta com cinco escritórios localizados em áreas exclusivas de assentamentos federais, nos municípios de Presidente Epitácio, Martinópolis, Andradina, Promissão e Taubaté.

ainda são pouco observáveis em assentamentos como Dom Paulo Evaristo Arns e Governador André Franco Montoro.

Uma das formas de organização dos interesses desses atores se realiza por meio do associativismo, que segundo Oliveira (2010), contempla diversas modalidades de organizações da sociedade civil, como associações, sindicatos, cooperativas, ONGs e movimentos sociais. No entanto, foram as associações que se tornaram o instrumento estratégico para pequenos produtores rurais a partir da década de 1980, quando a conjuntura econômica acabou fragilizando sua participação em estruturas cooperativas. Por isso, agências governamentais passaram a legitimar o associativismo dentro da formulação e do acesso às políticas de desenvolvimento rural.

[...] o Estado passou a incentivar a participação do produtor rural, estimulando-o a se organizar em associações que permitissem integrá-lo de forma competitiva ao mercado. Assim, seguindo os postulados do Banco Mundial – principal financiador do Estado brasileiro – as políticas públicas de fomento ao produtor rural passaram a ser vinculadas à sua participação em associações (OLIVEIRA, 2010, p. 41).

A organização social precede a formação dos assentamentos, haja vista a organização das ocupações e dos acampamentos. Porém, nem todos descendem de grupos organizados, e após a reterritorialização e incorporação de novos atores nesta dinâmica, as organizações necessitam se voltar para outros objetivos, passando por novos processos de legitimação de lideranças. Segundo Mazzini (2007) as primeiras associações criadas nos assentamentos visavam atender somente às necessidades burocráticas de acesso aos recursos e fomentos das políticas públicas. Em Marabá Paulista existem atualmente cinco associações de produtores rurais em atividade, conforme se verifica no Quadro 3:

Quadro 3 – Associações de produtores rurais em assentamentos de Marabá Paulista (2022)

Associação	Fundação	Atividade fim	Assentamento
Associação Filhos da Terra de Marabá Paulista	04/12/2018	defesa de direitos sociais; cultura e arte; atividades não especificadas	Gov. André Franco Montoro
Associação dos Produtores Rurais Conquista	18/08/2017	defesa de direitos sociais; comércio varejista de hortifrutigranjeiros	Santo Antônio
Assoc. de Prod. Rurais do Assentamento Sto Antônio do Prata e Micro Bacia Dourada	26/10/2006	defesa de direitos sociais; cultura e arte; atividades não especificadas	Santo Antônio do Prata
Associação de Produtores Familiares Areia Dourada	09/12/2005	atividades de apoio à pecuária; atividades esportivas	Santo Antônio
Associação de Produtores Rurais do Bairro Areia Branca	18/09/1995	defesa de direitos sociais; cultura e arte; atividades não especificadas	Areia Branca

Fonte: Itesp. Elaboração: Nayara Stockler

Os assentamentos Nossa Senhora Aparecida e São Pedro não possuem associações, pois segundo os entrevistados, o fato de possuírem um número reduzido de moradores os impele a participar de associações em assentamentos vizinhos. O Assentamento Dom Paulo Evaristo Arns também ainda não possui uma associação formalizada, mas está em processo de constituição de um grupo de mulheres, no qual a liderança defende a organização comunitária para desenvolver atividades produtivas. Todavia, ela alega que as mulheres ainda não se sentem totalmente motivadas a participar ativamente, pois acreditam que as associações só valem a pena quando há possibilidade de utilizá-las para acessar políticas públicas específicas.

O Assentamento Santa Maria 2 possui uma associação desativada. Nesta comunidade há problemas históricos com relação a organização social, tendo passado por diversas tentativas de estruturação de grupos, que envolveram inclusive parceiros externos como o Instituto de Cooperativismo e Associativismo (ICA) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). A única experiência exitosa de organização social da Ater neste assentamento foi a elaboração de um estatuto para a gestão do poço comunitário, o que sanou conflitos em torno do uso e administração do recurso hídrico, desde a manutenção da bomba até o pagamento da conta de energia elétrica.

Por sua vez, os entrevistados neste assentamento alegam que as dificuldades enfrentadas são também de responsabilidade do Itesp, já que a Ater tem se tornado cada vez mais fragmentada, sem planejamento e presença contínua no campo.

Faz cinco anos que eu num vejo o técnico passar por aqui. A gente fica aqui isolado, necessitado de tudo. Se procura veterinário fala que num tem, e enquanto isso as coisa vão acontecendo. Já perdi vaca, perdi bezerro, fora a seca que tá castigando tudo (Assentado originário).

O povo daqui do assentamento é muito acomodado. A gente tenta se reunir, tenta produzir pra vender, mas é cada um por si. A prefeitura também não ajuda igual nos outros (assentamentos). O meu maior sonho era a gente conseguir vender pra Conab¹². (Assentada de origem indenização e liderança comunitária).

A Associação Filhos da Terra é a mais numerosa, possuindo cerca de 180 membros associados no ano de 2020. A pronta adesão dos assentados ao associativismo

¹² O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é sempre mencionado pelos assentados pela sigla Conab, designada para a Companhia Nacional de Abastecimento, responsável pelos pagamentos das vendas realizadas pelo programa. Inclusive, muitos associados entrevistados que acessam ou já acessaram o PAA desconhecem o verdadeiro nome da política pública.

neste caso se deve ao grande número de moradores e a forte representatividade de suas lideranças¹³. Há um entendimento coletivo da necessidade de se trabalhar em conjunto desde o início, e especificamente, um conhecimento anterior acumulado sobre as experiências associativas de outros grupos, que deram acesso aos mercados institucionais de compras públicas, por exemplo.

A comunidade sabe a importância da gente se unir pra conseguir as melhorias. Eles sabem que tem Conab (PAA), que tem merenda escolar, que tem casinha (PNHR), que tem emenda de deputado. Tudo isso a gente sabe que só consegue com a união e com ajuda do Itesp (Assentada originária e liderança comunitária).

Mesmo que seja consensual o entendimento da importância da organização social e do trabalho associado, essas práticas só foram fortemente fomentadas a partir da necessidade de acessar projetos e políticas públicas de maneira coletiva, como no caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), confirmando a tese de que o Estado age como um verdadeiro indutor do trabalho associado e cooperado no Brasil (SERRA, 2013). Até hoje não há nenhuma cooperativa de trabalhadores rurais em Marabá Paulista, e as associações ainda têm muitas dificuldades em suas estruturas de organização e na participação dos associados. Tal como ressalta Oliveira (2010), as cooperativas não se desenvolvem, pois, as associações conseguem desempenhar basicamente as mesmas funções, conseguindo frear inclusive a utilização de sua estrutura para benefício individual. Elas também atuam responsabilizando seus diretores pela condução administrativa e impedem sua remuneração, evitando com isso uma espécie de profissionalização da atividade como ocorre em cooperativas.

Isto posto, as associações do município ficam atreladas ao desenvolvimento de políticas como o PAA, consensuado entre técnicos extensionistas, assentados e poder público municipal como a política pública de maior impacto social e econômico dos últimos anos. Para além dessa finalidade, não se vê um grande engajamento das organizações em outros projetos, com exceções circunstanciais, como o acesso aos programas de habitação rural.

Por vezes as associações se posicionam de maneira política, levando demandas coletivas à Assembleia Legislativa, geralmente para solicitar emendas parlamentares, como no relato de uma liderança comunitária: “A associação precisa agora escrever um

¹³ O atual presidente da associação é esposo da antiga coordenadora de um dos acampamentos que deram origem ao assentamento, e que atualmente exerce o cargo de vereadora do município de Marabá Paulista.

projeto pra encaminhar pra uma deputada que prometeu uma emenda pra nós comprar um trator”. Contudo, essa forma de demandar o legislativo é disputada com os vereadores e prefeitos, e o conflito gira em torno de quem tem mais poder e influência para acessar os recursos de deputados.

Estas organizações se voltam também para reivindicar melhorias (tratores, caminhões refrigerados etc.) ou demandar serviços de infraestrutura (estradas, pontes e equipamentos públicos). Todos os presidentes das associações entrevistados lamentaram o desmonte sofrido pelo PAA nos últimos anos, além de tecerem críticas às diversas mudanças ocorridas nos critérios de pontuação dos últimos editais do Programa, que em certos momentos priorizavam organizações com maior número de associados, e em outros, aquelas com menor número. Eles alegam que essas inconstâncias e mudanças afetam diretamente as estruturas associativas e a participação efetiva de seus membros.

A gente perdeu muito associado desde que acabou a Conab (PAA). Antigamente, toda associação conseguia vender um pouco. Aqui no Marabá não faltava comida, até sobrava. Agora, tem uma associação lá de Venceslau que vai pegando um produtor de cada assentamento e indo atrás de entregar merenda escolar lá pra perto de Campinas (Assentada originária).

As associações não buscam realizar outras atividades como as descritas em seus cadastros de pessoas jurídicas. Elas não executam grandes projetos comunitários, e quando o fazem, são organizados por instituições mais coesas, como as igrejas. Também quase não realizam parcerias institucionais, que ficam restritas às iniciativas da prefeitura ou do Itesp. Há inclusive um entendimento geral de que a Ater seja a única responsável por propor e realizar projetos diferenciados.

Alguns associados se organizam para realizar capacitações, como os cursos oferecidos pelo Sindicato Rural, entretanto, geralmente isso ocorre por meio de grupos de interesses e afinidades, independentes da associação. Em vista disso, há um entendimento limitado quanto a capacidade instrumental do associativismo, inclusive por parte do Itesp e do poder público municipal. Um exemplo está nas condições de comercialização do leite e a falência das iniciativas de tanques e resfriadores comunitários. No assentamento Santo Antônio do Prata o problema fica ainda mais evidente, pois é onde se concentra a maior venda individual de leite não resfriado, e logo,

o menor valor agregado ao produto: R\$1,40 por litro, enquanto o leite resfriado foi comercializado por volta de R\$1,80 nos demais assentamentos, no mesmo período¹⁴.

Cabe destacar que durante os mandatos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), algumas ferramentas de participação coletiva foram construídas sob a perspectiva do desenvolvimento territorial, que viabilizaram inclusive a aquisição dos resfriadores mencionados. É o caso do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), criado em 2003, e o Territórios da Cidadania (TC), criado em 2008.

O Pronat possibilitou ampliar a ação dos atores para uma escala intermunicipal, criando um maior envolvimento das organizações da sociedade civil na proposição, planejamento e execução de projetos de infraestrutura, primordialmente. As iniciativas dos colegiados territoriais basearam-se nos princípios de representatividade, diversidade e pluralidade, expressas nos diferentes grupos e representações sociais, que puderam conceber conjuntamente estratégias de desenvolvimento (ECHEVERRI, 2010; FAVARETO, 2010).

Entretanto, os resultados do programa não alcançaram as metas estabelecidas, resumindo-se a projetos de características setoriais, focados nas atividades agropecuárias. Sua implementação continuou a depender das prefeituras municipais e do poder local, reproduzindo práticas clientelistas típicas. Apesar de alguns avanços conquistados com os Territórios da Cidadania, os programas ainda não conseguiram alavancar uma verdadeira participação e organização social dos agricultores (SARON, NEVES NETO, HESPAHOL, 2017).

Segundo Viudes (2019), o Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema demonstrou problemas e limitações em sua execução, mas ainda assim pode ser considerado um importante espaço de discussão sobre gestão e destinação de recursos públicos de maneira participativa. Analisando a participação dos atores de Marabá Paulista neste programa, constata-se que, conforme o registro das atas do colegiado, entre os anos de 2009 e 2016 não houve presença de nenhum membro da sociedade civil e do poder público nas atividades e reuniões promovidas (VIUDES, 2019). Diferente daquilo observado por Niederle (2014), com os recorrentes casos de apropriação dos espaços das

14 Preço praticado pelos laticínios que adquiriram leite dos produtores neste município no primeiro semestre do ano de 2021.

políticas territoriais pelos técnicos extensionistas, em Marabá Paulista se relata inclusive um desconforto em sua participação:

Sinceramente, parece que a gente não é bem-vindo lá. A gente vai só pra ser criticado, principalmente pelo movimento. Se ninguém de Marabá participou foi porque não teve a gente lá, porque quando a gente vai, a gente leva os assentados. Sem essa estrutura (veículo da Fundação Itesp), pegando em casa, levando lá em Prudente pra participar e trazendo de volta, fica difícil pra eles. Ai, no fim das contas, parece que precisam de nós só pra servir de motorista mesmo (Técnico da Fundação Itesp).

A resistência em participar das atividades colegiadas reafirma a atitude do poder público, da sociedade civil e do Estado em reforçar o caráter do poder local e suas práticas clientelistas, perpetuando relações tradicionais e personalistas com lideranças locais em vistas ao favorecimento pessoal ou de grupos (BARONE; SILVA, 2006). A cultura política local tende a impedir a visualização de outras possibilidades e estratégias, como os colegiados territoriais, que apesar de não serem desprovidos de grupos de coalizão, tendem a possibilitar uma maior participação democrática e uma estrutura mais propositiva (FAVARETO, 2007).

Em contrapartida, identifica-se um histórico ativo na participação política dos atores rurais locais dentro da esfera do poder público municipal. Alguns assentados foram eleitos como representantes nos poderes legislativo e executivo no período em que se realizou esta pesquisa. No Quadro 4 é apresentada a composição do poder público municipal após a eleição de 2020, identificando partidos políticos e ocupações profissionais dos eleitos:

Quadro 4 – Representantes eleitos nos poderes executivo e legislativo de Marabá Paulista conforme sua filiação política e ocupação profissional (2022)

Cargo Público	Partido Político	Ocupação Profissional
Prefeito	Sem partido	Agricultor (assentado)
Vice-prefeito	PSOL	Empresário
Vereador	PSOL	Agricultor
Vereador	PSOL	Agricultor (assentado)
Vereadora	PSOL	Agricultora (assentada)
Vereador	PT	Vereador reeleito
Vereador	PSDB	Servidor Público Municipal
Vereador	PSDB	Servidor Público (aposentado)
Vereador	PSDB	Servidor Público Municipal
Vereador	PSDB	Autônomo
Presidente da Câmara	PSDB	Servidor Público Municipal

Fonte: Câmara Municipal de Marabá Paulista

O atual prefeito, titular de um lote no Assentamento Santo Antônio, é o exemplo das contradições que envolvem as estratégias desses atores. Elegeu-se pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)¹⁵, porém, deixou o partido após sofrer cobranças por estabelecer relações e promover alianças com deputados de legendas da oposição. O estopim do conflito ocorreu após o prefeito prestigiar a visita do então presidente da república, Jair Messias Bolsonaro (PL), em um município vizinho.

Os demais conflitos são, de maneira geral, motivados pelo acesso às emendas parlamentares, que tem como principal objetivo a aquisição de meios de transporte (escolar e saúde) e implementos agrícolas para áreas rurais. Cabe ainda destacar que os próprios atores do poder público municipal se confundem com os atores dos assentamentos nesta realidade, ocupando secretarias estratégicas como a do serviço social e da agricultura.

A atual composição do poder público municipal indica o quanto os assentados são sujeitos ativos, mesmo em posições de subalternidade, desenvolvendo estratégias que indicam os limites e as possibilidades da democracia, mesmo em suas contradições econômicas e políticas (BARONE; FERRANTE; DUVAL, 2016). Segundo Mazzini (2007), a participação de assentados na disputa pelas cadeiras de vereadores já era visível em outros municípios do Pontal do Paranapanema, e sua atuação sempre foi estratégica na articulação das bases para as eleições de deputados estaduais e federais.

Mas, para além da esfera de representação política, há questões e conflitos geracionais que ocorrem dentro das famílias dos agricultores, e fora delas, como no caso dos sujeitos recém-chegados aos assentamentos, inseridos por meio do processo de indenização de benfeitorias¹⁶. Os beneficiários do tipo indenização, conforme as entrevistas realizadas, na maioria das vezes não possuem histórico de participação junto aos movimentos sociais de luta pela terra, e por isso não possuem uma total dimensão da proposta de reordenação territorial dos assentamentos e da reforma agrária como um todo.

15 A eleição de 2020 deu ao PSOL a sua primeira prefeitura no estado de São Paulo. Tal conquista se deve à aproximação do partido com o movimento FNL, que tem realizado o maior número de ocupações e acampamentos no estado nos últimos anos.

16 A Portaria Itesp nº 131 de 2018 é o que regulamenta a venda e compra de benfeitorias construídas pelos beneficiários, mediante avaliação realizada por técnicos da Fundação Itesp. Publica-se os valores avaliados em editais públicos, iniciando o processo por meio de uma Comissão de Seleção composta por membros da sociedade civil e do poder público. Os interessados em adquirir as benfeitorias e a permissão de uso da terra pública devem ter inscrição e cadastro junto ao Itesp, sendo avaliados e pontuados de acordo com perfil estabelecido pela comissão no processo de seleção. O processo é similar ao realizado para a seleção de beneficiários de novos assentamentos estaduais.

Ao ingressarem nos projetos sem a participação social, que envolve desde a pressão para reversão da terra pública até a espera por infraestrutura básica e fomentos iniciais, esses sujeitos acabam constituindo novas relações e outras lógicas comunitárias e produtivas, que vão interferir diretamente na perspectiva do desenvolvimento territorial.

Estima-se que entre os assentamentos mais antigos do município de Marabá Paulista no ano de 2020, cerca de 30% dos lotes agrícolas já tenha passado pelo processo de troca de titularidade por via de indenização. Uma parcela bem menor (menos de 10%), passou pelo processo de sucessão familiar, segundo os técnicos que atuam nestas áreas pela Fundação Itesp.

Os titulares que ingressam pelo instrumento da indenização de benfeitorias são, em sua maioria, trabalhadores em fazendas da região, com destaque aos trabalhadores recém-aposentados. Há também casos em que já faziam parte da composição dos lotes, como filhos ou parentes de titulares, demonstrando assim tanto a capacidade como a necessidade de reprodução social para além dos limites dos lotes agrícolas de suas famílias. De acordo com os entrevistados do tipo indenização, esses sujeitos realizam uma poupança com a finalidade de adquirir um lote no futuro ou utilizam seus acertos trabalhistas para conquistar esse novo espaço de produção autônoma.

Os técnicos extensionistas da Fundação Itesp consideram-nos como “trabalhadores com perfil”, o que em termos gerais significa dizer que possuem maior experiência de trabalho rural e uma lógica produtiva mais alinhada ao modo de produção capitalista. Segundo a interpretação dos técnicos, isso faz com que tenham maior predisposição ao sucesso ou prosperidade, diferente dos demais trabalhadores que ingressam nos projetos por meio da reintegração ao trabalho rural, organizados pelos movimentos sociais.

A ideia de “perfil” também está atrelada indiretamente à disposição de recursos financeiros. O valor médio para aquisição de benfeitorias de lotes agrícolas em Marabá Paulista girou em torno de R\$80.000,00 entre os anos de 2020 e 2021, conforme os editais de venda publicados no diário oficial do Estado de São Paulo. Esse valor se refere basicamente ao custo das estruturas básicas, como casa, cerca, poço e mangueira, podendo em alguns casos ultrapassar o valor de R\$120.000,00. Há uma interpretação preconceituosa por parte dos servidores do Itesp, que acreditam que dispendar tal montante de recursos é um indicativo de compromisso e determinação com a produção e desenvolvimento do lote, diferente daqueles agricultores descapitalizados, que muitas

vezes foram afastados da condição de trabalhadores rurais pelo êxodo forçado ou pela expansão do capitalismo agrário.

Outro fator relevante na caracterização desses sujeitos é o seu histórico de aptidão e experiência comprovada em atividades agropecuárias. Para a dinâmica comunitária, isso significa uma menor predisposição a participar de coletivos, como as associações de produtores, haja vista que estas são fomentadas exclusivamente por demandas dos mercados institucionais, como o PAA, focado primordialmente na produção e venda de frutas e olerícolas. Como os ingressantes por indenização têm maior aptidão e desejo por desenvolver atividades na área da pecuária, a organização social não se torna um fator tão relevante para sua inserção local.

Partindo da perspectiva geracional e das diferentes vivências espaço-temporais, há de se considerar também um processo natural de envelhecimento, expressa no conjunto dos assentados originários. Entre eles há muitos aposentados, o que interfere diretamente nos níveis quantitativos de produção e renda agrícola, individuais e coletivos. O envelhecimento da população, além de alterar a dinâmica produtiva, também desencadeia novas tensões nas relações e nas demandas específicas dos serviços, tanto da Ater quanto da gestão municipal. Questões referentes à saúde, direito previdenciário, transição de culturas ou atividades produtivas que demandem menor esforço físico são apenas alguns exemplos que orientam essa nova dinâmica, que altera inclusive a própria concepção de desenvolvimento rural.

Apesar da existência de algumas medidas de proteção e amparo sociais anteriores, foi somente na Constituição de 1988 que o direito ao benefício previdenciário foi estendido ao regime de economia familiar no sistema de seguridade social. Isso significou atender a uma pluralidade de situações rurais, dando direito àqueles que vivem e produzem em unidades inferiores a 4 módulos fiscais e a grupos tradicionais e extrativistas, alterando assim o padrão de distribuição de renda das famílias, promovendo a redução da pobreza e a melhoria das unidades produtivas (DELGADO, 2015).

Para Simonato e Bergamasco (2021), a previdência social no contexto dos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema está diretamente ligada a qualidade de vida e a dignificação dos sujeitos. Isso se realiza com a melhoria nos padrões de consumo, com o incremento de benfeitorias no lote, além de ser um instrumento de garantia da permanência dos idosos no meio rural. As autoras defendem que o acesso à previdência social deva ser considerada uma das políticas de maior amplitude, capilaridade e continuidade já executada no campo brasileiro. Todas estas características foram também

identificadas nas entrevistas com os titulares já aposentados, que consideram o direito ao benefício uma condição de efetivação de sua cidadania e um fator condicionante ao desenvolvimento rural.

Como aponta Carvalho (2002), a construção da cidadania brasileira irrompe com o processo de sucessão dos direitos segundo a teoria marshalliana, invertendo a ordem de conquista dos direitos civis, políticos e sociais na realidade histórica do país. O fato de os direitos sociais precederem os direitos civis e políticos no Brasil, segundo o autor, teria afetado diretamente a qualidade do nosso sistema democrático. Ainda hoje há grandes problemas na universalização e garantia dos direitos civis, fundamentalmente entre a população mais marginalizada, que os desconhece ou desconhece seus instrumentos de acesso. No caso dos trabalhadores rurais, os direitos se efetivaram de maneira ainda mais tardia, como uma espécie de herança histórica do sistema colonial escravista.

A importância do direito social previdenciário está expressa na Lei 8.213/91, que determina o trabalhador rural como um segurado especial, acessando direitos como aposentadoria, auxílio-doença e salário-maternidade. A política de assentamentos foi e continua sendo fundamental para o estabelecimento de vínculos comprobatórios de trabalho rural, o que antes era considerado um complicador para o acesso desses benefícios, já que a realidade do campo é caracterizada por condições de informalidade e descontinuidade típicas do trabalho sazonal. Estar vinculado a um projeto de assentamento garante também o reconhecimento da unidade de produção, estendendo os direitos aos seus familiares.

O envelhecimento nos assentamentos desencadeia também discussões sobre a juventude e a sucessão rural, que se apresenta como um dos maiores desafios à continuidade na produção e na manutenção dos lotes agrícolas. Segundo o estudo de Vieira, Bahiense e Silva (2019), apesar de a sucessão rural e geracional ser tema de pesquisas em diferentes áreas, elas ainda possuem certas limitações em suas abordagens. Poucos são os estudos sobre políticas públicas para a juventude, sobre fatores que levam a permanência ou saída do campo ou sobre como as questões de gênero afetam essas escolhas.

A titularidade do lote como usufruto do casal beneficiário é o que lhes garante acesso às políticas públicas de produção e desenvolvimento, e o caso mais emblemático e mais citado neste contexto pelos entrevistados é o direito de acesso ao crédito para investimento e custeio das atividades agropecuárias. Em praticamente todas as entrevistas realizadas com os titulares dos assentamentos, o fator reprodução familiar aparece como

determinante para a qualidade de vida e para a concepção desses sujeitos sobre o desenvolvimento rural. Contudo, nenhum dos beneficiários entrevistados disse conhecer a existência de políticas para a juventude.

Eu acho que desenvolvimento sustentável é você conseguir viver na roça com dignidade. É você conseguir ter uma renda que dê conta de tratar os filhos e dar o melhor pra sua família. Sustentável vem de sustento? Eu gostaria que meus filhos pudessem tirar o sustento deles daqui também. Infelizmente, hoje não dá, estão todos na cidade (Assentada originária).

São poucos os lotes agrícolas que passam pela sucessão rural, e muitas vezes ela acaba sendo buscada fora do lote, com a alternativa de compra de benfeitorias de terceiros, já que existem também muitos conflitos familiares envolvendo a disputa pela titularidade dos pais e a divisão da herança entre irmãos. Diferente das propriedades rurais convencionais, onde há a possibilidade de partilha ou parcelamento da terra, o lote agrícola é indivisível e atribuído a apenas um casal ou indivíduo titular.

No intuito de incentivar o processo de sucessão rural, no ano de 2003 foi criada uma linha de crédito para jovens dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), denominada Pronaf Jovem. Contudo, segundo Marin (2020) esta política não tem sido acessada por diversos motivos, dentre os quais se destacam: falta de informação sobre o crédito, falta de redes de apoio familiares e institucionais para implantação de atividades produtivas e falta de serviços de Ater, considerados precários, esporádicos e exclusivos aos pais ou titulares dos lotes na realidade dos assentamentos rurais.

Eu sempre trabalhei com o pai aqui. Nem terminei os estudo por causa disso. Quando ele decidiu passar o lote pra mim, meus irmão não gostaram, mas eles foram embora e só eu fiquei aqui. A mãe ficou doente, e quem cuidou fui eu. Nesse tempo todo que eu tive aqui, nunca que eu pude tirar um talão no meu nome, ou pegar um financiamento pra mim. Tudo tinha que ser pelo pai. E ele gostava de ter o poder de assinar as coisas (Assentado de origem sucessão).

São as mesmas reclamações identificadas nas entrevistas, abrangendo inclusive outros segmentos, como as linhas de crédito para mulheres. Segundo os técnicos extensionistas, também há pouca informação e formação para realizar a contratação dessas novas linhas ou direcionar atividades produtivas para a juventude. Um ponto importante a ser considerado a respeito desta política é a sua vinculação com a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP): esta declaração é o documento base para contratação de

crédito e acesso a outras políticas, sendo exigida inclusive durante os trâmites de solicitação de benefícios sociais.

Para os servidores do Itesp, como as linhas de crédito complementares do Pronaf estão obrigatoriamente vinculadas à DAP da unidade familiar, isso dificulta o acesso, indicando a inviabilidade da política já que seu acesso compromete todo o limite de financiamento das demais atividades já realizadas pelos titulares do lote. O que poderia torná-las realmente viáveis seria a possibilidade de contratação independente ou ainda a possibilidade de emissão de mais uma DAP por lote agrícola.

Somente em 2016 a Fundação Itesp se propôs a buscar mecanismos de garantia da sucessão rural, por meio da Lei 16.115/2016, que institui a possibilidade de elaboração de um Contrato de Concessão de Uso entre pais e filhos agregados no lote agrícola. Seu objeto é viabilizar a transferência do lote aos herdeiros e possibilitar a obtenção de uma DAP complementar, ampliando assim o acesso às políticas públicas. Entretanto, há diversas exigências para obtenção dessa concessão, entre elas a necessidade de o(a) jovem ou filho(a) requerente propor atividades produtivas diferentes daquelas já executadas pelos pais, no intuito de promover a diversidade produtiva e a sustentabilidade do lote, segundo a lei. Esta cláusula é criticada pelos técnicos e pelos assentados entrevistados, pois em casos em que já há uma atividade produtiva rentável, na qual o jovem já foi inserido e tem aptidão, obriga-se a abandoná-la para investir em uma nova atividade desconhecida.

Por isso podemos dizer que os atores se interconectam em suas relações com o território, não estão isolados em grupos específicos, mas participando concomitantemente de diferentes esferas no campo da disputa pelas políticas públicas. Eles afetam e são afetados, demonstrando que suas relações são multifacetadas, à medida que transitam por diferentes grupos e assumem diferentes identidades no território. Segundo Raffestin (1993), a abordagem relacional dos atores busca sobrepor as análises de relações simplesmente bilaterais, quando na verdade, as relações são sempre multilaterais e complexas.

2. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural: da construção da Ater pública às suas especificidades em assentamentos rurais

2.1 O desenvolvimento da Ater pública brasileira

Há muitos trabalhos voltados ao desenvolvimento dos serviços de assistência técnica e extensão rural no Brasil, majoritariamente produzidos por centros de pesquisas agrárias. Tendo em vista a dimensão do agronegócio na estrutura produtiva brasileira, mas também das questões agrária e fundiária, é perceptível que a Ater teve pouca relevância nos estudos que se empenharam na investigação das transformações socioespaciais do mundo rural.

Diniz (2018) destaca a falta de interesse inicial dos geógrafos brasileiros em estudar as ações e as políticas públicas de Ater no Brasil, mesmo diante da forte tradição dos estudos agrários a respeito da modernização da base técnica e de seus conflitos. O tema só se tornou relevante a partir da década de 2000, quando foram introduzidos os princípios da produção agroecológica. Contudo, há uma problemática geográfica eminente à Ater, pois, compreende-se que ela tenha sido fundamental na promoção de práticas espaciais heterônomas, promovendo transformações tanto no espaço rural quanto na sua dinâmica com o urbano (DINIZ, 2018).

Ao analisar os estudos de geógrafos brasileiros sobre a temática “extensão rural”, o autor conclui que as pesquisas produzidas entre os anos de 1998 e 2015 debruçaram-se basicamente sobre a intervenção dos extensionistas em realidades socioespaciais, sobre seus resultados nos sistemas produtivos e sobre a qualidade de vida dos sujeitos do campo. Observa-se também que o objetivo desses estudos está em realizar análises sobre grupos considerados contra hegemônicos, como os assentamentos de reforma agrária e os movimentos de produção e transição agroecológica.

Não há menção a nenhum estudo que tenha se atentado exclusivamente aos serviços executados pela Fundação Itesp, mesmo a entidade desempenhando um papel estratégico na execução concomitante da política agrária e fundiária do Estado de São Paulo, sendo inclusive uma das únicas instituições públicas do país voltada a este tipo de serviço. A maioria dos estudos realizados sobre esta Ater se concentra na área da Sociologia Rural, com destaque ao Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR), vinculado ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (Uniarara) e à Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI/UNICAMP).

Buscando demonstrar a especificidade da atuação da Fundação Itesp, o Quadro 5 busca-se estabelecer um panorama sobre a criação dos institutos de terra ou entidades responsáveis pelas ações de regularização fundiária rural no Brasil. Os dados foram obtidos a partir da utilização das palavras “instituto de terras”, “regularização fundiária rural” e “assentamento estadual” no sistema de buscas do *Google*, nas delimitações de cada estado. Os resultados foram refinados pela busca por “projeto de lei criação” de cada entidade, a fim de encontrar seus objetivos e atribuições, além de uma análise das ações institucionais divulgadas em seus canais oficiais (*websites*).

O quadro indica as datas de criação ou de reformulação dos órgãos e entidades, haja vista que muitos deles foram criados a partir da década de 1970 com perfil de atuação colonizadora, e acabaram sofrendo alterações no decorrer dos anos. Portanto, busca-se trazer suas estruturas mais recentes, analisando suas atribuições no que compete à formulação de projetos de assentamentos rurais e à prestação de serviços de Ater. É importante ressaltar que a questão fundiária se tornou uma pauta nas discussões das organizações multilaterais sobre desenvolvimento rural e que financiamentos e linhas de crédito internacionais foram destinados para ações de regularização e fomento produtivo de pequenos agricultores a partir de finais da década de 1980 (PEREIRA, 2006).

Quadro 5 – Entidades responsáveis pela regularização fundiária dos estados brasileiros e suas atribuições quanto a proposição de assentamentos rurais e serviços de ATER (2022)

Região	UF	Institutos de terras ou entidades responsáveis pela regularização fundiária rural	Ano de Criação	Atribuição de criar Assentamentos Rurais	Atribuição de ATER
Norte	AC	ITERACRE – Instituto de Terras do Acre	2001	sim*	não
	AP	AMAPÁ TERRAS – Instituto de Terras do Estado do Amapá	2019	sim	não
	AM	ITEAM – Instituto de Terras do Amazonas	2003	sim	não
	PA	ITERPA – Instituto de Terras do Pará	1975	sim	não
	RO	ITERON – Instituto de Terras e Colonização	2018**	não	não
	RR	ITERAIMA – Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima	1992	não	não
	TO	ITERTINS – Instituto de Terras do Estado do Tocantins	1989	sim	não

Região	UF	Institutos de terras ou entidades responsáveis pela regularização fundiária rural	Ano de Criação	Atribuição de criar Assentamentos Rurais	Atribuição de ATER
Nordeste	AL	ITERAL – Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas	2001	sim	sim
	BA	CDA – Coordenação de Desenvolvimento Agrário	2014	não***	não
	CE	IDACE – Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará	1987	sim	não
	MA	ITERMA – Instituto de Colonização e Terras do Maranhão	1995	sim	sim
	PB	ITERPE – Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco	2009	sim	não
	PE	ITERPE – Instituto de Terras e Reforma Agrária	2009	sim	não
	PI	INTERPI – Instituto de Terras do Piauí	1980	sim	não
	RN	TERRA – Instituto de Regularização Fundiária e de Apoio à Reforma Agrária do Rio Grande do Norte	2001	sim	não
	SE	Emdagro – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe	1991	não	sim
Centro-oeste	DF	Terracap – Companhia Imobiliária de Brasília****	2011	não	não
	GO	Seapa – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2016	não	não
	MT	INTERMAT – Instituto de Terras do Mato Grosso	1995	sim	não
	MS	Agraer – Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural	2006	sim	sim
Sudeste	ES	Idaf – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal	1996	não	não
	MG	ITER – Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais	2000	não	não
	RJ	ITERJ – Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro	1990	sim	sim
	SP	ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo	1999	sim	sim
Sul	PR	IAT – Instituto Água e Terra	2019	não	não
	RS	Gabinete de Reforma Agrária e Cooperativismo	1999	sim	não
	SC	Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural *****	2021	não	não

Org.: Nayara Stockler

* Primeiro projeto de assentamento rural estadual criado no ano de 2013.

** Criado em 1988 e extinto em 1999. Foi recriado por iniciativa de projeto de lei da Assembleia Legislativa no ano de 2018, porém, o Governador do Estado contesta a iniciativa de sua recriação, alegando esta ser uma função exclusiva do poder executivo.

*** Somente por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

**** Passou a realizar regularização fundiária após a criação da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal, no ano de 2011.

***** Programa Terra Legal.

Conclui-se assim que nem todos os estados brasileiros destinaram seus recursos fundiários para a realização de projetos de assentamentos, como nem todos que o fizeram se comprometeram em prestar serviços exclusivos de assistência técnica e extensão rural a estes sujeitos específicos. Mesmo diante dos demais estados que desempenham estas funções de maneira concomitante, o estado de São Paulo ainda é aquele que possui o maior número de assentamentos em terras públicas estaduais e cujo serviço da Ater está mais estruturado em uma organização própria. Para compreender a dimensão de uma política pública de Ater integrada à execução de uma política fundiária é preciso recuperar a trajetória de estruturação e reestruturação da própria pública brasileira, definindo seus objetivos e estratégias de implementação como um todo, e da política da Fundação Itesp, em paralelo.

Não há uma definição única e consensual sobre os conceitos de “assistência técnica” e “extensão rural”, pois sua ideia vem passando por um processo de evolução constante, conforme mudam as estratégias e os objetivos de desenvolvimento. Além do que, a preocupação em distinguir os termos que lhe dão forma é muito mais um traço brasileiro do que uma preocupação internacional (AQUINO *et. al*, 2020; PEIXOTO, 2020). Os servidores da Fundação Itesp, por exemplo, referem-se a si próprios exclusivamente como técnicos. Nenhum dos entrevistados na pesquisa se identificou como um extensionista ou mencionou trabalhar com extensão rural.

Como um conceito em discussão, podemos trazer uma definição orientadora à formulação das políticas públicas, conforme a interpretação da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar (Pnater):

[...] serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (BRASIL, 2010, art. 2º).

Segundo Romaniello e Assis (2015), há diversas interpretações a respeito do surgimento da extensão, que remetem desde o desenvolvimento das primeiras civilizações e da escrita. Há registros do ensino de técnicas sobre o manejo do trigo irrigado às margens do rio Nilo, e registros sobre as primeiras escolas gregas com o direcionamento de uma extensão universitária. Mas para Peixoto (2008), a extensão como uma instituição de fato tem origem no serviço cooperativo de extensão rural dos Estados Unidos, criado no início do século XX com a participação das universidades norte-americanas (*land-grant colleges*). No Brasil, sua institucionalidade como uma política¹⁷ de Estado data do ano de 1948, em Minas Gerais, com a criação da primeira Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) (QUIDÁ, CABRAL FILHO, 2019).

Destarte a Ater pública brasileira ser considerada aqui como um projeto para a execução de um conjunto de serviços que visam a educação informal e a orientação produtiva, com vistas à disseminação e incorporação de técnicas e práticas de produção agrícola, a análise do processo de sua implementação no Brasil permite considerar diferentes interpretações sobre seu papel e seu objetivo como política de desenvolvimento.

De sua institucionalização até os dias atuais, podemos considerar que os objetivos das políticas de Ater foram demarcados por períodos com metodologias distintas: o humanismo assistencialista, o difusionismo produtivista, o humanismo crítico (RODRIGUES, 1997) e o ambientalismo agroecológico (CAPORAL, DAMBRÓS, 2017). Em um primeiro momento, em sua fase humanista assistencialista, a ATER pautou-se em realizar um trabalho de transferência do conhecimento técnico-científico por meio de engenheiros agrônomos e de políticas de bem-estar social, orientadas por profissionais da economia doméstica e por assistentes sociais, caracterizando assim as estruturas básicas de formação das primeiras equipes de Ater (QUIDÁ, 2018).

O modelo implementado em Minas Gerais logo viria a se disseminar pelos demais estados brasileiros, fazendo das ACARs entidades civis sem fins lucrativos na prestação de serviços de extensão rural e elaboração de projetos técnicos para obtenção de crédito financeiro supervisionado (PEIXOTO, 2008; DIESEL, DIAS, NEUMANN, 2015). Seu caráter paraestatal era acompanhado pela ação de entidades e associações filantrópicas

17 Há registros de algumas iniciativas anteriores na legislação brasileira, de meados do século XIX, mas não específicas como uma política pública de extensão rural, resumindo-se a criação de institutos imperiais de agricultura que executavam serviços como os de pesquisa, ensino e difusão de informações agropecuárias (PEIXOTO, 2008).

norte-americanas, que buscavam promover o desenvolvimento rural na América Latina em um contexto de expansão da interferência política e econômica dos Estados Unidos, e frente ao avanço do socialismo e acirramento da Guerra Fria (FONSECA, 1985; OLIVEIRA, 1999).

Um dos atores estratégicos nesta empreitada de disseminação da extensão rural pela América Latina foi a Fundação Rockefeller. Segundo Colby e Dennet (1998), Nelson Rockefeller teve grande relevância na implementação dos então denominados “pacotes tecnológicos” por meio da ação de sua associação filantrópica *American International Association for Economic and Social Development* (AIA)¹⁸. Ela atuou com ações integradas no Brasil e na Venezuela e, posteriormente, em ações de colonização do território brasileiro, na frente de expansão territorial do Centro-Oeste e na ocupação do domínio do cerrado. Os pacotes tecnológicos seriam, portanto, a associação da gênese da extensão rural brasileira, que atrelava o fornecimento de crédito rural à Revolução Verde (QUIDÁ, CABRAL FILHO, 2019).

O desenvolvimento sistemático da ciência, da técnica e da sociedade moderna junto ao expressivo crescimento da população mundial foram fatores que incidiram diretamente sobre o planejamento das políticas para a agricultura, significativamente após a Segunda Guerra Mundial. Dá-se o nome de Revolução Verde ao conjunto de técnicas desenvolvidas neste período, e destinadas primordialmente ao aumento do volume da produção agrícola. O objetivo dos “pacotes tecnológicos” era promover o aumento da produção com a utilização de insumos químicos, biológicos e mecânicos, inserindo gradualmente maquinários pesados, agrotóxicos e sementes modificadas no cotidiano produtivo, fundamentada no alarde da possibilidade de desabastecimento em escala global (FONSECA, 1985; OLIVEIRA, 1999).

Zamberlam e Fronchet (2001, p. 13) apostam em uma simples definição para a Revolução Verde, entendendo-a como “um jeito capitalista de dominar a agricultura”. Assim, buscam demonstrar que a origem dos pacotes tecnológicos é resultado de uma ação objetiva dos setores industriais, que necessitavam realocar o destino de suas mercadorias após o fim das grandes guerras mundiais. Necessitando expandir mercados

18 Em 1943 a Fundação Rockefeller tem seu primeiro projeto aplicado à América Latina, com a celebração de um acordo com o Ministério da Agricultura do México. Seu objetivo era promover o aumento da produtividade das culturas do milho, trigo e feijão com a incorporação de pacotes tecnológicos por parte dos agricultores mexicanos. No Brasil, a primeira experiência de projeto ocorre no ano 1945, no município de Santa Rita do Passa Quatro (QUIDÁ, 2018).

e consolidar a aplicação de suas tecnologias, a indústria transferiu seus produtos, antes com finalidades estritamente bélicas, para a produção agrícola. Desse modo, a adoção dos pacotes passou a ser encarada como uma alternativa para a superação da miséria e da fome, e consequentemente o trabalho da Ater passa a ser uma das primeiras etapas pelas quais as empresas de insumos atuavam para difundir seus produtos (FONSECA, 1985).

Logo as ACAR passaram a ser organizadas por meio da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), criada no ano de 1956 com a finalidade de coordenar, avaliar e propor novas estratégias de atuação, além de funcionar como captadora de recursos internos e externos para o financiamento das ações. Consequentemente, cria-se o Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBER) para operacionalizar os projetos de crédito, além de possibilitar o recebimento de aporte financeiro do próprio Estado brasileiro (DINIZ, 2018).

Segundo Quidá (2018, p. 10):

[...] as ações das ACARs provocaram mudanças culturais e comportamentais, particularmente no que tange à adoção de tecnologias pelos pequenos produtores rurais, desempenhando importante função na gestação da agricultura tecnológica e suas vicissitudes.

Podemos considerá-las por isso um instrumento de aplicação do desenvolvimento técnico do sistema de produção e reprodução capitalista, no qual se estabelece uma nova natureza artificializada (SANTOS, 2006) e que segundo Fonseca (1985), tem em sua prática pedagógica e política um verdadeiro instrumento de expansão da lógica capitalista no meio rural.

Até a década de 1960, a extensão rural brasileira foi orientada por ações de cunho assistencialista, logo, seu público prioritário era o pequeno agricultor e sua unidade familiar, para os quais se destinavam as ações de ensinar e orientar de maneira vertical, desde a produção agrícola até práticas de higiene pessoal (QUIDÁ, CABRAL FILHO, 2019; FONSECA, 1985). Todavia, a política de extensão rural passa a se voltar a outros objetivos e a outro público a partir do ano de 1962, motivada pelo movimento de modernização da base técnica da agricultura, dando início ao modelo difusionista produtivista (RODRIGUES, 1997).

De acordo com Romaniello e Assis (2015), o método difusionista operava sequencialmente por meio do desenvolvimento de pesquisas e tecnologias, seguidos pela transferência dos conhecimentos gerados à extensão, que por sua vez, realizaria sua

transferência para o contexto social do produtor rural por meio de ações de divulgação. Dessa maneira, se intensifica a relação entre ATER e Revolução Verde, alterando o perfil dos produtores e propriedades rurais que viriam a ser beneficiados, sobretudo pelas políticas de crédito rural (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

O golpe militar de 1964 inaugurava uma nova fase na qual as expectativas sobre um projeto de reforma agrária seriam tolhidas por setores conservadores da elite agrária brasileira. O período é considerado por Delgado (2005) como início da implementação do projeto de modernização conservadora, no qual a busca pelo desenvolvimento rural brasileiro passa a orientar investimentos públicos na modernização da base técnica da agricultura, sem modificar as bases estruturais e desiguais da concentração fundiária.

As estratégias das políticas de desenvolvimento rural trilharam o rumo das empresas de Ater, que se tornaram mecanismos de disseminação de linhas de crédito atreladas a compra de insumos e implementos, particularmente após o ano de 1965, quando se cria o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) (GRAZIANO DA SILVA, 1996; GONÇALVES NETO, 1997). O crédito orientado e combinado à compra de insumos foi também a possibilidade de fomentar diretamente as indústrias à montante do processo de modernização da agricultura, o que Graziano da Silva (1996) compreende como uma estratégia de consolidação do D1¹⁹ na etapa de desenvolvimento dos Complexos Agroindustriais, ou ainda uma etapa de desenvolvimento da agricultura capitalista integrada à economia urbana-industrial e ao setor externo (DELGADO, 2012).

Segundo Diniz (2018) a articulação entre os serviços de pesquisa e de extensão se consolida com o intuito de acelerar o processo de difusão e aplicação das tecnologias, o que consequentemente leva a uma reestruturação institucional que cria em 1972 a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), em substituição a ABCAR. Tanto as pesquisas quanto o financiamento agrícola passarão a se voltar demasiadamente para as culturas de exportação, em detrimento dos gêneros agrícolas de consumo interno, acentuando as desigualdades e investimento entre pequenos, médios e grandes produtores (GONÇALVES NETO, 1997).

¹⁹ José Graziano da Silva (1996) define “D1” como o setor agrícola e industrial produtor de bens de capital e insumos básicos para a agricultura.

Com a organização da EMBRATER, surgem as primeiras Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), em substituição ao modelo das ACARs, bem como a substituição do SIBER pelo Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) (QUIDÁ, 2018). O Estado passa a ser o regulador e promotor das ações de extensão, que passarão a contar com grandes investimentos públicos. No contexto paulista, opta-se pela criação e designação da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) em 1967, diferente da maioria dos estados que conservariam suas estruturas com as EMATERs. A CATI foi a escolha para a sucessão de iniciativas de extensão tomadas inicialmente por empresas privadas (bancos) e pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento (por meio do Instituto Agrônomo de Campinas), que já prestavam serviços de fomento e assistência técnica em São Paulo desde o início do século XX (PEIXOTO, 2008).

Para Caporal (1991, p. 10):

[...] a extensão rural passa a atuar na sociedade civil, respondendo ao papel de Aparelho Ideológico de Estado. Quer se chame EMBRATER, EMATER ou INSTITUTO, a extensão rural organizada pelo Estado tem sua ação no âmbito das relações sociais. Interfere no desenvolvimento no modo de produção capitalista no campo e como “política agrícola” e executora de políticas para a agricultura ou de “programas de desenvolvimento rural” serve de suporte para a reprodução das relações de produção capitalistas.

Por isso, entender o seu caráter pedagógico é primordial para compreender a importância desses serviços no que toca a realidade dos agricultores mais alijados do processo de modernização conservadora (GRAZIANO DA SILVA, 1996; DELGADO, 2005). A transferência de conhecimentos técnicos e de pacotes tecnológicos por meio de práticas antidialógicas inviabilizaram a ação e participação dos sujeitos neste processo de modernização ao qual foram impostos (FREIRE, 1983), o que contribuiu também para a disseminação do senso comum de que os pequenos agricultores brasileiros seriam um obstáculo ao desenvolvimento econômico do país, já que persistiam na manutenção de práticas arcaicas de produção agrícola, resistindo muitas vezes à adesão de soluções tecnológicas (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

A metodologia difusionista serviu à extensão rural como instrumento de introdução do homem do campo à dinâmica do mercado capitalista, impondo uma nova mentalidade que buscasse a transição de um modelo tradicional para modelo tecnológico-moderno. A difusão pelo processo comunicativo buscava internalizar uma mentalidade técnica, estimulando padrões racionais de conduta e homogeneizando os sujeitos e suas

relações (ROMANIELLO, ASSIS, 2015). Cabe destacar ainda que a superação do perfil humanista da primeira fase da extensão rural levou a uma reorganização do perfil profissional das equipes técnicas, que passaram a ser predominantemente compostas por engenheiros agrônomos, médicos veterinários e técnicos em agropecuária, deixando de lado a orientação das famílias e as ações sociais para centrar-se em atividades estritamente econômicas (QUIDÁ; CABRAL FILHO, 2019).

Sobre isso se tecem as maiores críticas de Feire (1983) sobre o processo de extensão como uma ação de invasão cultural, e da comunicação por ela realizada como uma prática depositária. Além das críticas sobre a metodologia e a defesa do caráter educativo da extensão a partir de uma visão humanizadora, tanto as discussões nacionais quanto internacionais passaram a se voltar também sobre os impactos ambientais causados no campo (CAPORAL, 1991). O contexto de redemocratização brasileira traz o movimento de se repensar a Ater enquanto uma prática de ensino e de orientação produtiva, buscando a revisão de suas orientações e projetos, pautados a partir de então por uma nova forma de produção agrícola, com ênfase nas dimensões social, econômica e ambiental, e na qual a Agroecologia emerge como possibilidade de um novo paradigma diretivo (CAPORAL, COSTABEBER, 2004).

2.2 Crise no sistema público de ATER: a conjuntura de surgimento do Instituto de Terras de São Paulo

A crise econômica do final da década de 1980 imprimiram novas condições de inserção do Brasil no sistema financeiro global (DELGADO, 2005, 2012). Considerada como a “década perdida”, o período trouxe consigo o esgotamento do projeto de modernização conservadora, com consequências que levaram ao que Delgado (2005, p. 52) denomina como “ajustamento constrangido”, que impôs restrições internas e externas aos gastos públicos no objetivo de solucionar a crise do endividamento. As políticas de ajuste visavam assegurar o pagamento da dívida externa e inserir definitivamente as economias nacionais dentro de um padrão liberal (PEREIRA, 2006). Soma-se a esta conjuntura as restrições ao crédito, altas taxas de juros, queda nos preços agrícolas, endividamento crescente nos diferentes segmentos produtivos do setor agropecuário, depreciação patrimonial, queda acentuada no valor da terra, do gado e do estoque de *commodities* (GRAZIANO DA SILVA, 2002).

Percebeu-se também que o grande produtor rural capitalizado já não era mais dependente dos serviços públicos de Ater pública, que lhes foi intensamente direcionada durante as décadas de 1960 e 1970 junto às políticas de crédito e às pesquisas agropecuárias (DIAS, 2008). Antes mesmo do esgotamento financeiro dos mecanismos de promoção dessas políticas, concluía-se que seus esforços aplicados ao desenvolvimento rural não foram exitosos, já que não conseguiram promover o desenvolvimento produtivo, econômico e social desejado em níveis satisfatórios de mudança no público mais pobre e vulnerável do campo (FAVARETO, 2010).

A crise atingiu drasticamente os serviços públicos de Ater: em um primeiro momento, alterando as diretrizes da política da EMBRATER, que passou a incentivar o planejamento local e a participação de pequenos e médios produtores; em um segundo momento, levando a sua própria extinção, deixando a cargo dos estados e municípios a manutenção de seus serviços de maneira autônoma, sem contrapartida financeira federal (DIESEL, DIAS, NEUMANN, 2015). Especificamente no Pontal do Paranapanema, a maioria das prefeituras acabou criando secretarias municipais de agricultura, estabelecendo convênios com a Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, mas seus resultados práticos foram o esvaziamento e a precarização dos serviços prestados (BARONE, FERRANTE, DUVAL, 2016).

Os problemas não se restringiam à descontinuidade na destinação de recursos públicos federais, mas se estendiam à metodologia de trabalho e à forma como os extensionistas propunham um modelo de gestão e produção rural. Por isso, Dias (2004) interpreta a crise como um fator positivo para a reformulação dos princípios e objetivos da Ater brasileira, que resulta na iniciativa de ONGs que se propunham a aplicar novas metodologias, com foco nos agricultores mais marginalizados das políticas de desenvolvimento rural.

Freire (1983) tem papel central neste processo de se repensar a extensão rural de maneira sistemática. Sua teoria pedagógica foi fundamental para a compreensão do papel do extensionista e de sua relação com os sujeitos do campo. Centrado na figura do engenheiro agrônomo como um educador, sua proposta se baseava na construção de um processo dialógico entre profissionais e trabalhadores rurais.

[...] educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem — por isso sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais — em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE, 1983, p. 15).

Sua herança socrática fica evidente nesta passagem de caráter epistemológico, evocando não somente uma forma de se reconsiderar o conhecimento, mas também implicando em uma mudança de postura do profissional diante dos sujeitos, especialmente quando se trata de sujeitos reterritorializados em projetos de assentamento de reforma agrária, dotados de um conhecimento histórico adquirido no decorrer de sua vida e de sua prática cotidiana.

As críticas à Ater partirão do próprio conceito de “extensão”, que seria por si só uma definição da ação de transferência, que “estende” um conhecimento a fim de suprimir e substituir o conhecimento dos sujeitos. Além de reconhecer o saber popular e tradicional dos camponeses, respeitando-os como verdadeiro saber, Freire (1983) enfatizou o caráter multidisciplinar e interdisciplinar necessário ao trabalho da Ater e à produção do conhecimento humano. Logo, defendeu a diversificação das equipes de trabalho, com a inserção de antropólogos, sociólogos, pedagogos e psicólogos sociais, como uma condição fundamental às práticas de coexistência entre diferentes saberes.

Em vários diagnósticos negativos sobre a eficiência dos serviços de Ater junto aos pequenos agricultores, o exemplo de Woortmann (1987) revela a sua total inadequação junto a realidade social e produtiva dos sujeitos no estado de Sergipe. Segundo a autora, os extensionistas desconsideravam a própria lógica de produção e reprodução camponesa, incentivando a especialização produtiva e recriminando a diversidade. Percebe-se com isso um estímulo ao rompimento com o ciclo tradicional de capitalização dos agricultores daquele território, que se inicia com a criação de animais de pequeno porte:

Criação e lavoura não são então atividades que se opõem, mas sim atividades que se complementam. Opor-se à essa criação, como tem feito os agentes de extensão rural na região, é opor-se a uma lógica de reprodução das condições da própria produção agrícola. [...] Na região estudada por nós foi colocado em ação um programa de extensão rural visando os chamados "agricultores de baixa renda". Mas contraditoriamente, tal programa de extensão combatia a criação de gado por parte dos sitiantes, pois desejava-se elevar a produção agrícola que era percebida pelo extensionista como ameaçada pela criação. Na medida, porém, que combatiam a criação de gado, limitavam também a lavoura camponesa, assim como a própria ascensão social que conduz à tão almejada "classe média rural" (WOORTMANN, 1987, p. 62).

Conclui-se que os projetos de desenvolvimento rural eram falhos ao desconsiderar a dinâmica social, cultural e econômica dos agricultores, ignorando a importância de atividades centrais para as estratégias de reprodução e capitalização. Outra consequência a ser considerada como de responsabilidade da Ater está no que

concerne ao desaparecimento de práticas agrícolas tradicionais, sementes crioulas e toda uma multiplicidade de saberes suprimidos e sufocados por um projeto autoritário e hegemônico (CAPORAL, 1991). No entanto, a resistência de muitos sujeitos em adotar práticas modernizadoras foi um dos fatores que condicionaram a introdução da agroecologia como uma possibilidade de mudança paradigmática, tanto nas discussões acadêmicas, nas ações profissionais, como nas estratégias e políticas de desenvolvimento.

Se inaugura assim um novo período denominado como "humanismo crítico" (RODRIGUES, 1997), cuja metodologia trará à tona a participação e diálogo junto aos agricultores e na qual a Ater proporrá compreender a realidade concreta dos sujeitos para atuar em conjunto na proposição de soluções para os problemas enfrentados no campo. Nesta nova fase, a política de crédito também passará por uma reformulação, fortalecendo seus laços com a Ater por meio do Pronaf, instituído em 1996 como a primeira política pública que passa a reconhecer os agricultores familiares como uma nova categoria socioprofissional (QUIDÁ, CABRAL FILHO, 2019).

O Pronaf não só reconheceu essa nova categoria como propôs, em um primeiro momento, superar as desigualdades geradas pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) (SARON, NEVES NETO, HESPANHOL, 2017). Os assentamentos rurais de reforma agrária passam a ser contemplados por linhas específicas do programa, enquadradas nas categorias denominadas como A e A/C, voltadas ao investimento e as custeio agropecuário.

Em 1997 também surge a primeira experiência de Ater especificamente voltada aos assentados da reforma agrária em âmbito federal. Segundo Dias (2004), o Projeto Lumiar foi criado como um programa emergencial de assistência técnica aos assentamentos recém-criados no Brasil. Ele possibilitou a contratação dos serviços pelas organizações e associações de agricultores, contudo, a terceirização desses serviços indicava o posicionamento do Incra de resistência à incorporação da Ater como sua atribuição institucional, limitando-se a exercer a política fundiária com a implementação dos assentamentos rurais.

O Projeto Lumiar sofreu diversos problemas durante sua execução, dentre eles a baixa expectativa dos técnicos contratados, referente à baixa remuneração e à perspectiva de vínculo de curto prazo, a ausência de uma metodologia de intervenção específica para lidar com a diversidade dos problemas encontrados nos assentamentos e casos de desvio na aplicação dos recursos do programa (DIAS, 2004). Apesar de sua descontinuidade no ano de 2000, o projeto pode ser considerado positivo no que tange a possibilidade de

realização de um serviço mais adequado às condições e realidades dos assentamentos, abrindo espaço para a discussão da experiência da Fundação Itesp que se consolidava no Estado de São Paulo.

2.3 Consolidação da política agrária e fundiária paulista: o reordenamento da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"

Neste mesmo contexto, dava-se início no Estado de São Paulo a política de aproveitamento de recursos públicos fundiários públicos e o desenvolvimento de um projeto de Ater específico para um novo sujeito histórico: os trabalhadores rurais sem-terra que ingressavam nos primeiros assentamentos estaduais. O ressurgimento da organização dos movimentos sociais de luta pela terra trouxe à tona intensos debates sobre as consequências econômicas e sociais da política de modernização conservadora, fundamentalmente sobre seu compromisso para com a manutenção da estrutura fundiária brasileira.

Medeiros e Leite (2002) contextualizam este período crucial à trajetória político-econômica brasileira, pontuando o surgimento e fortalecimento de novos atores sociais no contexto rural-agrário brasileiro, como o MST, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Comissão Pastoral da Terra da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e organizações não governamentais em apoio ao “Fórum Nacional pela Reforma Agrária”. Os setores conservadores, por sua vez, persistiam na defesa de que os problemas do campo brasileiro deveriam ser solucionados pela intensificação do projeto de modernização técnica, com o aprofundamento das relações entre agricultura, indústria e mercado externo, dando os moldes daquilo que viria a ser denominado a partir dos anos 2000 como agronegócio (DELGADO, 2005).

Cedendo às pressões dos movimentos sociais, o Estado de São Paulo foi o primeiro a atender às reivindicações e pressões dos movimentos após anos de repressão política, passando a elaborar também as estruturas que pudessem responder às diversas demandas, criando em 1991, o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (FELICIANO, 2009). Somente para a Região do Pontal do Paranapanema foram destinados cerca de 200 profissionais de diferentes áreas para atuar na regularização fundiária, no desenvolvimento dos assentamentos e na mediação dos conflitos (MAZZINI, 2007).

No entanto, a história do instituto é precedida por outras organizações que deram corpo a sua política: a Assessoria de Revisão Agrária (ARA), Assistência Técnica de

Revisão Agrária (ATRA), o Instituto de Assuntos Fundiários (IAF), a Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários (SAF), o Grupo Executivo de Ação Fundiária (GEAF), o Departamento de Assentamento Fundiário (DAF) e o Departamento de Regularização Fundiária (DRF) (ITESP, 2013).

Com o processo de redemocratização e o início do Governo Franco Montoro, as funções desempenhadas pela ATRA ficaram sob a recém-criada Coordenadoria Socioeconômica, com a denominação de Instituto de Assuntos Fundiários (IAF). Ainda subordinado à Secretaria de Agricultura, teve a finalidade institucional de organizar os pequenos produtores, e apoiar o sindicalismo e o uso social da terra (FELICIANO, 2009, p. 210-211).

No IAF se consolidou a base de profissionais egressos do movimento estudantil, que atuavam no órgão vinculado à Secretaria da Agricultura e davam corpo a um perfil diferenciado. Alinhados político e ideologicamente aos movimentos sociais, estes profissionais rompiam com a tradição conservadora de atuação da secretaria. Por estarem vinculados à causa dos trabalhadores rurais, suas estruturas institucionais sempre estiveram fragilizadas, especialmente após a saída de José Gomes da Silva²⁰ do posto de secretário da pasta (FELICIANO, 2009).

Durante a gestão do governador Orestes Quércia (1987-1991), a sucessão e a reformulação dos departamentos e secretarias se torna ainda mais problemática, trazendo inconstâncias e transferências de responsabilidades que levam à separação do DAF e do DRF em secretarias distintas. Somente no ano de 1991 os departamentos voltam reunificados, e vinculados à Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania por meio do Instituto de Terras (ITESP, 2013). Apesar da fragilidade das organizações dos departamentos, e consequentemente, a fragilidade dos contratos de trabalho dos profissionais que prestavam serviços no instituto, os salários eram muito atrativos, gerando desagrado por parte de servidores da Secretaria da Agricultura e representantes patronais, que os comparavam às remunerações da CATI naquele mesmo período.

Visando solucionar os problemas quanto a fragilidade dos contratos de trabalho, dar autonomia e fortalecer o Instituto, em 08 de janeiro de 1999, por meio da Lei Estadual nº 10.207, a entidade passa a ter personalidade jurídica de fundação pública de direito

²⁰ Patrono do Instituto de Terras, foi um dos fundadores e presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), um dos redatores do Estatuto da Terra, Secretário da Agricultura do Estado São Paulo de 1982 a 1985 e presidente do Incra em 1985.

público, realizando o seu primeiro concurso²¹ no ano de 2001, o que viabilizou a contratação de 693 funcionários (ITESP, 2013). Atualmente, a Fundação Itesp segue ramificada nas áreas referentes à regularização fundiária e ao desenvolvimento rural, como uma herança dos departamentos que a precederam.

No ano de 1998 começaram a ser publicados os primeiros Cadernos Itesp, por meio da celebração de um convênio entre a Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, Universidade Estadual Paulista (Unesp) e Fundação para o Desenvolvimento da Unesp (Fundunesp). As publicações abordam diversos aspectos da política agrária e fundiária, como suas diretrizes, ações, críticas e metodologias de trabalho. A partir dos anos 2000 começam a ser publicadas também as primeiras edições da Revista Fatos da Terra, trazendo diferentes abordagens e informações sobre os trabalhos executados, com reportagens e entrevistas diversificadas, abrindo espaço inclusive a especialistas e acadêmicos.

O perfil editorial da revista foi sendo paulatinamente alterado no decorrer dos anos, e sua última edição, no ano de 2019, já demonstra um outro perfil institucional, bem como demasiada exposição política de seus dirigentes, suprimindo os espaços interativos com o leitor, de educação para a terra e de críticas de especialistas.

A Figura 12 traz a capa de uma de suas primeiras edições, que ressaltam a "ousadia" do governo estadual na execução de sua política agrária e fundiária, contrastando com a capa de sua última edição, de perfil mais conservador, demonstrando assim algumas transformações nas estratégias de comunicação e na própria mudança de postura da Fundação Itesp frente ao seu papel institucional e instrumental de aplicação da política de reforma agrária:

²¹ O Ministério Público Estadual moveu uma ação civil pública questionando os critérios de pontuação do concurso público e pedindo a anulação do certame. O MP alega que o edital teria beneficiado candidatos que já eram contratados do Instituto de Terras. A ação ainda corre na justiça.

Figura 13 – Capas da Revista Fatos da Terra nas edições dos anos 2000 e 2019.



Fonte: Itesp

Diferente da Fatos da Terra, os Cadernos do Itesp contaram com apenas duas edições, e durante os quase vinte anos de história institucional, poucas foram as ampliações e inovações trazidas e sistematizadas ao público. Identifica-se somente a elaboração de algumas cartilhas informativas sobre programas específicos e um livro comemorativo sobre os quinze anos da instituição.

O Caderno Itesp denominado "Cultivando Sonhos: Caminhos para a Assistência Técnica em Reforma Agrária" tem fortes inspirações nas discussões propostas pela corrente crítica humanista da Ater, ressaltando o caráter inovador da instituição, que na época, inaugurou um novo modelo de política agrária e fundiária integrada em âmbito estadual. O caderno traz uma variedade de programas implementados pela instituição, incluindo aqueles destinados à segurança alimentar, com a distribuição dos chamados "kits produtivos", contendo animais de pequeno porte, estruturas de hortas, espécies para pomares domésticos e mudas comerciais distribuídas aos recém-assentados, além de programas voltados à conservação do solo, correção de acidez com kits de calcário e outras ações voltadas à infraestrutura (ITESP, 1998).

A metodologia do Cultivando Sonhos buscava capacitar os técnicos extensionistas sobre práticas e manejos sustentáveis, ciente da formação profissional marcada pela ideologia da modernização técnica da agricultura, propondo ainda uma ação

comunicativa crítica²² e construtiva junto aos sujeitos do campo. As bases dessa nova Ater estariam assentadas no enfoque sistêmico e holístico, na diversificação e sustentabilidade, buscando a integração da unidade familiar, o fortalecimento da segurança alimentar, a incorporação de conceitos ecológicos e ambientais, a conservação e recuperação do solo, a racionalização no uso de implementos, o apoio à organização de associações e cooperativas, o estímulo à agroindústria, o suporte à comercialização, e por fim, a construção de um modelo de desenvolvimento integral, que promovesse a cidadania no campo (ITESP, 1998).

A Ater desenvolvida pelo Itesp foi, portanto, uma iniciativa pioneira, que por priorizar o atendimento das camadas mais vulneráveis, sempre esteve suscetível a questionamentos sobre sua eficácia e capacidade de atuação. Ainda hoje a fundação não é considerada uma entidade oficial de Ater no Estado de São Paulo, configurando-se mais como uma experiência paralela de atores compromissados com a reforma agrária, que concomitantemente, buscaram desempenhar uma extensão rural idealizada na promoção da cidadania. A Figura 14 identifica quais são as entidades e órgãos oficiais dos estados brasileiros segundo a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER):

Figura 14 – Empresas públicas e entidades oficiais de ATER nos estados brasileiros



Fonte: ASBRAER (2020)

²² Uma das estratégias educativas e de capacitação dos profissionais do Itesp era o curso básico denominado Formação Política Agrária, que buscava promover discussões críticas sobre extensão rural e contextualizar a luta pela terra e os objetivos da reforma agrária (ITESP, 1998).

Essa condição retira da Fundação Itesp a possibilidade de se tornar gestora de projetos e políticas consideradas estritamente de responsabilidade da Ater pública, como no caso do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias, desenvolvido pela CATI. Esta limitação demonstra de certa maneira que as políticas de desenvolvimento rural brasileiras persistem na alocação de recursos e investimentos públicos em determinados perfis de produtores rurais, perpetuando privilégios e desigualdades, mas que puderam ser questionados a partir dos anos 2000 com o advento das conferências populares que deram forma a uma nova política pública de Ater.

2.4 Renovação da Ater Pública: a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) e seus impactos metodológicos

Como já abordado anteriormente, os movimentos sociais ampliaram sua participação após a redemocratização do país, pressionando o Estado a atender suas demandas dentro das políticas públicas outrora tão negligenciadas. Assim como o Pronaf inaugurava uma nova proposta de crédito aos agricultores familiares, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) é criado em 1999 a partir do reconhecimento da necessidade de se elaborar políticas diferenciadas a este segmento da agricultura, incluindo a responsabilidade de retomada de uma política de assistência técnica e extensão rural renovada (DIESEL, DIAS, NEUMANN, 2015).

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) é lançada inicialmente no ano de 2004, buscando em um primeiro momento modificar os enfoques teórico, filosófico e metodológico, propondo uma ruptura com o modelo difusionista, pautando-se em um olhar holístico e multidisciplinar e nos princípios agroecológicos (DINIZ, 2018). Ela buscou em sua essência dar voz e vez aos sujeitos tolhidos das políticas de desenvolvimento rural:

A partir de uma análise propriamente geográfica, percebe-se que a PNATER buscou instituir e/ou fortalecer outras formas de racionalidade na produção e organização do espaço rural, racionalidades paralelas e concorrentes que, incapazes de se subordinarem plenamente à racionalidade hegemônica, deveriam se insurgir como estratégias de resistência a ela e contribuir para o engendramento de novos e sustentáveis processos de reprodução socioespacial que assegurassem a emancipação e o empoderamento dos sujeitos sociais rurais (DINIZ, HESPANHOL, 2018).

Neste contexto, destaca-se a relevância da Emater/RS na introdução da pauta do desenvolvimento rural sustentável com base nos princípios da agroecologia²³ (DIAS, 2004), o que para Caporal e Dambrós (2017) inaugura a nova fase do ambientalismo agroecológico ou da Extensão Rural Agroecológica. Apesar das diversas formas de introdução desse conceito na orientação de novos projetos, nas pesquisas da Embrapa e em novos cursos universitários (DINIZ, HESPAHOL, 2018), as concepções de desenvolvimento rural subjacentes trouxeram à tona as próprias contradições entre os modelos defendidos pelo MDA, cedendo aos questionamentos sobre resultados objetivos em detrimento da defesa de uma Ater que se propunha verdadeiramente transformadora, em processos sociais complexos de médio e longo prazo (DIESEL, DIAS, NEUMANN, 2015).

Dentre as inovações estava o compromisso com uma Ater pública e continuada para os assentamentos de reforma agrária, quilombolas, comunidades tradicionais e ribeirinhas e os povos indígenas (DIESEL; DIAS; NEUMANN, 2015), consolidando a perspectiva de inclusão social e econômica da população rural, sobretudo daquela mais vulnerável. Como observa Kageyama (2008), a pobreza rural é um índice notório de subdesenvolvimento nos países, principalmente se comparado aos índices crescentes de urbanização e industrialização. Sendo assim, as populações mais empobrecidas são justamente aquelas que vivem e produzem no campo, já que não são consideradas como metas prioritárias na agenda de políticas públicas e de ações de desenvolvimento.

Um projeto direcionado a uma diversidade cultural e de sujeitos específicos implica também em inúmeros desafios. Segundo Dias (2004, p. 508):

[...] a necessidade de apoio técnico especializado se torna crítica, ainda mais se for considerado um certo número de agricultores assentados com pouca ou mesmo nenhuma experiência com a agricultura e que, nos assentamentos, a relação entre agricultores e Estado, por meio de seus diversos agentes, principalmente extensionistas, é mais direta e pautada pelas demandas mais imediatas dos agricultores.

As demandas diretas e imediatas são consideradas pelo Itesp um dos maiores desafios da Ater integrada à política fundiária. Sobre isso se fundamenta a crítica quanto a "superar definitivamente o papel de bombeiro e despachante, imagem vinculada ao

²³ Para Caporal e Costabeber (2004) a Agroecologia é uma ciência que busca estabelecer as bases para a estruturação de estilos de agriculturas sustentáveis, compreendendo a sustentabilidade em suas dimensões econômicas, sociais, ambientais, culturais, políticas e éticas.

imediatismo de apagar incêndios e a postura burocrática e autoritária dos técnicos" (ITESP, 2013, p. 37). Desta maneira, o compromisso na realidade dos assentamentos rurais deve estar ainda mais adaptado à multidisciplinaridade, tendo em vista a multidimensionalidade dos problemas enfrentados, que vão muito além da produtividade agrícola.

Até a promulgação da lei nº 12.188 de 2010, que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) e a Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pronater), houve diversas modificações e disputas envolvendo seu texto base (CAPORAL, 2011; DIESEL, DIAS, NEUMANN, 2015; DINIZ; HESPANHOL, 2018). A principal delas está na substituição da agroecologia pela “adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentável” (BRASIL, 2010; CAPORAL, 2011).

Outro ponto a ser considerado, que vai ao encontro do planejamento das políticas territoriais neste mesmo contexto, é a exclusão da discussão do território como um norteador da política de Ater. O descompasso é trazido por Grígo, Deon e Froehlich (2015, p. 111) que corroboram para as análises de que a abordagem territorial se realiza muito mais como uma escala de ação, mantendo ainda os escopos setoriais, e que no caso da Ater "a abordagem territorial se apresenta ainda mais difusa, e não há nenhuma orientação ou caminho territorial direcionado à prática extensionista".

Enquanto os termos "território" e "territorial" aparecem 21 vezes no primeiro texto da PNATER (2004), em seu texto final, expresso na lei, eles foram totalmente suprimidos (BRASIL, 2010). Constata-se, portanto, que mais do que as demais políticas de desenvolvimento rural, a política de Ater é a que mais permanece setorial, deixando uma grande lacuna na proposição do desenvolvimento territorial (GRÍGOLO, DEON, FROEHLICH, 2015) e alinhando-se às discussões sobre pluriatividade na realidade dos assentamentos rurais, o que veremos no capítulo seguinte.

Apesar das diversas críticas à lei, Landini (2015) ainda considera que a política estabeleceu o único projeto radicalmente não difusionista entre os países latino-americanos. O autor não deixa de considerar os obstáculos para sua efetivação, que giram em torno da dificuldade de assumir as responsabilidades pelas mudanças por parte dos agricultores e, sobretudo, pelas equipes técnicas. Sem o compromisso de aprofundar aqui os (des)caminhos trilhados pela Pnater, avaliaremos o seu impacto na organização das

ações da Fundação Itesp, haja vista que a lei também viabilizou a contratação de serviços de assistência técnica e extensão rural para assentamentos em áreas federais.

A partir da implementação da Pnater e do Pronater, a Fundação Itesp começa também a operar como uma empresa pública de prestação de serviços em assentamentos federais no estado de São Paulo, por meio da concorrência em editais de chamadas públicas. Antes disso, seu caráter institucional e político já possibilitava o estreitamento de laços e algumas relações com estes assentamentos, operando e atendendo demandas específicas, mas nem sempre de forma objetiva e programada.

A retomada de um projeto de Ater pública em âmbito nacional acabou representando um ganho orçamentário para a entidade, que passou a ser prestadora de serviços, mas também gerou conflitos internos: a desarticulação de uma política nacional de Ater ao longo dos anos fez com que o Itesp se tornasse uma instituição isolada e independente no que se refere às metodologias de trabalho, o que significa dizer que a fundação não acompanhou a fundo os debates em torno de novas propostas e orientações, principalmente em torno da agroecologia e dos recortes de raça e gênero introduzidos no percurso da Pnater. Conforme alguns técnicos entrevistados durante a pesquisa, isso se deve particularmente às divergências entre projetos políticos nas esferas estadual e federal.

A despeito dos problemas da Pnater, a política forçou a realização de mudanças, impactando o corpo técnico da Fundação Itesp em torno do desenvolvimento de uma metodologia de trabalho, levando à construção do Programa Gestão de Ater para o Desenvolvimento (GAD). O programa visa auxiliar agricultores assentados e comunidades quilombolas a programar e implementar ações de desenvolvimento sustentável junto aos técnicos extensionistas e ao Estado, devendo ser executado a partir de atividades educativas e participativas, que consolidem a construção de um Plano Operativo Anual (POA) (ITESP, 2012).

Apesar dos compromissos traçados e identificados na orientação dos Cadernos Itesp, como visto no caderno Cultivando Sonhos (ITESP, 1998), não há no texto uma sistematização profunda de como realizar o trabalho, nem um aprofundamento sobre as etapas, apesar da sinalização de um grande compromisso com uma metodologia dialógica e participativa. Por isso, o GAD pode ser considerado a primeira ferramenta metodológica de orientação prática do trabalho de Ater da Fundação Itesp.

Nas entrevistas realizadas com os técnicos-extensionistas de Marabá Paulista, constatou-se que nenhum deles acompanhou diretamente o desenvolvimento deste

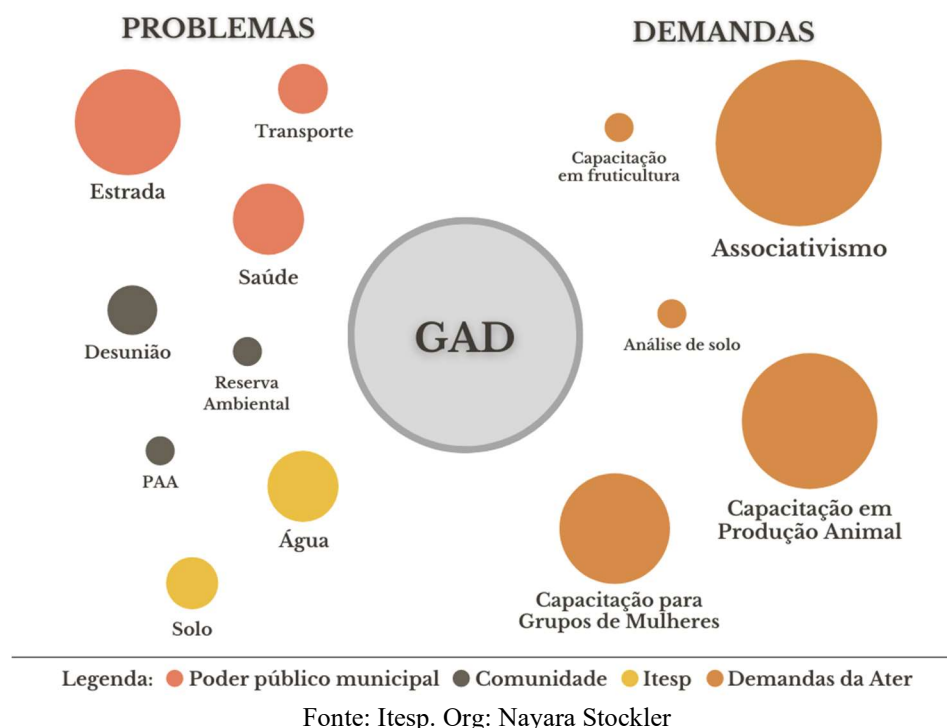
programa, nem o desenvolvimento da política nacional de Ater. Os técnicos agrícolas, especificamente, relatam não participar dessas discussões e capacitações, pois segundo os próprios, elas ocorrem muito mais na sede da instituição, na capital. Não à toa nenhum dos entrevistados diz trabalhar de acordo com os princípios da Pnater, notadamente por desconhecê-los.

Segundo a interpretação de uma servidora entrevistada, o GAD foi apenas uma resposta da Fundação Itesp aos questionamentos sofridos pelo meio acadêmico quanto a falta de planejamento na execução das atividades com as comunidades, e que mesmo assim ela acredita que a ferramenta seja de extrema importância para o estabelecimento de ações e orientações padronizadas, executando os serviços de maneira mais homogênea nos assentamentos e possibilitando a mensuração e avaliação das ações com mais precisão.

A metodologia do GAD buscou estabelecer as seguintes etapas de ação: 1) diagnóstico da realidade da comunidade; 2) planejamento das ações; 3) elaboração e execução de um Plano Operativo Anual (POA) com monitoria e avaliação das ações. A tarefa dos técnicos e extensionistas passa a ser a de organizar o POA a partir do levantamento das demandas, dos problemas e das potencialidades locais, organizando suas ações conforme o planejamento em escala institucional e comunitária. Os POAs englobam atividades como visitas técnicas, projetos, oficinas, cursos, dias de campo, intercâmbios, eventos, participação em feiras e reuniões que devem ser executadas no prazo de um ano. Seu monitoramento é realizado pela equipe técnica junto à equipe gestora do programa, e, finalizado seu período de aplicação, é convocada uma nova reunião de avaliação das ações nos assentamentos. Nesta reunião se verifica o que foi feito, como foi realizado, por quem foi realizado, se a ação repercutiu ou cumpriu seu objetivo e quais ações ficaram pendentes ou ainda necessitam ser realizadas, traçando assim o novo POA.

Para exemplificar o resultado da aplicação dessa metodologia foram escolhidos três assentamentos de Marabá Paulista, de maneira aleatória, a fim de identificar por meio das atas das reuniões quais foram as demandas e os problemas mais recorrentes. A Figura 15 foi organizada de modo a demonstrar qual a incidência dos temas, com que dimensão alguns problemas são mencionados ou discutidos e a quem eles foram atribuídos como responsabilidade para sua resolução:

Figura 15 – Sistematização dos problemas e demandas identificados no Plano Operativo Anual nos assentamentos de Marabá Paulista (2015)



As atas vão ao encontro dos relatos obtidos pelas entrevistas da pesquisa, enfatizando que os maiores problemas dos assentamentos são relativos à infraestrutura de acesso e produção e à organização social, enquanto as maiores demandas estão no associativismo, em função do acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), da capacitação na produção animal, especificamente na pecuária leiteira, e da capacitação de grupos de mulheres, que segundo entrevistadas, visam proporcionar maior envolvimento comunitário e aprendizado de práticas e técnicas a serem utilizadas no cotidiano de trabalho, mas principalmente no trabalho doméstico.

A metodologia do GAD foi aplicada a partir do ano de 2012 e finalizada em 2015, coincidindo com o início da contratação da fundação como prestadora de serviços em assentamentos federais e com o fim das chamadas públicas de Ater. As justificativas sobre a sua não utilização atualmente são inúmeras. Segundo os assentados, as reuniões eram boas, mas pouco efetivas. Muitos problemas levantados são demandas muito antigas, e que mesmo após anos de reivindicação, não foram solucionadas, levando consequentemente ao desinteresse em participar das reuniões. Já para os técnicos, a metodologia dispndia muito tempo e trabalho da equipe, e quando não há possibilidade orçamentária ou viabilidade de crédito para o desenvolvimento de projetos, as reuniões ficam esvaziadas, tanto em presença quanto em propostas.

Eu prefiro seguir a minha própria metodologia de trabalho. Não dá pra achar que todo assentamento funciona igual. Nem todo técnico é igual. Um dos assentamentos onde eu trabalho, a maioria do público é bem idoso. Não tem tanta demanda de trabalho, são outras coisas que precisam ser feitas ali. Eu prefiro hoje trabalhar formando grupos de afinidades e interesses, e lá eu sei o que eu vou trabalhar: pecuária ou horta, desde curso até o crédito. Trabalhar com o assentamento inteiro é difícil, tem muitos interesses envolvidos (Técnico extensionista).

Segundo os atores do poder público, o Itesp não consegue dar o suporte necessário, nem mesmo solucionar os problemas que são de sua alçada, tecendo críticas severas a ausência de profissionais e de assistência às famílias recentemente assentadas, que segundo os entrevistados, têm passado dificuldades, inclusive fome: "se não tinha condições de atender, por que assentou?" (Poder público municipal).

Mesmo a Fundação Itesp gozando de todo um acumulado de experiências populares e participativas junto aos acampamentos e assentamentos rurais, ela ainda não é capaz de executar metodologias de trabalho sistematizadas, nem projetos e políticas independentes de parceiros institucionais, o que levanta a cada dia os questionamentos sobre sua atual relevância para o desenvolvimento dos assentamentos. Conclui-se também que as atividades executadas atualmente não se comprometem com as discussões mais contemporâneas sobre o desenvolvimento sustentável, e sobretudo, com a agroecologia.

Os próprios técnicos-extensionistas corroboram para isso, desconhecendo a produção agroecológica e considerando-a como algo inalcançável nas condições de Marabá Paulista. Para a maioria deles, "a região não tem perfil para consumir produtos orgânicos", demonstrando confusões conceituais acerca da produção orgânica e da agroecologia, e valores territoriais incutidos em seus discursos. Tendo em vista o histórico de ocupação e utilização do território, o problema tem ainda mais peso, já que a agroecologia se apresenta também como uma proposta de recuperação ambiental.

Apenas um entrevistado disse ter sido capacitado sobre sistemas agroflorestais e agroecologia, tendo desempenhado algumas ações junto ao assentamentos de outro município, com apoio da Embrapa e de universidades públicas e privadas. Para ele, a experiência foi muito válida, e costuma ser replicada em seu trabalho cotidiano no incentivo às práticas de adubação verde²⁴. Segundo suas palavras "a semente sempre

²⁴ Segundo a Embrapa Agrobiologia (2011), a adubação verde consiste na utilização e plantio de espécies visando a melhoria das condições físicas, químicas e biológicas do solo. Espécies como as leguminosas

fica", a respeito do conhecimento adquirido e aplicado, mesmo após a descontinuidade das ações de formação e de fomento aos projetos agroecológicos.

O poder público municipal tende a reproduzir o discurso e a confusão conceitual, mas defende que os assentados devam trabalhar e produzir sem a utilização de agrotóxicos, para o próprio bem e para o bem do consumidor. Já entre os assentados entrevistados, há alguns bem esclarecidos quanto aos conceitos e técnicas de produção, e que defendem e reproduzem algumas práticas que consideram ser agroecológicas, como no caso de um assentado originário entrevistado, que alega ter aprendido sobre o conceito junto ao MST e que tem tentado aplicá-lo em seu lote.

A Figura 16 ilustra sua tentativa de plantio, apontando aquilo que denomina como um "sistema agroflorestal", salientando a diversificação dos plantios de mamão, caxi, milho, abóbora e maracujá:

Figura 16 – Experimento de produção agroecológica no Assentamento Governador André Franco Montoro, Marabá Paulista (2020)



Fonte: Trabalho de Campo

auxiliam na fixação de nitrogênio e estimulam a produção de microrganismos, que aumentam a absorção de água e de nutrientes pelas raízes.

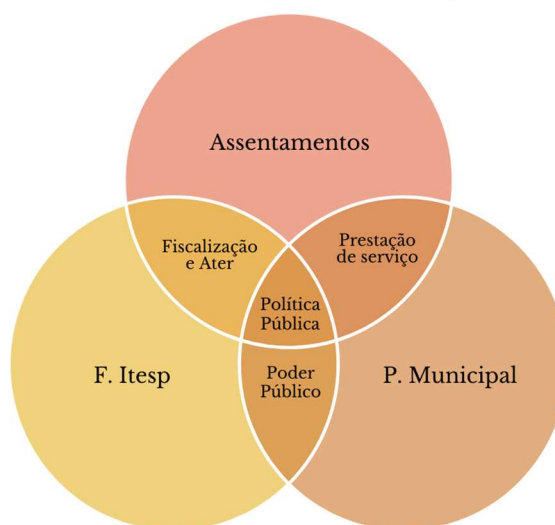
3. Assimilação e Conversão

3.1 Dilemas de uma Assistência Técnica e Extensão Rural integrada

Após a realização das entrevistas e do trabalho de campo foi possível interpretar de certa maneira, a partir das falas e das práticas, como cada ator compreende a política agrária e fundiária da Fundação Itesp, especificamente os seus serviços de ter. Os atores, com seus papéis e posições diferenciadas, se tocam e se afastam no exercício do poder, mas também transitam por entre essas posições, reforçando o caráter multilateral de suas relações (RAFFESTIN, 1993).

O esquema elaborado na Figura 17 busca identificar quais são os pontos em que os atores envolvidos nos projetos de desenvolvimento se encontram, e neles, a produção dos conflitos, diferenças ou consensos sobre os objetivos da Ater como política de promoção do desenvolvimento rural:

Figura 17 – Relações e intersecções entre os atores no espaço das políticas públicas



Elaboração: Nayara Stockler (2021)

As relações entre todos os atores se dão em torno da elaboração e execução das políticas públicas: enquanto para o poder público e para o Itesp as relações são medidas pela capacidade de exercício do poder de execução de projetos e ações, para os assentados, as relações são medidas pela qualidade e eficiência das políticas e dos serviços prestados. Isso significa dizer que os técnicos e gestores estão mais preocupados em enumerar suas ações, enquanto os assentados estão mais preocupados em qualificá-las. O que converge, tanto para técnicos, poder público e assentados, é que a importância

da Ater ainda está fortemente atrelada ao acesso ao crédito para financiamento e custeio de atividades setoriais e de modernização produtiva individual e coletiva. Destarte o fato da maioria dos projetos serem hoje realizados como custeio agropecuário, os assentados ainda reivindicam maiores e melhores possibilidades de investimentos:

Tá vendo aquela picapinha (veículo Pick-Up Fiat Strada) ali? Eu tirei zero (km)! Lembro na hora que o técnico veio aqui pra fazer o projeto, falando que era pra comprar na cor branca. Eu falei: não! Pode ver a diferença do preço lá que eu vou comprar é uma vermelha! Isso foi em 2015. Hoje pra eu conseguir um "custeiozinho" de 10 mil reais é uma burocracia danada (Assentada originária).

Em um contexto em que mais uma vez os pequenos agricultores assistem a uma destinação desigual de recursos públicos para o incentivo de suas atividades agrícolas, como o que vem ocorrendo com o Pronaf e o afrouxamento dos limites de acesso para segmentos mais capitalizados da agricultura familiar (SARON, NEVES NETO, HESPAHOL, 2017), o que se verifica é a externalidade negativa da política, que concentra mais uma vez os recursos em lavouras de soja, milho e café, incentivando a especialização produtiva e ampliando a relação de dependência com as empresas fornecedoras de insumos (NIEDERLE, WESZ JUNIOR, 2018).

A atual crise na distribuição e fornecimento de crédito gera uma relação de causa e efeito na política de Ater, e a situação se torna ainda mais grave no caso dos assentamentos rurais. Não à toa uma das maiores queixas entre os entrevistados dos assentamentos é a ausência de projetos produtivos individuais e coletivos. Esse é talvez um dos pontos mais frágeis, corroborando com Niederle (2014) a respeito das dificuldades de todas as entidades de extensão rural em propor e acessar recursos para criação e aplicação de políticas e programas próprios.

Olha, vou dizer a verdade, que desde que eu cheguei aqui tô passando bastante dificuldade. Eu achava que era mais fácil pegar um Pronaf. Mas vou te dizer, que só pra pegar o Sipra²⁵ foi mais de três anos! Não sei se é falta de boa vontade do técnico ir atrás ou se é só culpa do Incra mesmo (Assentado de origem indenização).

Ah, quando eu cheguei aqui era muito diferente. Os técnicos eram muito mais presentes. Eles ajudavam mais a gente. Vinha uns kit de horta e de calcário pra gente começar. Eu mesma peguei. Fico vendo aquele povo lá da Nazaré hoje, passando dificuldade. Nós também passamo, e muita, mas pelo menos parecia

²⁵ O Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) tem como objetivo sistematizar os dados sobre os Projetos de Reforma Agrária e de seus beneficiários. Sua funcionalidade prática é cadastrar o beneficiário e vinculá-lo não só ao assentamento, como proporcionar o acesso a todo um conjunto de políticas públicas, especialmente as linhas de fomento e de crédito para a Reforma Agrária.

que naquela época tinha mais projeto, tinha mais gente trabalhando e preocupada com a gente (Assentada originária).

Hoje tudo virou papel, né? É documento aqui, documento lá, assina isso, manda embora o papel. O que o técnico mais faz pra mim é ajeitar papelada. Vir aqui pra orientar na lavoura eu não me lembro não, mas o que eu tô sempre precisando dele mesmo é de DAP, de um atestado, um projeto lá no banco (Assentado de origem sucessão).

Outro aspecto relevante é a mudança no perfil das atividades de Ater da Fundação Itesp, outrora mais focadas no desenvolvimento da produção e agora concentradas nos mecanismos de acesso às políticas públicas, atuando como facilitadora de funções burocráticas. Assim como os "papeis" mencionados pelos entrevistados, os técnicos alertam para um esvaziamento das atividades educativas, encarando que muitos assentados já acessam outras formas de conhecimento, e que já não são mais tão dependentes da uma orientação clássica do modelo de Ater.

Nesse sentido, os instrumentos de aplicação concomitante de uma Ater Digital são pouco explorados pela Fundação Itesp, que não conta com nenhum canal de comunicação e nem produção de conteúdo informativo que possa vir a circular pelas redes sociais (*whatsapp, facebook* ou *youtube*), auxiliando no trabalho de campo dos técnicos. Diferente de outras entidades e empresas públicas que produzem materiais informativos e educativos em meios digitais e até mesmo televisivos, os investimentos em comunicação da Fundação Itesp são meramente promocionais.

Antigamente era o Globo Rural. Sempre aparecia alguém querendo fazer alguma coisa que viu por lá. Aí vieram as lojas agropecuárias e os próprios laticínios, que começaram a introduzir coisas também (serviços e Ater). Hoje é o *Zap* e o *Youtube*. Mas apesar de tudo, de eles passarem a recorrer a outras fontes, eles sempre vêm confirmar com a gente, se aquilo é daquele jeito mesmo, se é pra fazer daquela forma. Apesar de tudo, eles ainda veem no Itesp um lugar de referência e confiança (Técnico extensionista).

3.2 O embate sobre a Pluriatividade nos assentamentos rurais

Como visto nas discussões anteriores, as políticas de desenvolvimento territorial buscaram, em um primeiro momento, romper com a tradição setorial das políticas de desenvolvimento rural e regional. Se compreendemos o território rural como um espaço de relações para além da atividade produtiva agropecuária, a questão da pluriatividade emerge das críticas sobre o papel fiscalizador do Itesp nos assentamentos rurais.

Graziano da Silva (2002) já abordava o fenômeno na época da implementação dos primeiros assentamentos estaduais de São Paulo, alertando sobre a participação crescente

das atividades não agrícolas e considerando-as uma característica do novo rural brasileiro. Defendeu assim o desenvolvimento de políticas públicas variadas, que priorizassem a desprivatização do espaço rural com programas de moradias rurais e projetos de reforma agrária não exclusivamente agrícolas. A medida incluiria programas de geração de renda com ocupações não-agrícolas, que estimulassem a pluriatividade. O autor reivindicava ainda o investimento em redes de transporte, comunicação, infraestrutura, políticas compensatórias e sua descentralização, fortalecendo o poder local no planejamento e execução desses projetos.

Essas propostas foram inspiradas pela Política Agrícola Comum (PAC) da Comunidade Europeia, que de acordo com Graziano da Silva (2002), trouxe avanços significativos, determinando a importância dos agricultores como sujeitos estratégicos para a preservação do território nas dimensões econômica, social e ambiental, dando ênfase aos programas de reflorestamento. Os agricultores passariam então a serem também produtores de "bens não tangíveis" como a paisagem e o lazer.

A questão da pluriatividade passa a ser analisada também por outras óticas. Para Carneiro (1996), a ideia surge da preocupação de analistas franceses em compreender novas formas de inserção econômica da população rural, em especial daquela organizada no que se convencionou denominar como agricultura familiar. Seria, portanto, a realização de atividades complementares ou suplementares à produção agrícola, podendo ser considerada tanto um fenômeno antigo quanto recente, já que os rendimentos exteriores às unidades de produção familiar sempre estiveram presentes na perspectiva histórica camponesa. Entretanto, suas características atuais são determinadas por uma conjuntura econômica e social específica, o que lhe dá novas formas.

Carneiro (2005) questiona a sua ampla utilização para caracterizar situações e processos sociais muito heterogêneos, e defende a necessidade de um esforço heurístico para distingui-los como um fenômeno da "ruralidade contemporânea". A pluriatividade deve então apontar para um fenômeno novo, diferente das atividades praticadas nas estratégias de reprodução, e deve diferenciar-se também das práticas que evidenciam o sufocamento e a exploração do trabalho dos agricultores pelo sistema de produção capitalista. No caso francês, a autora destaca a resistência inicial dos movimentos sindicais e organizações profissionais ligadas ao campo em aderir às atividades pluriativas. De acordo com estes setores, elas promoveriam um desvio da atividade fim dos agricultores, impedindo seu desenvolvimento técnico e sua especialização produtiva (CARNEIRO, 1996).

A postura desses movimentos se flexibilizou após a vivência de crises regionais, quando não houve o desenvolvimento econômico esperado com a aplicação de um modelo de agricultura empresarial. A tolerância com a realização de atividades pluriativas se inicia com a juventude, entendendo a prática como uma alternativa de garantia de renda enquanto aguardam o processo de sucessão rural. Contudo, com o decorrer dos anos, a pluriatividade deixou de ser apenas uma alternativa e passou a se tornar um modelo e estratégia de desenvolvimento para essas regiões mais suscetíveis e vulneráveis (CARNEIRO, 1996).

Sacco dos Anjos (2001) diverge de Carneiro (1996) quanto à concepção da pluriatividade. Segundo o autor, o conceito não seria uma mera importação de um fenômeno que ocorre no meio rural francês. Para ele há duas situações distintas na realidade brasileira: a que envolve a condição de uma etapa da hegemonia do paradigma da modernização do campo, denominada pelo autor como *part time farming* e a noção de pluriatividade que está diretamente relacionada ao paradigma da multifuncionalidade²⁶ (SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2009).

Apesar das diferenças entre as perspectivas, ambos defendem que a pluriatividade se manifesta tanto como objetivo de sobrevivência imediata como uma possibilidade de reprodução social (SACCO DOS ANJOS, 2001). A isso Carneiro (2005) reitera que as atividades não-agrícolas importam não pela forma como se realizam, mas sim pela renda obtida que se integra à dinâmica de reprodução familiar, demonstrando que a pluriatividade pode ser considerada uma dimensão da multifuncionalidade e engendrada nas relações entre campo-cidade e nas articulações entre sociedade e agricultura.

O tema tem sido amplamente discutido e sistematizado, especialmente no âmbito das políticas públicas e dos projetos de desenvolvimento. Seguindo a linha de Graziano da Silva (2002), Schneider (2007) acredita no papel estratégico da pluriatividade para geração de mecanismos de inclusão social e redução da pobreza, estimulando atividades que promovam o desenvolvimento rural sustentável, especificamente em algumas realidades do país:

A pluriatividade é também uma característica de determinados territórios rurais. A maior ou menor predisposição a esse tipo de iniciativas dependerá da evolução histórica, do contexto socioeconômico local, dos sistemas produtivos hegemônicos, das condições de acesso aos mercados, da infraestrutura

26 Segundo Anjos e Caldas (2009, p. 185) a "primeira menção ao termo multifuncionalidade da agricultura e do território ocorreu durante a Eco-92, no Rio de Janeiro, o que é revelador da preocupação com um rural não exclusivamente agrícola e com os significados não exclusivamente produtivos da prática agrícola".

disponível etc. Portanto, trata-se de um atributo territorial (SCHNEIDER, 2007, p. 28).

As atividades não-agrícolas apresentam-se assim como uma alternativa de ocupação e geração de renda, particularmente em regiões onde a modernização agrícola acentuou a dependência das monoculturas, as vulnerabilidades edafoclimáticas e a instabilidade dos mercados. O estímulo às atividades pluriativas seria um meio de resgate das características genuínas de agricultores e camponeses, já que a especialização e a monoatividade são fruto do projeto de modernização técnica (SCHNEIDER, 2007) que acabam especializando também as regiões agrícolas (SACCO DOS ANJOS, 2001).

No caso específico dos assentamentos rurais, a pluriatividade é defendida como uma estratégia para realidades onde há um excedente populacional não absorvido nos processos de produção agrícola. Dessa maneira, suas atividades tornam-se uma forma de ocupação e trabalho para aqueles que desejam permanecer no campo, mas não exercendo atividades agrícolas, necessariamente (SCHNEIDER, 2007). O entendimento dessa estratégia como um fator de desenvolvimento é um ponto de dissenso entre os atores entrevistados.

Para a Fundação Itesp, a interpretação desse fenômeno se assemelha a dos movimentos sindicais e organizações francesas mencionadas por Carneiro (1996), na qual a defesa se sustenta no papel dos assentamentos e dos agricultores familiares para desenvolvimento produtivo e pleno dos lotes agrícolas. Compreende-se situações e estratégias não-agrícolas somente nas condições da composição familiar, no caso dos agregados. Os titulares, ao receberem a permissão de uso da terra, devem exclusivamente se dedicar às atividades agropecuárias, ficando impossibilitados de exercer atividades fora do lote, mesmo que sejam de caráter rural. Situações de trabalho como diaristas ou serviços rurais esporádicos são tolerados, em especial em situações como as dos assentamentos recém implementados, onde há dificuldades de acesso aos fomentos iniciais, aos créditos do Pronaf e aos projetos de infraestrutura básica.

O problema chave do trabalho da Fundação Itesp é a realização concomitante da fiscalização das áreas públicas dos assentamentos e a notificação de irregularidades cometidas por beneficiários. Os titulares estão sujeitos à notificação ou exclusão caso se verifique a não exploração e moradia obrigatórias. No caso dos agregados, a fiscalização não imputa penalidade, mas se torna ainda mais complexa, já que a comprovação da relação de trabalho familiar e moradia pode vir a ser descontinuada ou alternada com moradia na cidade e trabalhos urbanos. Isso demonstra a resistência na formulação de

políticas públicas que incentivem atividades não-agrícolas no meio rural, principalmente nas condições dos projetos de assentamentos rurais (GRAZIANO DA SILVA, 2002).

O poder público municipal e parte dos sujeitos rurais entrevistados defendem a pluriatividade como um fator de desenvolvimento, reivindicando com veemência a “liberdade” de desenvolverem atividades que desejam, até mesmo fora do lote agrícola. Por outro lado, há aqueles defendem a dedicação exclusiva na produção agrícola dentro dos limites dos lotes agrícolas, sem a qual o projeto de reforma agrária se descaracteriza. As opiniões divergem de maneira difusa, não havendo um comportamento ou tendência de acordo com a origem de ingresso dos titulares no assentamento.

Outro ponto crítico é a própria relação da Ater com a pluriatividade. Segundo os técnicos, os desafios são inúmeros no atendimento às atividades produtivas das famílias, e se tornam ainda mais complexos diante do desenvolvimento de atividades não-agrícolas. O questionamento passa então a ser que tipo de assistência técnica e extensão rural é aplicável às atividades não essencialmente agrícolas, como turismo e lazer? Qual a capacidade das equipes técnicas em orientar essas atividades pluriativas? Para Schneider (2007) esse é um indicativo da necessidade de se traçar novos rumos e estratégias de desenvolvimento rural, principalmente no que se refere às ações das políticas públicas e o papel das instituições nesse cenário.

3.3 Ajudar e Fiscalizar: afinal, o que pretende uma Ater integrada?

O verbo imperativo nas entrevistas realizadas nos assentamentos a respeito da Ater é o *ajudar*. Segundo a maioria dos entrevistados, o dever da Ater pública é ajudar a produzir, ajudar a desenvolver, ajudar a acessar políticas, ajudar na elaboração de projetos, ajudar na resolução de conflitos. Conclui-se que o objetivo da ação do técnico extensionista nos assentamentos seja auxiliar os sujeitos em diversos aspectos multidimensionais dos problemas encontrados e mencionados, e esses não são concernentes somente ao crédito, mas estão ligados intrinsecamente à gestão dos conflitos internos, das associações e das próprias famílias. Em alguns momentos, o pedido de ajuda soa até mesmo como um socorro para situações que vão muito além da produção e da comercialização.

Enquanto isso, os técnicos lutam contra a obrigatoriedade de executarem o papel de fiscalizadores, mencionando sempre que esta função deveria ser realizada por outro profissional, já que o trabalho de Ater se desenvolve em uma relação de reciprocidade e

confiança, que pode ser quebrada pela fiscalização, ou até mesmo pela reação coletiva ou individual a respeito de situações de irregularidade que possam vir a ser toleradas ou punidas, segundo a interpretação do técnico e da própria Fundação Itesp.

O que se observa no cotidiano do trabalho é a transformação da ação educativa em uma ação predominantemente burocrática, com a urgência na elaboração de laudos, declarações, atestados, projetos e demais documentos, que se sobrepõe ao planejamento de ações e projetos mais consistentes. Ao encarmos a possibilidade de inclusão da Ater nas diretrizes de políticas de enfoque territorial, é necessário que se estabeleça novos objetivos e novos escopos de atuação, com a iminência da capacitação dos profissionais para atuarem em projetos que visem um desenvolvimento sustentável, para além do sinônimo de sustentabilidade financeira das atividades agrícolas mencionada pelos atores entrevistados.

As capacitações devem contemplar ainda a superação das deficiências da maioria do corpo técnico em operar ferramentas digitais, que revela um total descompasso da Fundação Itesp com o mundo digital. Atualmente, muitas demandas da própria Ater perpassam o conhecimento e o domínio dessas tecnologias, e o diagnóstico que se tem do trabalho de campo é de que há uma total obsolescência diante de um mundo hiperconectado.

4. Considerações Finais

Podemos concluir que os objetivos traçados por esta pesquisa foram alcançados. A condição da pandemia obrigou-nos a realizar adequações e modificações, como a diminuição da amostragem das entrevistas semiestruturadas e da interação com os grupos sociais, assim como nos submeteu a reduzir as visitas no período estabelecido para a realização do trabalho de campo. Entre os anos de 2020 e 2021 as relações e interações foram prejudicadas pelo temor do contágio e pela apreensão com a chegada da vacina, e apesar do desenvolvimento das tecnologias e inovações na área da comunicação, não foi possível desfrutá-las na realidade dos espaços rurais de assentamentos.

A melhoria na situação sanitária possibilitou o retorno às atividades presenciais no ano de 2022, contudo, a diminuição da amostragem da pesquisa prejudicou a realização de um maior aprofundamento sobre os discursos. Ainda assim foi possível realizar um resgate histórico da política agrária e fundiária do Estado de São Paulo e da política pública de Ater, realizando um recorte histórico e geográfico a partir do

município de Marabá Paulista, demonstrando suas características próprias quanto ao desenvolvimento dos projetos de assentamento e à participação social e política de seus atores.

Foi possível problematizar o desenvolvimento dos serviços de Ater no Brasil e constatar assim a persistência de alguns problemas como a dissimetria nas relações entre extensionistas e agricultores e a disparidade na distribuição de recursos, bem como a descontinuidade de políticas específicas para assentamentos rurais. Foram demarcados ainda alguns pontos críticos e alguns desdobramentos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, especialmente no que se refere aos seus impactos na metodologia de trabalho da Fundação Itesp.

Os conflitos entre os atores no âmbito do desenvolvimento das políticas públicas foram perceptíveis nas entrevistas, que trouxeram à tona diferentes perspectivas sobre as potencialidades e deficiências da Ater. Os relatos deram sentido às interpretações sobre o desenvolvimento rural, envolvendo questões como a pluriatividade. Foi possível compreender algumas estratégias de ação, consensos, dissensos e contradições que se manifestam nos discursos, mas também nas suas relações com o município e com o território como um todo.

O projeto de desenvolvimento agrário e fundiário, executado pela Fundação Itesp, considerado aqui como um projeto de Ater integrada, é demasiadamente complexo. Ao possibilitar o reordenamento territorial destinando recursos fundiários das terras devolutas para a realização de projetos de assentamento, o Estado, por meio da Fundação Itesp, imprime a este território em constante disputa, um novo tipo de uso e exploração, que repercute em diversas escalas de vida, especialmente na escala municipal, impactando sobremaneira a dinâmica do município, como visto nesse estudo de caso.

Os impactos locais desencadeiam transformações para além do espaço rural, modificando também a cidade, corroborando assim para uma perspectiva relacional. Essas transformações impactam os serviços públicos, com o incremento de uma população rural que passa a demandar por novos serviços e pela ampliação daqueles já existentes, tanto no campo quanto na cidade.

As demandas e a expressividade desses novos atores levantam a possibilidade de sua participação efetiva no campo político, já que são capazes de articular e invocar seus interesses coletivos, além de externarem a dimensão de sua representatividade perante uma realidade essencialmente rural. No entanto, os usos políticos e as estratégias de ação ainda são difusos, perpetuando práticas da política tradicional local e distanciando a

possibilidade de execução de projetos que extrapolem os limites municipais e setoriais empregados convencionalmente pelas políticas públicas.

As experiências de projetos de desenvolvimento territorial, apesar de num primeiro momento demonstrarem grandes possibilidades de avanços, especialmente em realidades de intensa participação de movimentos sociais, acabaram não efetivando projetos palpáveis, além de terem sofrido um prematuro desmantelamento. Esses projetos devem ser encarados como processos, que demandam tempo e incentivo à participação, primordialmente da sociedade civil.

Os conflitos em torno das concepções dos projetos de desenvolvimento giram em torno da própria interpretação dos atores sobre a finalidade do espaço rural. A introdução da perspectiva territorial nas políticas públicas, apesar de ter incidido diretamente sobre o território do recorte pesquisado, não foi capaz de atingir completamente os serviços e políticas públicas, sendo que mais uma vez a Ater não é devidamente contemplada nas discussões que visem uma efetiva reformulação do papel dos extensionistas como agentes de desenvolvimento territorial e sustentável.

Apesar das inovações trazidas pela Pnater, com a ampliação dos serviços e proposição de novas metodologias e objetivos de desenvolvimento, seus desafios para sua aplicação são recorrentes. No caso da Fundação Itesp, o impacto da lei trouxe a possibilidade de implementação de uma nova metodologia de trabalho, mas que foi gradualmente abandonada em virtude da incapacidade da instituição em executar projetos com recursos próprios, ou ainda da descontinuidade dos projetos e políticas públicas, que inviabilizam a participação em torno de propostas e resoluções dos problemas comuns.

A realização de uma Ater integrada à fiscalização das áreas públicas é inerente aos projetos de assentamentos estaduais, haja vista o cumprimento das finalidades prescritas em lei, que envolvem a exploração dos lotes para trabalho e moradia. Visões produtivistas sobre os assentamentos, por parte de técnicos, assentados ou do poder público municipal, não levam em consideração a diversidade de usos do espaço rural, interpretando-o somente como espaço de produção. A vivência demanda dos poderes públicos o investimento em serviços que melhorem as condições nas áreas da saúde, transporte e educação, e após a situação imposta pela pandemia, na democratização do acesso digital como um fator de desenvolvimento, emancipação e efetivação da cidadania.

Este trabalho pode contribuir ou se desdobrar em discussões futuras sobre experiências de Ater em assentamentos rurais, sobre a própria transformação dos serviços

de Ater diante da digitalização das informações e do conhecimento e do repensar estes serviços a partir das políticas públicas de enfoque territorial, caso estas retornem como objetivo público. É preciso compreender um novo papel para a Ater pública, que se desenvolva como instrumento de aplicação de projetos que extrapolem tanto as heranças da difusão de tecnologias como o assistencialismo. É preciso abrir novos horizontes e possibilidades de desenvolvimento a partir do rural, em condições territoriais como a do Pontal do Paranapanema, que possui um enorme passivo ambiental e uma grande dívida histórica com posseiros e trabalhadores rurais. É preciso pensar o rural para além das cercas e das porteiras.

Referências

ALMEIDA, R. M. Sesmarias e terras devolutas. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, abr./jun. 2003. 309 -317.

AQUINO, E. L. R. et al. A extensão rural com foco nos objetivos do desenvolvimento sustentável: uma análise mundial e local. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 12, 2020.

ASBRAER. **Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão**, 2017. Disponível em: <http://www.asbraer.org.br/index.php/institucional/associadas>. Acesso em: dez 2020.

BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. M.; QUINTANEIRO, T. **Um toque de clássicos**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

BARONE, L.; FERRANTE, V. L. S. B. Assentamentos Rurais em São Paulo: Estratégias e Mediações para o Desenvolvimento. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 3, p. 755-785, 2012.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Grupo de Trabalho ATER, 2004.

CAPORAL, F. R. **A Extensão Rural e os limites à Prática dos Extensionistas do Serviço**. Dissertação. ed. Santa Maria: UFSM, 1991.

CAPORAL, F. R. Lei de ATER: Exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. **Cadernos de Agroecologia**, Fortaleza, 2011. 1-6.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural Sustentável**: Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, v. 1, 2004.

CAPORAL, F. R.; DAMBRÓS, O. Extensão Rural Agroecológica: experiências e limites. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 22, nº 2, maio-agosto 2017. p. 275-297.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade no Campo: o caso francês. , n. 32, ano 11,. **RBCS/Anpocs**, v. 11, out. 1996. ISSN 32.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTRO, I. E. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, I. E. Instituições e território: possibilidades e limites ao exercício da cidadania. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 7-28, jul / dez 2006.

CASTRO, I. E.; CORRÊA, R. L.; C., G. P. C. **Geografia**: Conceitos e Temas. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

- CAVALCANTI, F. R. Ferrovias do Brasil 1970. **Centro-Oeste**. Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/mapas/1970efSorocabana.shtml>. Acesso em 20 de jan. 2020.
- COLBY, G.; DENETT, C. **Seja feita a vossa vontade**. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- CORRÊA, R. L. Formas simbólicas e espaço: algumas considerações. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. IX, n. 17, p. 7-18, 2007.
- CORRÊA, R. L. Cultura, política economia e espaço. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 27-39, jan./jun. 2017.
- DEL GROSSI, M. A identificação da agricultura familiar no Censo Agropecuário de 2017. **Revista NECAT**, Santa Catarina, v. 8, n. 16, p. 46-61, jul./dez. 2019.
- DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone/UNICAMP, 1985.
- DELGADO, G. C. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In: RAMOS FILHO, L. O.; ALY JÚNIOR, O. **Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2005.
- DELGADO, G. C. Previdência social e desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 429-442.
- DIAS, M. M. Extensão Rural para Agricultores Assentados: Uma análise das boas intenções propostas pelo “Serviço de ATES”. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 499-543, set./dez. 2004.
- DIAS, M. M. As mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) face ao difusionismo. **Revista Oikos**, Viçosa, v. 18, n. 2, p. 11-21, 2007.
- DIESEL, V.; M, D. M.; NEUMANN, P. S. PnAter (2004-2014): da concepção à materialização. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.
- DINIZ, R. **Diálogo de saberes ou monólogo do conhecimento? Ação extensionista e políticas de desenvolvimento rural no Vale do Jequitinhonha mineiro**. Presidente Prudente: Tese, 2018.
- DINIZ, R.; HESPANHOL, A. N. Reestruturação, reorientação e renovação do serviço extensionista no Brasil: A (difícil) implementação da política nacional de assistência técnica e extensão rural (PNATER). **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 25, n. 2, p. 7-30, abr./jun. 2018.
- EMPRESAQUI. Empresas em Marabá Paulista, SP. **EmpresAqui**, 2021. Disponível em: https://www.empres aqui.com.br/listas-de-empresas/SP/MARABA_PAULISTA. Acesso em: 01 jul. 2022.
- FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: FAPESP, 2007.

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 299-319, 2010.

FELICIANO, C. A. **Território em disputa**: terras (re)tomadas. (Estado, propriedade da terra e luta de classes no Pontal do Paranapanema). São Paulo: USP, 2009.

FELICIANO, C. A. Violência, desmatamento e luta pela retomada de terras griladas no Pontal do Paranapanema: da destruição dos territórios indígenas à construção de uma região em disputa de classes. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 19, n. 3, p. 4-75, set/dez 2018.

FONSECA, M. T. L. **Extensão rural**: uma educação para o capital. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

FONSECA, R. O. **A descentralização político-administrativa no Brasil**: um estudo sobre a disputa entre os municípios de Caiuá e Marabá Paulista pela Decasa. Presidente Prudente: Unesp, 2015.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 [1969].

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil**: Política agrícola e modernização econômica brasileira – 1960 – 1980. São Paulo: HUCITEC, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. Questão Agrária e Sindicalismo Rural - Entrevista (1989). **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 50, p. 161-196, jan./jun. 2014.

GRÍGOLO, S. C.; DEON, P. R. C.; FROEHLICH, J. M. A contribuição da abordagem do desenvolvimento territorial na transformação das práticas de extensão rural. **Desenvolvimento Regional em debate**, Contestado, v 5, jul./dez. 2015. 109-126.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: Um debate. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, IX, 2007. 19-46.

HOLZER, W. O lugar na geografia humanista. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 7, p. 67-78, jul./dez. 1999.

IAB, INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL. **O Impacto do PL 529/20 nas Políticas Ambientais, Agrárias e Fundiárias do Estado de São Paulo**. Youtube, 10 set. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=36OIE4mk-Qc>. Acesso em 20 de abril de 2023.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**: Resultados Definitivos. Rio de Janeiro: [s.n.], v. v. 8, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: maio 2022.

ITESP. **Terra e cidadãos:** aspectos da ação de regularização fundiária no Estado de São Paulo. São Paulo: ITESP, 1998.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural:** conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

KAISER, B. O Geógrafo e a Pesquisa de Campo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 84, p. 93-104, 2006.

LANDINI, F. P. Problemas enfrentados por extensionistas rurais brasileiros e sua relação com suas concepções de extensão rural. **Ciência Rural [online]**, Santa Maria, v. 45, n. 2, p. 371-377, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-8478cr20140598>. Acesso em: Abril 2022.

LEITE, J. F. **A Ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998.

LELIS, D. A. S. D.; COELHO, F. M. G.; DIAS, M. M. A necessidade das intervenções: Extensão Rural como serviço ou como direito? **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 13, n. 1, p. 69-80, jan./jun. 2012.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EOU, 1986.

MARIN, J. O. B. Pronaf Jovem: as disjunções entre o ideal e o real. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 2, 2020.

MARTINS, J. S. **O Poder do Atraso:** Ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MAZZINI, E. J. T. **Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema - SP:** uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social? Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, v. Dissertação (mestrado), 2007.

MEDEIROS, L.; LEITE, S. **Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais**. Convênio CPDA-UFRRJ/FINEP. Rio de Janeiro. 2002.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

NIEDERLE, P. A. Política local e a trama das relações de poder no território. In: ORG.: CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B.; NIEDERLE, P. A. **Participação, território e cidadania:** um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil. Recife: [s.n.], 2014. p. 104-135.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, V. J. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

NUNES, S. P.; GRÍGOLO, S. C.; GNOATTO, A. A. A reorganização dos serviços de ATER no Sul do Brasil diante do desenvolvimento capitalista na agricultura. In: NUNES, S. P.; GRÍGOLO, S. C. **Assistência técnica e extensão rural no sul do Brasil:** práticas, avanços e limites metodológicos. Ijuí: Unijuí, 2013. p. 21-43.

OLIVEIRA, A. R. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural.** (Tese de Doutorado). ed. Presidente Prudente: Unesp, 2010.

OLIVEIRA, M. M. As circunstâncias da criação da Extensão Rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 97-134, mai/ago 1999.

OLIVEIRA, M. W. Pesquisa e trabalho profissional como espaços e processos de humanização e de comunhão criadora. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 29, set./dez. 2009. 309-321.

PEIXOTO, M. **Extensão Rural no Brasil - Uma abordagem histórica da legislação.** Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2008.

PEIXOTO, M. Assistência Técnica e Extensão Rural: grandes deficiências ainda persistem. In: (ORG.) VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G. **Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos do Censo Agropecuário.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2020. p. 323-338.

PEREIRA, J. M. M. A política agrária do Banco Mundial em questão. **Estudos Avançados**, Rio de Janeiro, 2006. p. 355-383.

POMPEIA, C. **Formação Política do Agronegócio.** Tese (doutorado). ed. Campinas : Universidade Estadual de Campinas, 2018.

PRADO JUNIOR, C. **A Revolução Brasileira e a Questão Agrária no Brasil.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2014.

QUIDÁ, M. M. Interfaces entre os padrões de desenvolvimento e a extensão rural brasileira. **Guaju – Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, Matinhos, v. 4, n. 2, p. 3-29, jul./dez. 2018.

QUIDÁ, M. M.; CABRAL FILHO, A. V. Caridade, meritocracia e redistribuição: a tríade histórica da política social e da extensão rural brasileira. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 22, n. 1, p. 29-52, dez. 2019.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, C. M. Conceito de Seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 14, 1997. p. 113-154.

ROMANIELLO, M. M.; ASSIS, T. R. P. **Extensão Rural e Sustentabilidade: guia de estudos.** Lavras: UFLA, 2015.

RUCKSTADTER, F. M. M.; RUCKSTADTER, V. C. M. Pesquisa com fontes documentais: levantamento, seleção e análise. In: TOLEDO, C. A. A.; GONZAGA, M. T. C. **Metodologia e Técnicas de Pesquisa nas Áreas de Ciências Humanas.** Maringá: Eduem, 2011.

SACO DOS ANJOS, F. Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 54-80, 2001.

SANTOS, C. C. F. D.; BARONE, L. A. Poder Local e Assentamentos Rurais: Um Estudo em Marabá Paulista. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 9, n. 1, p. 203-224, 2006.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SÃO PAULO. **GAD – Gestão de ATER para o Desenvolvimento**. 2ª. ed. São Paulo: Fundação Itesp, 2012.

SÃO PAULO. **Fundação ITESP**: sua história e realizações, evolução das políticas agrária e fundiária no estado de São Paulo. São Paulo: ITESP, 2013.

SAQUET, M. A. O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática. **RESGATE**, Campinas, vol. XIX, jan./jun. 2011. p. 5-15.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SARON, F. A.; NEVES NETO, C. C.; HESPANHOL, A. N. As dificuldades de implementação dos programas de apoio à agricultura familiar no Brasil. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 35, n. 1, p. 1-16, jan./abr. 2017.

SCHNEIDER, S. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. XVI, n. 3, p. 14-33, Jul./Ago./Set. 2007.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, p. 511-531, jul./set 2010.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 01 e 02, p. 99-116, jan./dez. 2004.

SERRA, E. A participação do Estado na formação e desenvolvimento das cooperativas agrícolas no Brasil. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 8, n. 16, p. 6-37, 2013.

SIMONATO, D. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Os efeitos da previdência rural para idosos e idosas de Assentamentos de Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema, São Paulo. **Perspectivas em Diálogo**, Naviraí, v. 8, n. 18, p. 293-213, jul./dez. 2021.

SOUZA, M. L. Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. **Cidades**, v. 4, n. 6, p. 101-114, 2007.

VIEIRA, J. P. L.; BAHIANSE, D. V.; SILVA, S. M. Produção acadêmica sobre sucessão rural e agricultura familiar: uma análise do contexto brasileiro no período (2003-2018). **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 26, n. 2, p. 89-103, abr./jun. 2019.

VIUDES, E. B. **Gestão social no território da cidadania Pontal do Paranapanema:** análise do Colegiado de Desenvolvimento Territorial. Dissertação Mestrado Profissional. ed. Presidente Prudente: Unesp, 2019.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 87-145, out. 2000.

WOORTMANN, E. F. A miunça e o gado, a lógica da criação camponesa. **Ensaio Econômicos e Sociais**, Aracaju, v. 1, n. 1, p. 41-66, jul./dez. 1987. Acesso em: 10 setembro 2021.

ZAMBERLAN, J.; FRONCHETI, A. **Agricultura Ecológica:** Preservação do pequeno agricultor e o meio ambiente. Petrópolis: Vozes, 2001.

Apêndices

FORMULÁRIO DIRECIONADO AOS TÉCNICOS E EXTENSIONISTAS DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO “JOSÉ GOMES DA SILVA” - ITESP

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO - UNESP
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA - FCT
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG
GRUPO DE ESTUDOS DINÂMICA REGIONAL E AGROPECUÁRIA – GEDRA

Pesquisa de Mestrado:

Pesquisadora: Nayara da Silva Stockler -

Orientador: Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol

Formulário Número: _____

Data: ____/____/____

Município: _____

Localidade:

Coordenadas Geográficas - Ponto Nº: _____ Lat. _____ Long.

Gravação Nº: _____

1) Dos dados gerais do entrevistado

Nome

Idade - Sexo () Masculino () Feminino - Estado civil:

Escolaridade :

Aposentado: () Sim () Não

2) Dados sobre a carreira profissional do extensionista:

- a) Quando ingressou no Itesp?
- b) Por que escolheu o Itesp?
- c) Já trabalhava com ATER antes do Itesp?
- d) No que e onde trabalhou antes de entrar no Itesp?

3) Sobre Marabá Paulista:

- a) Por quanto tempo você atuou ou atua nos assentamentos do município?
- b) Você percebeu mudanças no município após a implementação dos assentamentos?
- c) Para você, qual a importância dos assentamentos para esse município?
E qual a importância dos trabalhos do Itesp?

4) Sobre ATER:

- a) Você acredita que a forma como o Itesp trabalha nos assentamentos se modificou durante os anos que você está na Fundação? Se sim, o que tem mudado para você?
- b) Qual a sua maior demanda (de serviços)? Essa demanda parte dos assentados ou da instituição?
- c) O Itesp (ou você individualmente), aplica alguma metodologia para realizar seu trabalho? Se sim, qual?
- d) Há uma metodologia própria de trabalho no Itesp? Se não, já teve alguma vez?
- e) Você acredita que as metodologias funcionem ou sejam necessárias no seu trabalho?
- f) Qual a última vez que você foi capacitado (fez algum curso, assistiu alguma palestra sobre inovações na área de ATER ou na sua área de atuação)? Foi pelo Itesp ou por iniciativa própria?

- g) Você trabalha de acordo com os princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural?
- h) Como você avalia o trabalho de ATER do Itesp? Quais seus maiores problemas e quais as suas maiores virtudes?

5) Políticas públicas e desenvolvimento rural

- a) Quantas políticas públicas você consegue mencionar e que foram acessadas pelos beneficiários dos assentamentos através do seu trabalho direto e/ou pelo trabalho do Itesp de maneira geral.
- b) Qual(quais) delas você considera a(as) mais importante(s) para os assentamentos? Por quê?
- c) Você acredita que elas promovam o desenvolvimento rural?
- d) Qual a sua ideia de desenvolvimento rural sustentável?

**FORMULÁRIO DIRECIONADO AOS TITULARES DOS LOTES DE
ASSENTAMENTOS RURAIS DE MARABÁ PAULISTA ATENDIDOS PELA
ATER DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO
PAULO “JOSÉ GOMES DA SILVA” - ITESP**

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO - UNESP
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA - FCT
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG
GRUPO DE ESTUDOS DINÂMICA REGIONAL E AGROPECUÁRIA – GEDRA

Pesquisa de Mestrado:

Pesquisadora: Nayara da Silva Stockler -

Orientador: Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol

Formulário Número: _____

Data: ____/____/____

Município: _____

Localidade:

Coordenadas Geográficas - Ponto Nº: _____ Lat. _____ Long.

Gravação Nº: _____

1) Dos dados gerais do entrevistado

Nome

Idade - Sexo () Masculino () Feminino - Estado civil:

Escolaridade :

Aposentado: () Sim () Não

6) Dados sobre o histórico profissional do/a titular:

- a) Quando ingressou no assentamento?
- b) Foi integrante de movimento social em acampamentos e ocupações?
- c) No que e onde trabalhou antes de entrar no Assentamento?

7) Sobre Marabá Paulista:

- a) Qual a sua relação com o município de Marabá Paulista? Qual o seu histórico (nascimento, moradia, familiares e etc.)
- b) Você percebeu mudanças no município após a implementação dos assentamentos rurais?
- c) Para você, qual a importância dos assentamentos para esse município?
E qual a importância dos trabalhos do Itesp?

8) **Sobre ATER:**

- a) Você acredita que a forma como o Itesp trabalha nos assentamentos e no seu lote tenha se modificado? Se sim, o que mudou para você?
- b) Qual a sua maior demanda na ATER? Essa demanda é atendida? De que forma?
- c) O Itesp realiza o trabalho de ATER de maneira participativa ou impositiva?
- d) Como são feitas as atividades com os técnicos? Individualmente, grupos, cursos, dias de campo?
- e) Qual a última vez que você foi capacitado pela ATER do Itesp?
- f) Como você avalia o trabalho de ATER do Itesp? Quais seus maiores problemas e quais as suas maiores virtudes?

9) **Políticas públicas e desenvolvimento rural**

- a) Quantas políticas públicas você consegue mencionar que foram por você no assentamento por meio do trabalho do Itesp?
- b) Qual(uais) delas você considera a(as) mais importante(s) para você e para os assentamentos? Por quê?
- c) Você acredita que elas promovam o desenvolvimento rural?
- d) Qual a sua ideia de desenvolvimento rural sustentável?

**FORMULÁRIO DIRECIONADO AOS PROFISSIONAIS VINCULADOS AO
PODER PÚBLICO MUNICIPAL DE MARABÁ PAULISTA**

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO - UNESP
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA - FCT
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG
GRUPO DE ESTUDOS DINÂMICA REGIONAL E AGROPECUÁRIA – GEDRA

Pesquisa de Mestrado:

Pesquisadora: Nayara da Silva Stockler -

Orientador: Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol

Formulário Número: _____

Data: ____/____/____

Município: _____

Localidade:

Coordenadas Geográficas - Ponto Nº: _____ Lat. _____ Long.

Gravação Nº: _____

1) Dos dados gerais do entrevistado

Nome

Idade - Sexo () Masculino () Feminino - Estado civil:

Escolaridade :

Aposentado: () Sim () Não

10) Dados sobre a carreira profissional do extensionista:

- a) Quando ingressou no cargo/função?
- b) Já trabalhava na área ou no setor público?
- c) É assentado/a ou possui algum familiar que seja?

11) Sobre Marabá Paulista:

- a) Qual o seu histórico de moradia e ocupação no município?

- b) Você percebeu mudanças no município após a implementação dos assentamentos?
- c) Para você, qual a importância dos assentamentos para esse município?
E qual a importância dos trabalhos do Itesp?

12) Sobre ATER:

- a) Há ATER municipal desempenhada pela prefeitura nos assentamentos rurais?
- b) Você acredita que a forma como o Itesp trabalha nos assentamentos se modificou durante os anos que você atua no município? Se sim, o que tem mudado para você?
- c) Qual a sua maior demanda (de serviços) vinda dos assentamentos?
- d) Há parcerias institucionais estabelecidas entre Prefeitura e Itesp?
- e) Como você avalia o trabalho de ATER do Itesp? Quais seus maiores problemas e quais as suas maiores virtudes?

13) Políticas públicas e desenvolvimento rural

- a) Quantas políticas públicas você consegue mencionar e que foram acessadas pelos beneficiários dos assentamentos através do trabalho do Itesp.
- b) Qual(uais) delas você considera a(as) mais importante(s) para os assentamentos?
Por quê?
- c) Você acredita que elas promovam o desenvolvimento rural?
- d) Qual a sua ideia de desenvolvimento rural sustentável?
- e) Qual a política desempenhada pelo município para o desenvolvimento rural sustentável?